



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

Ricardo Madeira Cataldi

**Atenção à saúde mental na pós-graduação: análise das políticas públicas e institucionais
de assistência estudantil para discentes com sofrimento psicológico na Universidade
Federal da Paraíba**

João Pessoa - PB

Fevereiro / 2025

Ricardo Madeira Cataldi

Atenção à saúde mental na pós-graduação: análise das políticas públicas e institucionais de assistência estudantil para discentes com sofrimento psicológico na Universidade Federal da Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Lins de Oliveira

João Pessoa - PB

Fevereiro / 2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C357a Cataldi, Ricardo Madeira.

Atenção à saúde mental na pós-graduação : análise das políticas públicas e institucionais de assistência estudantil para discentes com sofrimento psicológico na Universidade Federal da Paraíba / Ricardo Madeira Cataldi. - João Pessoa, 2025.

148 f. : il.

Orientação: Mariana Lins de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Políticas públicas brasileiras - Educação. 2. Assistência estudantil. 3. Políticas institucionais - Permanência. 4. Acolhimento - Estudantes. 5. Estudantes em sofrimento mental. I. Oliveira, Mariana Lins de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.014.5(043)

RICARDO MADEIRA CATALDI

ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NA PÓS-GRADUAÇÃO: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA DISCENTES COM SOFRIMENTO PSICOLÓGICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Mestrado Profissional na Linha de Pesquisa 1: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Data de Aprovação: 26/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA LINS DE OLIVEIRA**
Data: 18/03/2025 18:55:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Mariana Lins de Oliveira (Presidente/Orientadora)
PPGAES/CE/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES**
Data: 17/03/2025 19:13:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Ana Paula Furtado Soares Pontes (Examinador Interno)
PPGAES/CE/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **JEANE FELIX DA SILVA**
Data: 17/03/2025 15:20:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Jeane Felix da Silva (Examinadora Externa)
CEDU/UFAL

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Mariana Lins de Oliveira, que me ofereceu, antes de tudo, acolhimento. Agradeço pela leveza durante todo o processo de construção deste trabalho.

Agradeço a todos do PPGAES, desde professores, técnicos e os colegas estudantes: a caminhada foi bem mais interessante ao lado de vocês.

Agradeço, sempre e com todo amor que sinto, à Manga (minha vira-lata caramelo) e à Ipa (minha vira-lata pretinha): nada seria alcançado se não fosse com o propósito de vê-las bem.

“Quero agradecer a mim por acreditar em mim. Quero agradecer a mim mesmo por ter feito todo esse trabalho duro, por não ter dias livres, por nunca desistir. Quero agradecer a mim por sempre dar mais do que recebo. E por fazer mais coisas certas que erradas. Quero agradecer a mim mesmo por simplesmente ser eu a todo momento” (Snoop Dogg, Rapper).

RESUMO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as políticas direcionadas à educação superior ganharam impulso, culminando na política de assistência estudantil, regulamentada pelo Decreto no 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O propósito deste programa é assegurar a permanência de alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, com o intuito de diminuir as taxas de abandono no ensino superior. A Atenção à Saúde é uma das ações mais relevantes do PNAES. Este estudo examina as políticas públicas do Brasil e as políticas institucionais de permanência na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em particular no *Campus I*, concentrando-se nas iniciativas de apoio aos estudantes no âmbito da atenção à saúde mental. O objetivo geral é analisar as políticas públicas brasileiras e as políticas institucionais de permanência na UFPB, sobretudo, as que dialogam com o apoio e acolhimento dos estudantes em sofrimento mental. O estudo utilizou uma metodologia qualitativa, aplicada e com objetivo descritivo. Os processos envolveram pesquisa bibliográfica, documental e um *Survey*, realizado através de um questionário semiestruturado aplicado aos participantes. A avaliação dos dados foi feita utilizando a Análise Temática, seguindo a metodologia proposta por Virginia Braun e Victoria Clarke (2014). A pesquisa foi realizada no *Campus I* da UFPB, envolvendo estudantes do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Os resultados indicam que a política de assistência estudantil é pouco divulgada no *Campus I* e que os alunos de pós-graduação possuem um conhecimento restrito sobre os serviços prestados pelo CRAS, suas especialidades médicas e métodos de acesso, além dos projetos mencionados no "MAPA". Como resultado técnico, sugere-se o desenvolvimento de um guia digital contendo informações sobre a política de assistência estudantil e os serviços oferecidos pelo "MAPA".

Palavras-chave: assistência estudantil; sofrimento mental; saúde mental; permanência; acolhimento.

ABSTRACT

With the enactment of the 1988 Federal Constitution, policies aimed at higher education gained momentum, culminating in the student assistance policy, regulated by Decree 7,234/2010, which instituted the National Student Assistance Program (PNAES). The purpose of this program is to ensure the retention of students in conditions of socioeconomic vulnerability, with the aim of reducing dropout rates in higher education. Health Care is one of the most relevant actions of the PNAES. This study examines Brazilian public policies and institutional policies for retention at the Federal University of Paraíba (UFPB), particularly at Campus I, focusing on initiatives to support students in the area of mental health care. The general objective is to analyze Brazilian public policies and institutional policies for permanence at UFPB, especially those that dialogue with the support and reception of students with mental suffering. The study used a qualitative, applied methodology with a descriptive objective. The processes involved bibliographic and documentary research and a survey, carried out through a semi-structured questionnaire applied to the participants. The data evaluation was done using Thematic Analysis, following the methodology proposed by Virginia Braun and Victoria Clarke (2014). The research was carried out on Campus I of UFPB, involving students of the Graduate Program in Economics (PPGE), linked to the Center for Applied Social Sciences. The results indicate that the student assistance policy is little publicized on Campus I and that graduate students have limited knowledge about the services provided by CRAS, its medical specialties and access methods, in addition to the projects mentioned in "MAPA". As a technical result, it is suggested the development of a digital guide containing information about the student assistance policy and the services offered by "MAPA".

Keywords: student assistance; mental suffering; mental health; permanence; reception.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos acerca do tema saúde mental	33
Quadro 2 - Conceitos acerca do tema adoecimento mental	34
Quadro 3 - Conceitos acerca do tema sofrimento mental	34
Quadro 4 - Conceitos acerca dos temas adoecimento e saúde mental na universidade	42
Quadro 5 - Quantitativo de alunos do curso de mestrado em Economia (PPGE/UFPB), 2014 a 2023, que não concluíram o curso	76
Quadro 6 - Temas definidos e seus subtemas agrupados	85
Quadro 7 - Características gerais dos participantes	88
Quadro 8 - Estratificação de sofrimento mental – SRQ – 20 (OMS)	91
Quadro 9 - Percepção do Rendimento Acadêmico	93
Quadro 10 - Percepção dos estudantes sobre como a universidade os acolhe quando em sofrimento mental	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - As 6 Fases da Análise Temática	79
Tabela 2 - Geração dos primeiros códigos por meio da Análise Temática	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pichação em uma parede no Chile, em 1963, durante o Regime Militar de Augusto Pinochet.	29
Figura 2 - Pagamentos Programa de Demanda Social – CAPES (2023)	54
Figura 3 - Pagamentos Programa de Demanda Social – CAPES à UFPB/ <i>Campus I</i> - João Pessoa (2023)	55
Figura 4 - “Observatório de Dados da Extensão” – PROEX/UFPB	64
Figura 5 - Evolutivo das Atividades de Extensão	64
Figura 6 - Organograma do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, <i>Campus I</i> , da UFPB	72
Figura 7 - Organograma do Processo de Pesquisa	74
Figura 8 - Geração dos códigos iniciais	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Incidência e grau de adoecimento mental na Pós-Graduação em Economia	91
Gráfico 2 - Conhecimento das políticas de assistência estudantil com foco em saúde mental e acolhimento	95
Gráfico 3 - Conhecimento das campanhas de esclarecimento em saúde mental e acolhimento	96
Gráfico 4 - Conhecimento da cultura organizacional: permanência do discente com sofrimento mental	97
Gráfico 5 - Conhecimento das políticas de permanência: discentes com sofrimento mental ..	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AT	Análise Temática
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CRAS	Centro de Referência de Atenção em Saúde
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAPA	Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB - Projetos de Extensão 2024/2025
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGAES	Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Economia
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PRPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COM FOCO NA PERMANÊNCIA	8
2.1 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	8
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS EM EDUCAÇÃO	15
3 A QUESTÃO DA SAÚDE MENTAL NA ATUALIDADE	27
3.1 SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA	33
3.2 INVESTIGAÇÃO SOBRE SOFRIMENTO MENTAL NA UNIVERSIDADE	41
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS DA UFPB	54
4.1 POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES COM SOFRIMENTO MENTAL NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPB	54
4.1.1 As redes de apoio aos discentes na UFPB: CRAS e os projetos de extensão	57
4.1.1.1 CRAS - Centro de Referência em Atenção à Saúde	59
4.1.1.2 Os projetos de extensão	60
4.2 PERMANÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPB: PERSPECTIVAS	61
4.3 LACUNAS EXISTENTES NAS AÇÕES SOBRE SAÚDE MENTAL NA UFPB	66
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	68
5.2 CONTEXTO E SUJEITOS DA PESQUISA	72
5.3 PERCURSO METODOLÓGICO	74
5.3.1 Instrumentos de pesquisa	78
5.3.2 Procedimentos de coleta de dados	78
5.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	79
5.4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS DA PESQUISA	87
5.4.2 INCIDÊNCIA OU NÃO DE ADOECIMENTO MENTAL, DE ACORDO COM O SRQ – 20 DA OMS	90
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES	93
6.1 PERCEPÇÃO SOBRE SEU RENDIMENTO ACADÊMICO	93
6.2 PERCEPÇÃO SOBRE A PUBLICIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, APOIO E ACOLHIMENTO EM SAÚDE MENTAL DA UFPB	95
6.3 PERCEPÇÃO SOBRE A FORMA COMO A UFPB ACOLHE OS DISCENTES COM	

SOFRIMENTO MENTAL	100
7 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO	104
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A	119
APÊNDICE B	122
APÊNDICE C	125

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é uma instituição pública com atuação nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. A universidade tem como missão “gerar e difundir conhecimento e inovação por meio de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento da sociedade de forma sustentável, assegurando uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade” (UFPB, PDI/2023). Possui quatro *campi* localizados nas cidades de João Pessoa (*Campus I*), Areia (*Campus II*), Bananeiras (*Campus III*) e Mamanguape/Rio Tinto (*Campus IV*). A instituição oferece 113 Cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) e 5.285 alunos matriculados na Pós-graduação (*stricto sensu*) (UFPB, 2023).

A atenção à saúde do estudante de pós-graduação da UFPB é o nosso foco principal. A partir disso, analisamos as políticas públicas brasileiras direcionadas a esta questão, além de pesquisar as políticas institucionais da instituição voltadas ao atendimento dos discentes acometidos por algum tipo de sofrimento mental. Com a finalidade de materializar a pesquisa, o estudo se restringiu aos alunos da pós-graduação em economia da instituição, sendo eles dos cursos de mestrado e doutorado, ativos e egressos, a partir do ano de 2014. Esse recorte espacial se deve ao fato do curto tempo que o mestrado possui.

No que diz respeito, aos alunos dos cursos de graduação, há o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), Decreto nº. 7.234/2010. Nas últimas duas décadas houve expressiva expansão de vagas em instituições públicas federais de educação. No entanto, para os discentes de pós-graduação, não há políticas públicas específicas de suporte financeiro ou emocional. O Relatório Anual de Gestão da UFPB (2023) não aponta registro de ações ou programas voltadas para a saúde do discente de pós-graduação.

A pandemia do Coronavírus (COVID-19), que durou oficialmente de março de 2020 a maio de 2023, expôs de forma global a questão do adoecimento mental da população mundial. Viu-se assim que, em praticamente todos os países e em todas as áreas de atuação humana, as pessoas são afetadas por problemas relacionados a esse tema.

Os estudantes universitários são um segmento da população brasileira que lida diretamente com problemas de sofrimento mental, por conta da demanda da vida acadêmica. Dessa forma, estudaram-se as questões de sofrimento mental entre pós-graduandos, seu contexto e especificidades, no contexto dos cursos de mestrado e doutorado em economia, na Universidade Federal da Paraíba.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022) conceitua adoecimento mental

como causador de “grande sofrimento mental, dificuldades nos relacionamentos e perda de qualidade de vida”. Segundo a OPAS (2022), “em países de baixa e média renda, entre 76% e 85% das pessoas em adoecimento mental não recebem tratamento”. Na área educacional, com a pandemia do Coronavírus (COVID-19), os problemas relacionados à saúde mental aumentaram exponencialmente.

Em pesquisa feita pela *American education technology company* (CHEGG, 2021), organização educacional norte-americana, sem fins lucrativos, ligada à educação. O estudo chamado *Global Student Survey*, feito em mais de vinte países, com mais de dezesseis mil estudantes, apontou o Brasil como país com maior porcentagem de universitários afetados por adoecimento mental (CHEGG, 2021, p. 12).

A ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil), em suas pesquisas, aponta altos índices de adoecimento mental entre estudantes universitários. Em estudo publicado em 2024, o Brasil é apontado como um dos três piores países do mundo em relação ao estado mental de seus habitantes. Os dados são da *Sapien Labs*, organização internacional sem fins lucrativos.

A investigação, chamada “*The Mental State of the World in 2023 - A Perspective on Internet-Enabled Populations*”, ou, em tradução livre, “O Estado Mental do Mundo em 2023 - Uma Perspectiva sobre Populações Habilitadas para Internet”, indica que “o declínio dramático no bem-estar mental que ocorreu entre 2019 e 2020, e continuou em 2021 através da pandemia de COVID-19 continua a persistir sem sinais de recuperação” (Sapien Labs, 2022, p. 2).

Diante de tais observações, a hipótese da pesquisa foi suscitada pelo pesquisador, que é servidor da Universidade Federal da Paraíba há mais de dez anos e sempre trabalhou na secretaria dos cursos de mestrado e doutorado em economia. De forma empírica, observou que uma porcentagem grande de discentes não concluíram os seus estudos ou concluíram com dificuldades relacionadas a questões de saúde mental.

A associação direta com questões de adoecimento mental não poderia ser descartada, haja vista, o aumento dos sintomas psíquicos e dos transtornos mentais durante a pandemia terem se intensificado. Com base nessas evidências, decidiu-se investigar as causas, além das consequências que causam na vida dos pós-graduandos.

Ademais, o servidor também é discente de mestrado de um programa de pós-graduação *stricto sensu* e também experimenta as angústias da pós-graduação. Dessa forma, analisou-se a hipótese de que o problema existia e investigaram-se as suas causas e consequências. Trouxemos, ainda, neste trabalho, o papel importante das redes de apoio e acolhimento dentro da Universidade Federal da Paraíba.

Além de estudar as políticas públicas e institucionais de apoio ao estudante, trouxemos neste trabalho, também como embasamento teórico para fundamentar a análise, o neoliberalismo como um dos propulsores de adoecimento mental na sociedade e, de forma aprofundada, na universidade pública. De acordo com Dunker, Silva Junior e Safatle (2021, p. 10) o “neoliberalismo como ‘gestor’ do sofrimento psíquico ganha importância em dois sentidos, a saber, como aquele que gera e aquele que gerencia. Pois o sofrimento psíquico não é apenas produzido, mas também gerido pelo neoliberalismo”.

Além disso, apresentamos reflexões acerca da própria universidade como instituição social responsável pela produção de conhecimento e de processos formativos através da pesquisa, do ensino e da extensão. Nesse sentido, apostamos que é uma instituição que deve estar sensível e comprometida com as condições socioemocionais dos estudantes que a compõem.

Na UFPB, há o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), assessoria especial vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria e o Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS), ambos vinculados à Reitoria, que disponibilizam atendimento às pessoas com adoecimento mental. Há ainda os projetos de extensão, englobados dentro do “Mapa de Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB (2024/2025)”.

No entanto, as atuais políticas institucionais da UFPB de assistência estudantil atendem à demanda de estudantes com problemas de saúde mental? Há escuta, apoio e acolhimento para esses estudantes? Como o rendimento escolar, taxa de sucesso, evasão dos universitários com adoecimento mental ocorre e o que pode ser proposto para melhorar esses índices? Esses questionamentos nos levaram à definição dos nossos objetivos.

O objetivo geral do trabalho consistiu em “analisar as políticas públicas brasileiras e as políticas institucionais de permanência na UFPB, sobretudo, as que dialogam com o apoio e acolhimento” dos estudantes em sofrimento mental. Por sua vez, os objetivos específicos são “investigar as possíveis causas e buscar identificar as consequências do sofrimento mental entre os estudantes de pós-graduação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); narrar a percepção dos estudantes sobre como a universidade os acolhe quando em sofrimento mental; e elaborar um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) sobre a rede de apoio Mapa de Rede de Cuidado 2024/2025”.

Se por um lado o Relatório de Gestão da UFPB (2023) não aponta projetos, programas ou ações direcionados à atenção da saúde dos estudantes de pós-graduação, tampouco o Relatório de Gestão do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/2023) se ocupa da questão. Nesse relatório, na área de gestão acadêmica (pós-graduação), na perspectiva “Gestão

Acadêmica”, o seu “Objetivo Estratégico” - PI.GAc.05 é: Consolidar e ampliar as políticas de assistência estudantil e inclusão social, cuja descrição da única ação desenvolvida é “foram realizadas ações relativas à divulgação de oportunidades para bolsas de iniciação científica envolvendo diretamente à graduação”, ou seja, nenhuma ação desenvolvida para atenção e cuidado com a saúde mental dos pós-graduandos.

No intuito de verificar uma média de discentes evadidos, para elucidar os primeiros indícios da hipótese de pesquisa, o pesquisador, por meio da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal, solicitou à UFPB informações relativas ao quantitativo de discentes evadidos no mestrado em economia, de 2014 a 2023, para ter noção e as primeiras impressões a respeito do que se pretendia estudar.

Dentro desses percentuais, há índice de alunos que abandonaram o curso, além dos que foram excluídos por se enquadrarem em questões regimentais, tais como reprovação em duas ou mais disciplinas ou Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) abaixo de 7,0 (sete), conforme determina a Resolução CONSEPE nº 05/2015, do programa analisado.

Para realizar a pesquisa, foi essencial escolher uma metodologia adequada para análise dos resultados obtidos. O trabalho tem um capítulo específico detalhando o percurso metodológico, que aproxima o estudo de seu objeto. A pesquisa é definida como um processo “formal e sistemático de desenvolvimento do método científico [...] permitindo a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (Gil, 2008, p. 3).

Optamos por uma abordagem exploratório-descritiva, baseada na revisão de fontes bibliográficas e documentais, e na análise de questionários semiestruturados aplicados. A análise dos dados foi realizada com base na técnica da Análise Temática (AT), de Virginia Braun e Victoria Clarke (2006 e 2014). A AT “começa quando o pesquisador procurar, nos dados, por padrões de significados e questões de possível interesse à pesquisa” (Souza, L., 2019, p. 54).

A pesquisa trouxe os seguintes capítulos: primeiro, uma introdução, com a apresentação da pesquisa em linhas gerais, delineando o que se pretende analisar; segundo, trouxe uma discussão teórica sobre as políticas públicas na educação superior brasileira: assistência estudantil com foco na permanência; terceiro, a questão da saúde mental na atualidade e uma investigação sobre sofrimento mental na universidade; quarto, foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; por fim, trouxe a análise dos dados obtidos na pesquisa, além da apresentação do produto técnico-tecnológico.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COM FOCO NA PERMANÊNCIA

A permanência na educação superior brasileira é tema recorrente no debate da universidade pública nos últimos anos. Mais do que conceituar permanência, é preciso entendê-la como categoria teórica nos tratados sobre educação superior brasileira. Assim, temos que

tratar a categoria permanência é discutir o processo que vai do acesso ao sistema de ensino e tem seu fechamento quando o aluno conclui o curso, mesmo tendo que encarar a discussão da retenção de alunos que se encontram no sistema de ensino *ad infinitum* (Castelo Branco, 2015, p. 211).

Após o processo de expansão que ocorreu nas últimas três décadas, a análise agora recai sobre as formas de conseguir manter o estudante na universidade, oferecendo-lhe toda a assistência estudantil necessária para que possa concluir seu curso com sucesso. Dessa forma, neste capítulo iremos percorrer a trajetória das políticas públicas brasileiras de assistência estudantil na educação superior, com especial atenção às políticas de permanência de estudantes em sofrimento mental.

2.1 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

As políticas públicas brasileiras de assistência estudantil para a educação superior foram construídas ao longo de décadas na história de nosso país. Se ainda não são perfeitas e têm um longo caminho a trilhar, ao menos, quando analisamos suas origens e sua evolução, percebemos que houve avanços, isso por que, em dado momento da história país, educação superior era privilégio apenas das classes sociais mais abastadas. Em suma, isso remonta aos primeiros anos do império, em que os já nascidos no Brasil, mas geralmente filhos de portugueses, tinham acesso à educação superior na própria Europa. Em um segundo momento histórico, quando surgiram as primeiras universidades públicas no país, apenas os filhos da elite tinham acesso ao ensino superior, e estes não necessitavam de políticas de assistência estudantil.

Diferentemente da América espanhola, no Brasil colônia, o Governo Português não fundou nenhuma universidade, apenas cursos superiores para a formação dos futuros padres. Filhos da elite que quisessem ser médicos, advogados ou engenheiros deveriam ir estudar em universidades europeias, geralmente em Coimbra. A “Política Educacional” no Brasil colônia, desde a colonização, e a partir de 1549, houve apenas a preocupação de catequizar e educar os índios. Nos últimos anos da colonização foram criados cursos (cursos, não universidades)

superiores no Brasil, com a chegada de Dom João VI no país, em 1808. O objetivo era preparar a elite, desta vez no Brasil, que acabava de tornar-se a nova sede do poder português. Criaram-se, então, cursos superiores, com a finalidade de formar médicos, cirurgiões e engenheiros para o exército e a marinha. No período pós-independência, a Assembleia Constituinte de 1823 pretendia criar duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, mas a dissolução da Constituinte sepultou este projeto. Em 1827, são criados cursos jurídicos em São Paulo e Olinda: estes, mais tarde, na década de 1850, passarão a denominar-se “faculdades”. Melo (2012, p. 79)

A primeira universidade oficial na história da educação superior brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro, primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal. O Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, efetivado apenas em 1920, uniu a Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito, todas do Rio de Janeiro, reunidas na Universidade do Rio de Janeiro (Brasil, 1915). Na prática, esta Instituição rotulou com o nome de Universidade um agregado de escolas, chamadas de Faculdades. A Universidade de São Paulo (USP), de 25 de janeiro de 1934, foi a primeira pensada, planejada e instituída como Universidade que não fosse uma simples agregação de faculdades. Esse período ainda marcava a universidade como local de privilegiados, com cursos para a formação intelectual da elite brasileira.

Apenas no período da industrialização do Brasil, nos anos de 1950, devido à crescente demanda por mão de obra qualificada, é que a população mais pobre começou a ter acesso aos cursos de ensino superior. Ainda assim, eram cursos voltados para a formação e qualificação para o mercado de trabalho, ou seja, cursos com viés mais tecnicista. Nesse período, ainda era regra os filhos da elite brasileira ocuparem os cursos mais “nobre”: medicina, direito e engenharia.

Em breve resgate histórico das políticas públicas brasileiras voltadas à assistência estudantil, devemos nos atentar ao marco que foi a promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, separando o que havia antes e como se consolidou este tema após as diretrizes introduzidas – com caráter de obrigatoriedade – pela carta magna. Com a transformação do perfil acadêmico da universidade pública, começam a surgir os primeiros debates acerca da necessidade de se assistir, por meio de políticas públicas, o novo alunado.

As Constituições Federais de 1934 e 1946 foram os primeiros textos legais em que a questão aparece. O §2º, artigo 157 da CF/34 determina que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária” (Brasil, 1934). No que lhe dizia respeito, a

Constituição Federal de 1946, apontava o seguinte: "Educação é um direito de todos, e a assistência estudantil se torna obrigatória. Impunha, inclusive, que: “cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (Brasil, 1946).

Quinze anos depois, em 1961, passa a vigorar a Lei nº 4.024/91, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta lei, a assistência estudantil foi reconhecida como direito dos estudantes (Brasil, 1961). A Constituição Federal de 1967 impõe aos poderes públicos a obrigação “amparo técnico e financeiro”, inclusive bolsas de estudo, aos alunos da rede privada (Brasil, 1967). Nota-se, portanto, que até o momento não havia, de fato, políticas públicas de assistência estudantil, o que existiam eram direcionamentos de dinheiro público para apoio financeiro aos discentes. Quando pensamos em políticas públicas na área de educação, queremos dizer programas, projetos e ações que adentrem nas especificidades e necessidades dos estudantes. Nesse sentido, consideramos que o debate mais teórico a respeito do tema passa acontecer apenas nos anos de 1980. Para corroborar com nosso ponto de vista, Silveira (2012, p. 58) traz-nos que:

A permanência dos universitários nas instituições de ensino superior começou a ser debatida a partir dos anos de 1980, com os Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e nas reuniões da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Tais órgãos visavam a garantia e o fortalecimento das políticas de assistência estudantil.

Com o fortalecimento desse debate no seio da universidade pública, surge a necessidade de se incorporar ao texto constitucional as políticas públicas educacionais de assistência estudantil. Ainda que naquele momento histórico o acesso ao ensino superior tivesse maior relevo no debate, a permanência já era discutida como uma forma de garantir o sucesso na formação dos estudantes. Neste ínterim, “a Constituição Federal de 1988 assegura ao cidadão brasileiro o direito a uma educação justa, igualitária e gratuita” (Souza, A., 2023, p. 36). Para tanto, assegurar a permanência qualificada dos discentes nos cursos superiores já era reconhecida como uma forma de evitar ou diminuir a retenção e a evasão.

Foi assim que, em 05 de outubro de 1988 a chamada Constituição Cidadã foi promulgada. Nascida com um viés neoliberal, sobretudo em relação à propriedade privada, ao mesmo tempo manteve a preocupação com questões sociais, especialmente saúde, educação e assistência social. De forma contundente, portanto, eleva a educação a princípio constitucional, o que lhe garante primazia em relação à construção de políticas públicas na área. Apenas para termos de comparação, em resumida e não pretensa análise de conteúdo, a Constituição Federal

de 1967, imediatamente anterior à de 1988, trazia em todos 5 vezes a palavra “educação”, em seus 189 artigos. Por sua vez, a carta magna de 1988 traz o mesmo termo 56 vezes, em seus 250 artigos.

Dessa forma, na CF/88, a educação ganha um capítulo e uma seção exclusivos. A regra constitucional aplica-se, inclusive, aos percentuais que os entes federativos devem investir, anualmente, em educação, em relação a suas receitas. Assim, o art. 212. Determina que

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1988).

A carta, em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II – Dos Direitos Sociais, art. 6º diz que “são direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988). Por fim, o art. 205 declara que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Após a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Na nova LDB, o Estado assume o controle das políticas educacionais e autoriza a oferta da educação superior pela iniciativa privada”. No entanto, em relação à assistência estudantil, a citada lei discorre mais sobre o papel do Estado sobre a educação básica. A assistência estudantil para a educação superior somente ganhará destaque com a publicação, em 2010, do Decreto nº 7.234, que institui o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, o qual trabalharemos adiante.

Com a ampliação da oferta do ensino superior por meio da iniciativa privada, autorizada pela LDB de 1996, outra categoria teórica sobre educação superior começa a ser debatida: a expansão. De acordo com Pereira (2022, p. 36),

a partir do governo de FHC, políticas de base privatista que repercutem na expansão da educação superior, tendo sua continuidade através do governo de Luís Inácio Lula da Silva, caracterizando, segundo os autores, o início da transição do “sistema de educação de elite”, vivenciada na realidade brasileira desde os primórdios da Educação Superior no Brasil, para o surgimento do “sistema de massa”, sentido pelo aumento da procura por esse nível de ensino evidenciado pelo número crescente de taxas de matrícula e introdução de estudantes de variáveis níveis sociais.

No chamado “sistema de massas”, segundo Zago (2006, p. 228)

as políticas de expansão do ensino superior, com seu viés mercantilista, ampliaram a oferta de vagas e acesso à educação superior, porém não provocaram a redução das

desigualdades entre os grupos sociais, e requerem políticas públicas envolvidas na função de permanência dos estudantes nas instituições, realidade evidenciada nos números crescentes de baixas no sistema.

Em interlocução entre a questão do acesso ao ensino superior, Castelo Branco (2020, p. 53) traça uma sequência lógica entre a abertura de vagas na universidade e os futuros debates sobre permanência. Dessa forma, a autora

faz centrar o debate não mais sobre o acesso à Educação Superior, pura e simplesmente, mas sobre o acesso com garantia de permanência e formação de qualidade, trazendo à tona uma discussão que sempre foi problemática no cenário da educação, em todos os níveis: os alarmantes índices de abandono ou evasão do sistema de ensino, suas causas e consequências.

Para Pereira (2020), Lima (2019), Martins e Silva (2014) e Ristoff (2016) são alguns dos principais autores que dedicaram seus estudos a entender o processo de expansão da educação superior no Brasil. Segundo Martins e Silva (2014, p. 03) *apud* Pereira (2022, p. 38),

a expansão do ensino superior federal no Governo Lula se deu através de três ciclos: o 1º ciclo com o Programa Expandir (2003 - 2007), tendo como foco a interiorização dos campi das universidades; o 2º ciclo através do Programa REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) (2007-2012); e o 3º ciclo a expansão e integração regional e internacional (2008-2013).

Souza, A. (2023, p. 25) explica que

os principais fatores da expansão e democratização do acesso ao ensino superior são os programas de incentivos como o PROUNI, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a ampliação da abrangência de programas já existentes, como o FIES.

Quando da criação do REUNI, programa de expansão das universidades federais, pelo Decreto 6.096/2007 (Brasil, 2007), acreditou-se que expandir seria suficiente para melhorar a qualidade da educação superior pública brasileira. No entanto, em 2010, viu-se a necessidade de criar o PNAES, com o intuito de assistir aos estudantes universitários e reduzir a evasão. Ainda assim, o programa não conseguiu abarcar todas as necessidades dos discentes, que vão além de assistência financeira. A expansão foi, de fato, um processo imenso em um país que concentrava suas universidades nas capitais e maiores cidades do Brasil. Conseguiu, realmente, fazer com que camadas da população tivessem acesso ao ensino superior. Passados alguns anos, “hoje, o problema, portanto, não é mais entrar na universidade, o problema é permanecer na universidade e ter sucesso no percurso formativo” (Coulon, 2017, p. 1241).

O REUNI teve como objetivo a ampliação do acesso e da permanência no ensino superior por meio de melhorias nas estruturas físicas, acadêmicas e pedagógicas das universidades federais. O REUNI expandiu o número de campi e de cursos por todo o país, sobretudo no interior dos estados da federação. Décadas depois de domínio das elites nas cadeiras das universidades públicas, as políticas públicas de acesso e permanência do ensino

superior, enfim, conseguiram provocar mudanças no perfil do estudante brasileiro. A própria Lei de Cotas – Lei nº 12.711/2012 – ampliou a entrada na universidade das mais variadas raças, grupos sociais e econômicos.

Ao mesmo tempo em que o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) abriu o *campus* universitário público aos diferentes segmentos sociais, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) abriu o *campus* universitário privado a estudantes economicamente vulneráveis. São estes os principais programas, em âmbito federal, para a expansão da educação superior brasileira no começo dos anos 2000¹. Ainda que a ex-presidente da república Dilma Rousseff (2011 - 2016) tivesse tentando manter e fortalecer essas políticas públicas, a ruptura institucional ocorrida com o seu *impeachment* desencadeou, nos governos seguintes, um processo de desaceleração dos investimentos públicos em educação.

Rememorando o que trouxemos no capítulo anterior do nosso trabalho, os governos de Michel Temer (2016 - 2018) e Jair Bolsonaro (2019 - 2022), foram marcados por fortes contenções de gastos públicos em educação. A Emenda Constitucional nº 95/2016 impôs limite de investimentos, por vinte anos, em saúde e educação. Segundo as características neoliberais desses citados governos, educação é tratada como *commodity*, e como tal, não deveriam ser responsabilidade do Estado. A pressão por arrocho nos orçamentos da União em relação à educação, advinda de grupos políticos alinhados aos grandes conglomerados educacionais que se instalaram no país a partir das políticas de abertura ocorridas no Governo FHC, além do viés ideológico e conservador bolsonarista, fizeram a educação pública deixar de ser um projeto de Estado e ser visto apenas como um fardo para o Estado.

Com o crescente processo de expansão da educação superior, surge a exigência de se pensar políticas públicas para a permanência dos discentes nas universidades brasileiras. Dessa forma, ao fim do segundo mandato do presidente Lula, em 2010, tendo Fernando Haddad à frente do Ministério da Educação, é publicado o Decreto nº 7.234, que institui o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, a maior política pública já instituída no país. O programa, ainda que não fosse claro a respeito, teve como foco, primordialmente, alunos da graduação, e tinha como objetivos:

democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir

¹ Em que pese sua expansão nos dois primeiros mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é um programa do Ministério da Educação do Brasil, criado em 1999, ainda durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.

para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O art. 5º do PNAES “atende, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio” (BRASIL, 2010). A Atenção à Saúde é uma das ações do programa e de maior relevância para a nossa pesquisa. Já vimos apontando que essas políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *Campus I*, João Pessoa, são insuficientes para aprofundar o debate sobre as causas do adoecimento mental dos discentes de pós-graduação da instituição, haja vista, seu foco ser voltado aos graduandos e não dispor de tratamentos prolongados de acompanhamento dos discentes.

Segundo Souza, A. (2023, p. 44), “a atenção à saúde, deve ser valorizada no espaço acadêmico, haja vista sua importância na permanência do discente nas instituições federais de ensino superior”. Corroboramos com esse pensamento, esclarecendo que atenção à saúde, neste trabalho, refere-se à saúde mental dos estudantes de pós-graduação da UFPB.

A Atenção à Saúde do discente no PNAES, dentre as políticas de assistência estudantil, ao definir a saúde nas ações do programa, deveriam incluir todos estudantes universitários, seja de graduação, seja de pós-graduação, garantindo a atenção à saúde na promoção da qualidade de vida do discente em sua completude. A Carta de Ottawa (OMS, 2024) para a Promoção da Saúde traz a definição de saúde, em que contempla o “bem-estar espiritual” ou “bem-estar cultural”, trazendo um olhar sobre o indivíduo em sua totalidade.

Aproximando-se do que visamos como possibilidades para a melhoria da qualidade da vida acadêmica, Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 4) elucidam que a qualidade de vida são “valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade, compõem sua concepção”. Como já havíamos descrito, o caminho que o estudante trilha na universidade deve ser prazeroso, leve e feliz, afinal, a vida não se resume à universidade e suas atividades, muitas vezes penosas, como quem só entende que há sucesso se houver sacrifícios.

O PNAES aponta a atenção à saúde, de forma bastante genérica, como uma ação para a efetivação das políticas de assistência estudantil. Para Pereira (2022, p. 52), “entre os objetivos do PNAES, [...], a saúde não foi priorizada e tratada como princípio de apoio à qualidade, à permanência e ao desempenho do aluno”. Para subsidiar seu argumento, a autora cita Bleicher; Oliveira (2018, p. 546), a não priorização da saúde na assistência estudantil, como área prioritária do PNAES, precedeu a insuficiência de financiamentos voltados para a demanda. (Pereira, 2022, p. 53).

As ações de assistência estudantil instituídas pelo PNAES são nas áreas de moradia

estudantil, alimentação, transporte, **atenção à saúde**, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Nas universidades públicas, via de regra, as Pró-reitorias de Assistência Estudantil ficaram responsáveis pela implementação dessas políticas. Por exemplo, Souza, A. (2023, p. 15) assinala que na Universidade Federal da Paraíba

o PNAES, no âmbito da UFPB, fica sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), unidade responsável pelo planejamento, coordenação, controle das atividades de assistência e promoção ao estudante.

A PRAPE tem um Médico (clínico geral), três Psicólogos voltados à atenção para psicologia pedagógica e cerca de oito Assistentes Sociais, que atuam na coordenação de assistência e promoção ao estudante, apresentando um atendimento voltado apenas aos estudantes assistidos pelo programa PNAES.

Essa breve passagem pela trajetória das políticas públicas de assistência estudantil da educação superior brasileira, nas últimas três décadas, podemos dizer que a expansão do número de *campi*, cursos e vagas trouxe consigo problemas relacionados à retenção e à evasão. Isso ocorreu – e ainda ocorre – porque muitos dos jovens que adentraram a universidade não conseguiram, pelas mais diversas razões, mas sobretudo, por questões econômicas, manterem-se até o fim do curso. Questões relacionadas à saúde mental também tem uma forte presença quando falamos sobre evasão e retenção. Assim, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi a mais “importante política afirmativa para a viabilização do apoio à permanência dos estudantes de perfis socioeconômicos vulneráveis nas instituições de ensino e melhora do desempenho acadêmico e trajetória do aluno assistido” (Pereira, 2022, p. 29).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS EM EDUCAÇÃO

Com o objetivo de melhor discutir o tema políticas públicas em educação no Brasil, faz-se necessário entender o papel do Estado na atualidade. Nesse contexto, busca-se compreender o conceito e a relevância dessas políticas, especialmente no que se refere à saúde mental dos universitários brasileiros. Temos que ter claro também a existência de uma intrínseca relação entre Estado, sociedade e universidade, ou seja, a universidade, fim último desse estudo, nada mais é do que um reflexo da sociedade em que está inserida, além de também refletir a conjectura do Estado que a patrocina.

O Estado é, portanto, uma instituição fundamental para a organização e o funcionamento das sociedades modernas. O conceito de Estado refere-se a uma entidade política soberana, que

detém o poder de governar um determinado território e exercer autoridade sobre seus cidadãos.

Para Mascaro (2018, p. 58):

o Estado nem é instrumento neutro, que possa ser conquistado pela classe trabalhadora em benefício da superação do capitalismo, nem é burguês por ser controlado diretamente por burgueses. Sua forma social é capitalista. É exatamente por institucionalidades políticas estatais que os circuitos da acumulação se gestam e se garantem.

O Estado moderno surgiu a partir do século XVII e consolidou-se no século XIX, caracterizando-se pelo monopólio do uso legítimo da força, pela centralização do poder político e pela busca pela promoção do bem-estar coletivo. Entender as ideias de Estado moderno é importante para situar o leitor. Assim, de acordo com Ribeiro (2017, p. 5):

estudos a respeito do Estado moderno aparecem pela primeira vez em 1513 com Nicolau Maquiavel (1469-1527), mas foi efetivamente com os contratualistas Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778) que eles assumem formas mais complexas no que concerne a sua constituição e manutenção.

Ainda que o atual Estado Moderno na sociedade capitalista seja parte integrante das pautas neoliberais, tem compromissos e obrigações derivados da carta constitucional. Isso o obriga a colocar em prática políticas públicas em prol da sua população. São medidas impositivas, tendo seu descumprimento passível de ação judicial e responsabilização dos agentes políticos.

O papel do Estado atualmente é de extrema importância, visto que ele é responsável por implementar políticas públicas que visam atender às necessidades e demandas da sociedade. As políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado, por meio de suas instituições, com o objetivo de promover o bem-estar social, garantir direitos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Dentre as áreas em que as políticas públicas são aplicadas, destaca-se a educação. A importância das políticas públicas em educação reside na sua capacidade de garantir o acesso, a qualidade e a equidade no sistema educacional. Tendo em vista que este trabalho pretende, dentro de seus objetivos, investigar as possíveis causas e buscar identificar as consequências do sofrimento mental entre os estudantes de pós-graduação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e narrar a percepção dos estudantes sobre como a universidade os acolhe quando em sofrimento mental, é fundamental considerar a saúde mental dos estudantes como um aspecto relevante no contexto da relação Estado x Sociedade.

No contexto universitário brasileiro, o adoecimento mental dos estudantes tem se mostrado um desafio crescente. Pressões por maior produtividade acadêmica, competitividade, isolamento social e outros fatores contribuem para o surgimento e agravamento de transtornos

mentais neste grupo. A alta produtividade acadêmica pode ser entendida como a capacidade de um estudante de gerar um grande volume de publicações científicas de qualidade em um curto período. Geralmente, está associada a altos índices de citação e impacto significativo na área de pesquisa, sendo frequentemente utilizada como critério para financiamento, promoção e reconhecimento acadêmico. No entanto, nem todos conseguem alcançar determinadas metas, o que pode gerar frustração e, como consequência, leva-los a enfrentar problemas relacionados à saúde mental. Diante dessa realidade, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas em educação que visem promover a saúde mental dos universitários, oferecendo suporte adequado e estratégias de prevenção e tratamento.

Bleicher e Oliveira (2016, p. 543) indicam os principais entraves em relação às políticas públicas e institucionais com foco na saúde mental dos estudantes universitários. Vale destacar que os autores também indicam a carência de políticas específicas para a pós-graduação, já que esta possui especificidades bem próprias,

ausência de ações conjuntas entre Ministério da Educação - MEC e Ministério da Saúde - MS; falta de capacitação de técnicos do MEC em Saúde Pública; segregação entre as ações de saúde estudantil e do trabalhador; **falta de políticas para estudantes de pós-graduação**; ações voltadas ao tratamento em Saúde, em detrimento das atividades de promoção, prevenção e articulação com a rede de Saúde; ausência de pesquisas que embasem as ações. (**Grifo nosso**).

Retomando, o conceito de Estado refere-se à estrutura organizacional e política de uma determinada sociedade. O Estado nasce, dessa forma, regulador das relações sociais. Derivam, necessariamente, dessa conceituação, três componentes fundamentais: povo, território e governo. Povo são os cidadãos destinatários dos direitos e deveres da organização estatal; território é o espaço geográfico que delimita a atuação do Estado; governo são as instituições e membros administrativos e políticos com poderes de decisão.

Sob a perspectiva social, o Estado desempenha diversos papéis: promotor do bem-estar dos cidadãos sob sua jurisdição, garantidor da justiça e da igualdade, protetor dos direitos individuais e coletivos e mantenedor da ordem e da segurança. Estas últimas, suas faces mais perversas, detentor do uso da força, secular e legitimada.

A forma moderna de Estado é a forma capitalista de Estado. Thomas Hobbes (1615, p. 114), em sua obra “Leviatã”, “defende a necessidade de um Estado absoluto para evitar o estado de natureza, que seria caracterizado pelo conflito e pela guerra”. John Locke (1994) propõe “uma visão mais liberal do Estado, enfatizando a proteção dos direitos naturais do indivíduo, como a vida, a liberdade e a propriedade”. Locke (1994, p. 73) argumenta que “o poder estatal deve ser limitado e só é validado quando os governantes atuam de acordo com o consentimento dos governados”. Desses teóricos do Estado moderno, Jean-Jacques Rousseau (1999b, p. 10)

defende a ideia de que “cada um de nós põe em comum sua pessoa e toda a sua autoridade, sob o supremo comando da vontade geral, e recebemos em conjunto cada membro como parte indivisível do todo”.

Para a corrente marxista, o sustentáculo do Estado moderno é a dominação política. Esse Estado, chamado moderno, está sob a égide de outro braço de dominação, dessa vez econômica, o capitalismo. Portanto, Estado moderno e capitalismo se entrelaçam de tal forma que o sangue de um corre nas veias do outros, são inseparáveis. Para Mascaro (2018, p. 54), “o direito participa, enquanto forma estrutural, de uma dinâmica social que, plantada na exploração e na contradição, é por sua natureza portadora de crises”.

Por sua vez, o Estado contemporâneo é dualístico: do ponto de vista social, é - ao menos em tese - responsável por fornecer serviços essenciais à população, como educação, saúde, segurança, melhorando sua qualidade de vida. Do ponto de vista liberal, o Estado deve se ater apenas às funções básicas, como segurança, proteger direitos individuais e manter a ordem, com intervenções mínimas na economia e na vida dos indivíduos.

O Estado contemporâneo é um conceito amplo e pode ter diferentes significados, dependendo do contexto em que é utilizado. Refere-se às mudanças nas funções, papéis e responsabilidades do Estado na sociedade contemporânea. Daí dizer-se que o Estado moderno se reconfigura e se reposiciona de acordo com as características sociais existentes em determinados contextos históricos e geográficos.

De acordo com Mascaro (2018, p. 48), o Estado moderno deve ser visto em sua imbricação entre “política, direito e instituições, como plexos centrais do capitalismo, devem ser lidos a partir de sua natureza concreta, de suas formas sociais e de suas determinações pela mercadoria”.

O Estado moderno tem a capacidade de adaptação e resposta às necessidades e demandas da sociedade. Isso envolve a implementação de políticas públicas eficazes e a criação de estruturas governamentais adequadas para lidar com os problemas contemporâneos. Esse reposicionamento pode se dar por razões sociais, ambientais, políticas, mas é, sobretudo, por questões econômicas que ocorre esse ajuste estatal. Isso se mostra de forma mais clara e contundente com as reformas neoliberais iniciadas a partir do final dos anos de 1970.

As crises de acumulação do capital, em que os grandes conglomerados econômicos se veem em perdas financeiras, acarretam as transformações na maneira como o próprio Estado atua nas políticas sociais. Para Mascaro (2013, p. 126), “as crises no capitalismo podem se revelar tanto na dinâmica econômica - crise de acumulação - quanto na consecução institucional da sociedade - crise de regulação”.

A crise do capitalismo exige do Estado cortes profundos em políticas públicas. Reforma trabalhista e previdenciária, redução do financiamento público em áreas como educação - políticas de perseguição ao papel das universidades públicas são parte dessa estratégia. Nesse sentido,

o capitalismo, sistema de produção hegemônico desta época, deve ser interpretado a partir das suas crises, e os consequentes efeitos para as relações sociais mais amplas. Neste primeiro quartel do século XXI, observa-se o aprofundamento das teses neoliberais, mediado pelas políticas de austeridade e a redução do gasto público em políticas sociais. (Araujo e Chaves, 2022, p. 4).

No Brasil, de Fernando Collor a Bolsonaro, passando por Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Temer, o esvaziamento das políticas sociais prejudicaram milhões de brasileiros. Como exemplo, tomemos o que aconteceu no país durante a Pandemia do Coronavírus (COVID-19), em que a forma como o ex-presidente Jair Bolsonaro tratou a saúde pública ceifou milhares de vidas.

Não podemos perder de vista que o capitalismo contemporâneo traz consigo muitas contradições. A precarização e exploração do trabalho, por exemplo, como a “uberização” - que é a mercantilização das atividades econômicas sem intermédio de empregador. A expressão “uberização do trabalho” foi introduzida no Brasil por estudiosos da Sociologia do Trabalho. Esvaziamento das políticas públicas por governos neoliberais agrava a diferença entre ricos e pobres. No Brasil, durante a pandemia, a insegurança alimentar atingiu 36% da população, cerca de 77 milhões de pessoas, segundo a FGV Social, com base em dados do “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”. O capital especulativo, baseado em altas taxas de juros e baixíssima taxa de empregabilidade completam esse cenário.

Em resumo, o Estado contemporâneo capitalista é caracterizado pela centralidade da economia de mercado e pela busca do lucro como motor principal. Ele promove uma suposta liberdade individual e autonomia da vontade dos trabalhadores, mas que é, na verdade, desregulamentação estatal. Portanto, o fortalecimento das políticas públicas como papel central do Estado deve ser a pauta dos governantes.

A presente pesquisa poderá ajudar na discussão sobre a ideia de que o adoecimento mental dos estudantes universitários está ligado, entre outros, a fatores gerados pela falta de investimento público em educação. Ainda que existam fatores externos às questões propriamente universitárias, o contexto de austeridade fiscal que afeta a destinação de recursos é motriz do adoecimento mental entre universitários. Nesse sentido, Araujo (2022, p. 4) aponta que “sem nenhum constrangimento, o grande capital reforça a atuação dos governos, ao

defender a primazia da economia, em detrimento da saúde pública e da preservação das vidas”.

É fundamental a noção de que “o ensino superior desempenha um papel central em todos os aspectos do desenvolvimento de indivíduos, comunidades, sociedades e culturas – local e globalmente” (Carta de Okanagan, 2015, p. 7). Dessa forma, as políticas públicas em educação e saúde mental devem ser elaboradas em conjunto, visando sempre a melhoria do sistema, com ampliação do atendimento aos estudantes.

As políticas públicas, no século XXI, foram, muitas vezes, pautadas na sociedade capitalista, tendo o Estado como seu regulador. “A concepção de Estado interfere diretamente no processo de constituição das políticas públicas sociais, além do jogo de força entre sociedade civil e Estado na sua elaboração” (Silva, 2019, p. 1). O Estado moderno é basilar de um sistema socioeconômico e político estabelecido por aqueles a quem interessava esta ordenação.

Ainda que o tema “políticas públicas” seja matéria de estudo de diversas ciências, é na ciência política que se encontram as definições, conceitos e finalidades. Elas “traduzem-se em conjuntos de ações, programas e decisões do poder público, com a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados, visando assegurar ou promover determinado direito social, assegurado constitucionalmente” (Andrade, 2019, p. 303). Diz-se, portanto, que é o “Estado em ação”, cumprindo determinado projeto de governo.

Políticas públicas são ações, programas e decisões tomadas pelo Estado para atender às necessidades e aos interesses da sociedade. São formuladas e executadas com o objetivo de promover o bem-estar social da população. As políticas públicas são amplas e perpassam por diversas áreas, como educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura, emprego e outras. Refletem as prioridades de governo, seus valores, objetivos e ideologias.

Para Rosa (2021, p. 14), “a função das políticas públicas seria promover transformações sociais”. O estabelecimento de políticas públicas, dentro das arenas políticas, deve visar a um propósito, elaborado por atores sociais, governamentais e não-governamentais, e respeitar um processo, que é a forma como as políticas públicas são elaboradas. Dye (2010) *apud* Rosa (2021, p. 15) afirma que “política pública é tudo o que os governos escolhem fazer ou não fazer”.

Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, no período pandêmico, ao decidir não comprar vacinas e não orientando a população, fez política pública. A forma como se deu a articulação política daquele governo foi pensada, não apenas mero fruto de incompetência técnica – apesar de também ter sido. Nesta linha, aponta Araujo (2022, p. 8):

O modus operandi do governo Bolsonaro ao lidar com a crise sanitária da Covid-19, alinha-se com as ações direcionadas às universidades federais. Estas instituições sociais foram transformadas em alvos sistemáticos de ataques, deslegitimação e

desmonte, arregimentados pelos titulares da pasta da educação.

No Brasil recente, de 2016 a 2022, o financiamento das universidades federais:

não é considerado um gasto social prioritário, assim como diversas outras políticas sociais. Isso se deve à política de ajuste fiscal que acompanha os sucessivos governos, com base em uma agenda neoliberal que prioriza o capital em detrimento do social. (Araujo e Chaves, 2023, p. 10).

O papel do Estado e sua autonomia na formulação das políticas públicas é ponto chave na articulação política, pois os governos são eleitos por grupos sociais que pressionam para elaboração de determinadas políticas públicas, grupos de interesses. No Brasil, há grupos como a “Bancada BBB: armamentista (“da bala”), ruralista (“do boi”) e evangélica (“da bíblia”). A agenda de políticas públicas, do governo de Michel Temer, em 2016, até o fim do governo Jair Bolsonaro, em 2022, foi pautada por fortes restrições orçamentárias. A começar pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que impôs limite de investimentos, por vinte anos, em saúde e educação. “Na perspectiva reformista, o financiamento da educação superior pública adentra na mesma lógica aplicada à economia, ou seja, de racionalização de recursos orçamentários mediante contingenciamentos e cortes nos recursos discricionários”. (Araujo, 2022, p. 6).

Ao mesmo tempo em que a sociedade passou a contar com garantias constitucionais para ver ser direitos básicos assegurados,

as políticas neoliberais de ajuste fiscal vêm imprimindo uma série de contrarreformas econômicas e sociais com retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira, além de diminuir os recursos do fundo público para as POLÍTICAS SOCIAIS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, MORADIA, PREVIDÊNCIA SOCIAL ETC.).” (Araujo, 2022, p. 6).

Dessa forma, por mais que haja definições no escopo constitucional, as políticas públicas são moldadas pelo capital, pelo poder econômico. É ele que dita as regras do mercado e direciona as ações governamentais. Diante disso, resta aos grupos sociais, como atores principais frente a essas políticas, fortalecerem-se para exigir seus direitos.

As políticas públicas têm amparo constitucional, e a constituição de um determinado país é a lei fundamental do estado, que assegura à população direitos e garantias fundamentais. O papel primordial das políticas públicas é seu compromisso com o desenvolvimento social e com a redução das desigualdades.

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira carta brasileira que alçou os direitos sociais ao rol de direitos fundamentais. Andrade (2019, p. 307) informa que:

a Constituição de 1988 estabelece objetivos fundamentais que encerram algumas das condições necessárias para a implementação de um “Estado Social”. Também garante aos cidadãos mecanismos de controle e fiscalização na efetivação das políticas públicas sociais [...]. A Constituição de 1988 é, ainda, responsável pela constitucionalização de grande parte da agenda governamental de políticas públicas.

Ainda que a carta magna estabeleça garantias ao descumprimento das políticas públicas – pois são impositivas ao Estado - “as emendas constitucionais são usadas comumente para operacionalizar as agendas governamentais e levam em conta, muitas vezes, interesses de grupos específicos, abandonando seus propósitos reais” Andrade (2019, p. 307). Certo, no entanto, que o povo tem instrumentos legais para efetivação das políticas públicas, por meio de mandado de segurança, ação popular, mandado de injunção e do Ministério Público.

A educação exerce papel fundamental nas sociedades desenvolvidas, com reflexos nos seus habitantes. Não obstante, a falta de investimentos suficientes nessa área social, notadamente no contexto universitário, pode ter impactos significativos na saúde mental dos estudantes. A falta e recursos orçamentários em educação pode afetar a saúde mental dos estudantes universitários, com sérias consequências, pois limitam as ações na área dentro das universidades.

As políticas públicas em educação referem-se às ações e programas do Estado para promover o acesso, a permanência, a formação e a melhoria da educação. Visam garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de educação, asseguradas por vias constitucionais e legais. Outro viés desse tipo de política pública é a inclusão de grupos historicamente excluídos.

A falta de investimentos em educação eleva a competição no meio acadêmico, gerando pressão para competir por oportunidades limitadas. Ademais, reflete também na falta de serviços de apoio, como acompanhamento psicológico e programas de saúde mental. Além disso, organismos internacionais de promoção da saúde mental sugerem a criação de um ambiente e de uma cultura de apoio em relação à saúde mental.

No período de 2016, pós-*impeachment*, até o fim do governo Bolsonaro, em 2022, o país viveu um profundo ataque governamental às políticas públicas, sobretudo, em educação e saúde. Já em 2015, por conta da estagnação da economia, as universidades públicas vinham sendo afetadas com cortes orçamentários. Para se ter uma ideia, “em 2013, as Universidades receberam para o custeio de suas atividades R\$ 10,339 bilhões e em 2020 receberam R\$ 6,514 bilhões, uma redução de -37,00%” (Araujo, 2022, p. 10), demonstrando a forte contração nos investimentos públicos na área. A mesma autora afirma que

fica evidente que o corte brutal no financiamento das Universidades públicas federais demonstra que o projeto do governo federal é de sua destruição enquanto instituição pública e autônoma. Os dois pilares essenciais para a existência dessas instituições, quais sejam, o financiamento público e a autonomia universitária têm sido os alvos preferenciais. (Araujo, 2022, p. 11).

Como já apontamos, a universidade é um recorte da sociedade e do Estado em que está

inserida, assim, a falta de recursos orçamentários afeta diretamente os investimentos em políticas institucionais, o que pode levar ao aumento dos níveis de estresse e ansiedade entre os estudantes universitários, comprometendo seu bem-estar emocional. A falta de suporte emocional e psicológico adequado pode contribuir para o surgimento de sintomas depressivos e sentimentos de isolamento social, afetando negativamente a saúde mental dos estudantes.

As políticas públicas buscam garantir o acesso universal à educação, desde a educação básica - obrigatória - até o ensino superior. Nas últimas duas décadas, no Brasil, a maior expressão das políticas públicas em educação superior foi sua expressiva expansão, sobretudo, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Essa expansão também se deu na rede privada, via financiamento público, como exemplo do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Discute-se, contudo, se a qualidade da educação acompanhou tamanha expansão. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), lei nº 10.861/2004, é um instrumento legal de avaliação da educação superior. Esse sistema serve para subsidiar políticas públicas para o ensino superior, com foco na melhoria da qualidade da educação.

Acontece que, desde 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, até o fim do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, a educação deixa de ser um projeto de Estado e passa a ser considerado um ônus governamental. Nada disso acontece por acaso, como assevera Mascaro (2018, p. 62):

eventos como os impeachments dos últimos anos na América Latina mostram que a democracia é modulada de acordo com interesses muito diretos e imediatos da política e das classes capitalistas. Poderes judiciários, meios de comunicação de massa, forças militares, todo esse complexo atua dentro do campo democrático exatamente para constituir uma dinâmica que se possa chamar de típica, excluindo formas populares e anticapitalistas de poder popular.

O professor da Universidade de Brasília, José Geraldo de Sousa Junior aponta que o *impeachment* “configurou um golpe institucional armado contra um projeto de sociedade, uma plataforma política e uma concepção de democracia” Correia e Sousa Junior (2020, p. 1632). Ademais,

após o golpe, com o governo ilegítimo de Michel Temer, muitos retrocessos têm ocorrido nas mais diversas áreas, especialmente no campo dos direitos sociais, com destaque para os direitos à saúde, à educação, à assistência social, ao trabalho e à previdência social (Stefano e Mendonça, 2018 *apud* Correia e Sousa Junior, 2020, p. 1647).

O capitalismo, em tempos de crise, prefere a desregulamentação estatal, ganhar tempo e se ajustar às novas possibilidades de exploração. Dessa forma, temos que,

desejando mais mercado desregulado para curar o mercado – ou por quem a trata como

crise capitalista minorável ou domável – desejando mais mercado regrado para curar o mercado. Reforma, seja para mais ou para menos, tem sido o mote para a crise capitalista do final do século XX e do início do século XXI. Mascaro (2018, p. 49).

A educação é reconhecidamente uma materialização de ações do Estado por meio das políticas públicas mais relevantes para o desenvolvimento e progresso de qualquer nação. Está no seio de toda sociedade avançada a valorização da educação e de todos os envolvidos. As políticas públicas em educação devem ser desenvolvidas de forma participativa, com a colaboração de todos os atores sociais envolvidos. O princípio da gestão democrática, nos termos da constituição brasileira e da legislação federal, determina essas diretrizes.

Sem ação da universidade, as políticas públicas de assistência à saúde mental de estudantes não são efetivadas plenamente. Assim,

A formulação da política de saúde mental, orientada pelos princípios da Reforma Psiquiátrica, requer o desenvolvimento de ações integradas e intersetoriais nos campos da Educação, Cultura, Habitação, Assistência Social, Esporte, Trabalho e Lazer, visando a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania da população (Conferência Nacional de Saúde Mental, 2001, p. 20).

A ação coordenada entre o Estado e a universidade deve visar potencializar recursos, financeiros e humanos, na busca de oferecer melhores serviços e contemplar o maior número possível de alunos, identificando e separando as características próprias de cada grupo de estudantes. Neste sentido,

no campo político [...] é necessária a inclusão dos estudantes de pós-graduação no PNAES ou a criação de uma política de assistência estudantil própria, que considere a implicação do atual modelo de Ciência e Tecnologia no país e seu impacto sobre a saúde do pesquisador. [...] no campo técnico, faz-se urgente capacitar as equipes em Saúde, com ênfase às questões relativas à Saúde Pública. Realizar programas e ações a partir de prévio levantamento diagnóstico institucional e com a compreensão de que já existe uma rede pública de saúde, que deve se comunicar com os serviços de saúde estudantil das instituições federais. [...] no âmbito acadêmico, sugere-se o incentivo à realização de pesquisas, compreendendo que alunos das diferentes IFES são públicos distintos entre si, dadas as diferenças que compõem os alunados dos IFs e das universidades; que alunos de graduações universitárias e de pós-graduações são também públicos distintos e, portanto, cada público deve ter suas especialidades observadas na condução dos estudos. Bleicher e Oliveira (2016, p. 548).

Algumas ações governamentais dentro das políticas públicas em educação e saúde poderiam render melhores resultados se, de fato, houvesse integração e compartilhamento de informações entre os órgãos públicos. Quando tratamos de acolhimento e redes de apoio aos estudantes de pós-graduação da rede federal de ensino superior, pensamos que quanto mais divulgação em relação às ações existentes, maiores as possibilidades de que o combate ao sofrimento mental desses alunos pudesse ser mitigado. Um exemplo que nos vem à mente são as ações da “Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS”, focada em atitudes de ampliação de acesso à saúde pública. Essa política pública tem por

objetivos:

1. Incorporar e implementar a PNPIC no SUS, na perspectiva da **prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde**. [...]
3. **Promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas ao desenvolvimento sustentável de comunidades.**
4. **Estimular as ações referentes ao controle/participação social [...].** (Brasil, 2006, p. 24). **(Grifo nosso).**

A PNPIC visa o “estímulo às ações intersetoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral das ações e o fortalecimento da participação social” (Brasil, 2006, p. 26). Ela “compreende o ser humano de forma sistêmica ao considerá-lo em suas realidades física, emocional, psíquica, espiritual, individualizada e em interação com o meio ambiente, a sociedade e a cultura” (Brasil, 2006).

Na Universidade Federal da Paraíba, por exemplo, devem-se efetivar as políticas do Plano de Inclusão Social e Promoção da Acessibilidade, já previstas no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional/ UFPB/ 2019-2023). O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/ 2019-2023) da UFPB delega ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) a orientação e desenvolvimento de ações de inclusão e acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais, nos eixos de ensino (graduação e **pós-graduação**), pesquisa e extensão. Apenas um tópico do PDI relaciona-se a atendimento a transtornos mentais:

O CIA presta diversos tipos de assistência, tais como: **avaliação terapêutica ocupacional dos estudantes e encaminhamento, quando necessário, para os serviços de Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia e Fisioterapia** (ofertados nas clínicas-escola dentro da própria universidade). **(Grifo nosso).**

O CIA da UFPB e o CRAS da UFPB, além de ofertarem serviços aquém da demanda dos estudantes, não oferecem algo que, em se tratando de saúde mental, é fundamental: acolhimento. Não há, na universidade, nenhuma política institucional de atendimento a demandas de adoecimento mental voltada para alunos de pós-graduação. A universidade deve tomar as medidas necessárias para efetiva implementação de políticas voltadas ao atendimento desses acadêmicos, que seja por meio da atual CIA, com a criação de um órgão específico, com essa finalidade, detentor de autonomia para tratar todos os dados levantados e criar as melhores práticas. Para o próximo PDI, sugere-se a inclusão de uma diretriz própria sobre saúde mental.

O objetivo maior de implementação desta política de inclusão é a utilização integral e eficaz dos recursos que a UFPB já disponibiliza, seja em centros específicos, como o Laboratório de Vida Independente e Tecnologia Assistiva (LAVITA), do Departamento de Terapia Ocupacional, do Centro de Ciências da Saúde (CCS) ou mesmo no Comitê de Inclusão

e Acessibilidade (CIA).

Portanto, as políticas públicas devem priorizar a destinação de recursos adequados para a educação, incluindo investimentos em serviços de apoio emocional e psicológico, visando promover um ambiente educacional saudável e propício ao crescimento integral dos estudantes. Somente um Estado que valoriza e cuida da saúde mental dos estudantes universitários, proporcionando-lhes uma educação de qualidade e com apoio necessário à sua formação pedagógica e humana, poderá se desenvolver. A seguir, trataremos da questão da saúde mental na atualidade, trazendo conceitos importantes para nossa pesquisa.

3 A QUESTÃO DA SAÚDE MENTAL NA ATUALIDADE

Historicamente no Brasil, indivíduos com transtornos mentais sempre foram segregados do convívio social, isolados em “locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional” (Goffman, 2001, p. 16). A Constituição Federal de 1988 criou o Sistema Único de Saúde (SUS), para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos brasileiros. No entanto, é a Lei da Reforma Psiquiátrica, Lei nº 10.216/2001, que coloca fim ao isolamento das pessoas com transtornos mentais, além de garantir-lhes direitos e redirecionar o modelo assistencial à saúde mental. Seu art. 1º diz que:

Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

No Brasil, em relação a políticas públicas em saúde mental, destaca-se a luta e as conquistas do Movimento Antimanicomial (MA). Foi este movimento e seus atores sociais que conseguiram pressionar os governos até a aprovação da Reforma Psiquiátrica, em 2001. “Foi o MA que impulsionou a elaboração de propostas visando a transformação da assistência psiquiátrica no Brasil.” (Correia e Sousa Junior, 2020, p. 1632).

Foi instituída também, por meio da Portaria nº 3.088/2011, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Os CAPS I e II são os que atendem pessoas com transtornos mentais graves. Já na área educacional, o Decreto nº 7.234/2010 cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Executado pelo Ministério da Educação, este programa visa a implementação de ações de assistência estudantil que deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas de atenção à saúde e transtornos globais do desenvolvimento.

Por fim, a Lei nº 9.394/1996, Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e, em seu Capítulo V, trata da Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por **educação especial**, para os efeitos desta Lei, a **modalidade de educação escolar** oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, **para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento** e altas habilidades ou superdotação (**Grifo nosso**).

A legislação educacional prevê vinculações entre as políticas de saúde mental, com atendimento psicossocial, além da inclusão pelo atendimento educacional à pessoa com transtorno mental. Nesse sentido, esse referencial bibliográfico também nos serve de suporte material na construção deste trabalho.

Logo, entendemos que a questão do adoecimento mental na universidade é apenas um recorte do contexto social contemporâneo, onde a discussão sobre a saúde mental de toda população ganha contornos consideráveis. De fato, a vida dos estudantes de pós-graduação das universidades públicas brasileiras não pode ser considerada à parte de sua vida social.

Assim, juntamente com a questão da saúde mental no Brasil - tanto na sociedade como no ambiente universitário - a lógica neoliberal de administração do sofrimento mental tem persistido por várias décadas. Portanto, numa sequência que se estende das sociedades globais até as universidades, o neoliberalismo, como uma das origens do sofrimento mental, deve ser considerado no estudo desta dissertação.

Deste modo, Dunker, Silva Junior e Safatle (2021, p. 31) discorrem que “a disciplina social neoliberal deve anular tal dimensão de revolta que se exprime no sofrimento psíquico”. Por isso, ela deve reconstruir completamente o que podemos chamar de “gramática social do sofrimento”. Os autores informam que “entre 1950 e 1974 o número de sujeitos internados em hospitais psiquiátricos caiu pela metade (de 500 mil para 215 mil)” (Idem, 2021, p. 37).

Ao mesmo tempo, os tratamentos medicamentosos crescem de forma exponencial. Por trás disso, há toda uma racionalização da indústria farmacêutica, uma das mais economicamente poderosas do mundo. Isso significa que para a lógica capitalista neoliberal, interessa mais medicar e lucrar com isso e ao mesmo tempo gerir quem está ou não doente mentalmente.

A década de 1950 é “o início da medicalização e da normalização de que sofrimento mental é apenas um recorte “aceitável” da vida humana” (Dunker; Silva Junior; Safatle, 2021, p. 37). Os sujeitos são agora reconfigurados para melhor responder à lógica do mercado, capitalista e sedento por lucro.

Dessa forma, a faceta neoliberal sobre os seres humanos impõe o chamado “aprimoramento de si”, marcadamente conhecido por exigir o máximo da força de trabalho das pessoas visando ao máximo lucro das empresas. Neste íterim, a indústria farmacêutica cria medicamentos para melhorar o desempenho dos seres humanos, como, por exemplo, as chamadas *smart drugs*, como o *Venvanse*, indicado para melhorar a concentração em função da competitividade gerada pelo neoliberalismo.

Ainda dentro dessa lógica, a sociedade médica não representa novidade. Com a ascensão do neoliberalismo nos anos de 1970, a denominada “gramática do sofrimento psíquico” ganha relevo com a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). As doenças mentais passam a ser descritas de forma fria e direta, em um manual imenso que procura categorizar o sofrimento mental de acordo com algumas correlações de efeito. Dessa forma, a medicina se molda e surge a psiquiatria do aprimoramento.

A Associação Psiquiátrica Americana, produtora do DSM, alinhada aos ditames neoliberais, sempre trabalhou com a “potencialização de performances no trabalho (*Enhancement*)”. Os mesmos autores explicam que

O *enhancement* seria a **maximização de potencialidades das funções humanas para uma melhor satisfação de demandas** sociais, sejam elas de cunho estético, laboral ou esportivo (e **acadêmicos**). Assim, o esforço curativo da medicina tende a ser superado por um novo paradigma: a **performance**. (Dunker; Silva Junior; Safatle, 2021, p. 10). **(Grifo nosso)**.

Com a publicação do DSM, “o transtorno mental se vê livre dos muros do hospício e ganha todas as esferas sociais” (Dunker; Silva Junior; Safatle, 2021, p. 128). Dessa forma, o neoliberalismo sempre pretendeu alterar a relação das pessoas com o sofrimento psíquico. A psiquiatria, desde a ascensão do neoliberalismo com o golpe de Estado no Chile², em 1963, sempre andou de mãos dadas com as causas neoliberais, conforme se infere dessa passagem de Dunker, Silva Junior e Safatle (2021, p. 128),

Claro está que a psiquiatria a um só tempo atuou como beneficiária dos sofrimentos gerados pela reorganização neoliberal da sociedade e também os produziu, inaugurando uma nova etapa em sua relação secular com a doença mental: não apenas descrever, compreender e tratar os sofrimentos psíquicos, como também produzi-los para então tratá-los.

A figura a seguir, de uma pichação em uma fachada durante a ditadura militar no Chile é emblemática: à época já se sabia que o capitalismo neoliberal era um dos maiores agentes causadores de sofrimento mental, sendo a depressão uma das suas faces mais visíveis. Nesse período, a ação humana passa a ser quantificada, matematizada. Começa-se falar em motivação dos indivíduos – tudo no intuito de “potencializar” suas capacidades produtivas. Tudo tem como pano de fundo, as crises do capitalismo³ e sua necessidade de se reerguer.

² Tendo à frente a figura do general Augusto Pinochet e liderado, economicamente, por um grupo de economistas da Universidade de Chicago, que tinham como mentor o economista norte-americano Milton Friedman, sendo, então, denominados por Chicago Boys.

³ De tempos em tempos, o capitalismo passa por crises, como a crise de superprodução. Nesses períodos, o sistema tenta se readaptar para não perder sua hegemonia.

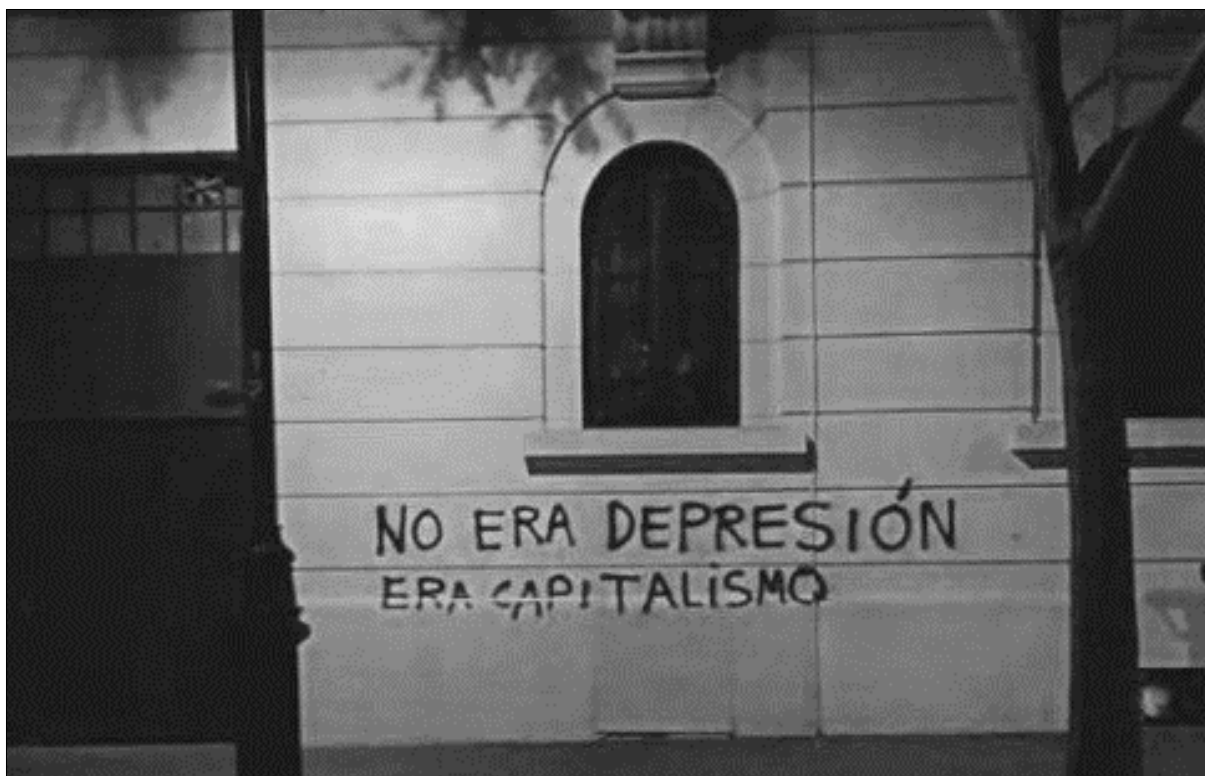


Figura 1 - Pichação⁴ em uma parede no Chile, em 1963, durante o Regime Militar de Augusto Pinochet.

Fonte: internet.

Os autores Milton Friedman e Friedrich Hayek, considerados os pais do neoliberalismo, “consideravam que a liberdade individual só seria possível em uma situação de livre-concorrência, ou seja, sem a participação do Estado intervencionista (keynesiano)” (Dunker *et al.*, 2021, p. 65). Ainda de acordo com os autores, Friedman e Hayek tinham “a ideia de afastar a economia do crescente controle estatal, em resposta às crises do capitalismo”. Surge daí, então, “a ‘única saída’: o neoliberalismo”.

O termo neoliberalismo surge no Colóquio Walter Lippmann, Paris, 1938. “Simboliza o esforço para restaurar certas bases teóricas do liberalismo, num contexto em que este havia perdido a hegemonia” (Dunker *et al.*, 2021, p. 65). A escola teórica neoliberal foi oficialmente fundada em 1947, na chamada Sociedade Mont Pèlerin.

Ainda que o neoliberalismo aparente ser um campo aberto à competição e ao crescimento pessoal, por meio do que se convencionou chamar de “empresários de si”, a realidade mostra que nesse sistema, quem lucra é o capitalista e este não é o entregador de lanche, não é o motorista de aplicativo, sequer o dono da padaria da esquina, o capitalista é o dono dos grandes meios de produção, quase sempre, amparado pelas mãos do Estado, via

⁴ A pichação é considerada um ato político, principalmente de jovens da periferia, que usam as paredes da cidade para se comunicar e protestar contra as desigualdades sociais dos centros urbanos.

financiamentos e políticas setoriais. Essa ideia de “empreendedor de si” gera sofrimento para os sujeitos, pois enchem-se de expectativas, mas são responsabilizados por seus fracassos. Se não deu certo, a culpa é do “empreendedor”, jamais do sistema capitalista neoliberal.

O Neoliberalismo, como doutrina, não está preocupada com o coletivo, ao contrário, prioriza o fortalecimento do individualismo como propulsor da economia, o *homo economicus*. Nele, o *enhancement*, como potencialização de performances no trabalho seria o caminho para a satisfação de demandas sociais, não sendo relevante ou primordial que se estabeleçam legislações sobre políticas públicas, por exemplo. O mercado se autorregula e são os indivíduos - seres capazes - responsáveis pela manutenção da ordem econômica, não o Estado. Nesse sentido, temos que

O neoliberalismo é aqui entendido como teoria que supervaloriza o individualismo e reconhece o mercado, única e exclusivamente, como regulador das relações estabelecidas economicamente e, por consequência, reflete nas searas política e social, inclusive construindo uma noção de interesse comum ou coletivo latamente paradoxal – a individualista. (Cristóvam *et al.*, 2023, p. 244).

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, estabeleceu temas como saúde e educação como direitos inalienáveis. Contudo, o neoliberalismo procura anular esse texto, seja através de sua lógica de mercado, que estimula o indivíduo a perseguir suas próprias vitórias, ou através de pressões junto ao Congresso. Ademais, o neoliberalismo teve impacto no poder legislativo ao escolher representantes com interesses privados. Cristóvam *et al.* (2023, p. 244) declaram que "a lógica neoliberal [...] supera as políticas sociais essenciais para a consolidação do modelo de Estado estabelecido na Constituição de 1988".

O neoliberalismo considera a pessoa como um componente do sistema, apreciado apenas pela sua habilidade de produção, mantendo o controle capitalista. Cristóvam *et al.* (2023, p. 244) declaram que "o neoliberalismo considera o indivíduo como um recurso econômico, um componente de um jogo exclusivamente financeiro". Essa objetificação também se manifesta nas instituições de ensino superior, onde estudantes de pós-graduação frequentemente se queixam do excesso de tarefas e prazos apertados.

Os resultados deste estudo indicam taxas de desistência superiores a 50% entre os alunos examinados, destacando a importância de compreender as razões desse abandono. A universidade pública está repleta de ideias neoliberais de Estado mínimo, como demonstra a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu um limite de gastos em saúde e educação por uma década. Os cortes de orçamento na educação durante os governos de Temer e Bolsonaro também demonstram essa negligência. Cristóvam *et al.* (2023, p. 244) sustentam que

"o neoliberalismo se vale de crises para atacar questões sociais", diminuindo a cidadania e impulsionando uma agenda de "austeridade fiscal".

Para agravar a questão do adoecimento mental, em 2020, a pandemia do Coronavírus (COVID-19) aprofundou mundialmente questões relacionadas à saúde mental das pessoas. O desconhecimento sobre o tema e a falta de políticas públicas em saúde mental passou a ser encarada como problema em nível global.

O Brasil é atualmente um dos países mais afetados pelo adoecimento mental. Pesquisas recentes, nas mais diversas áreas, seja profissional ou pessoal, apontam índices preocupantes. Para as empresas, dentro do sistema capitalista de produção de bens e consumo, o que preocupa é a baixa produtividade dos seus trabalhadores. Na área acadêmica os estudantes universitários, incluindo os de pós-graduação, são afligidos devido à alta demanda acadêmica, como evidenciam pesquisas realizadas no país.

As causas de adoecimento mental têm origem em diversos fatores. O neoliberalismo é também um agente causador de adoecimento mental entre a população, como já apontado em Dunker (2021), seja na vida pessoal, profissional ou mesmo acadêmica, conforme se pretende demonstrar nessa pesquisa por meio dos estudos sobre falta de investimento na universidade pública.

Agora o sofrimento não é mais um obstáculo para o desenvolvimento da indústria, mas pode ser metodicamente produzido e administrado para aumentar o desempenho e é isso que caracteriza o neoliberalismo no contexto das políticas de sofrimento: individualização, intensificação e instrumentalização. Dunker *et al.* (2021, p. 179).

Além disso, fatores psicossociais, genéticos, ambientais e até mesmo abusos físicos e psicológicos geram adoecimento mental. Dessa forma, o sofrimento mental é gerado por um complexo de situações modernas que de fato afetam o bem-estar das pessoas, para muito além da subjetividade da gana por produtividade.

No Brasil, a porcentagem de estudantes universitários afetados por problemas de saúde mental é alarmante, conforme pesquisas recentes, e a falta de acesso a atendimento psicológico ou psiquiátrico é incipiente e insuficiente, de acordo com dados das próprias instituições. A invisibilidade desses casos é outro fator que dificulta a elaboração de políticas voltadas ao bem-estar dos estudantes. Para Valéria Barbieri, professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, outro fator que dificulta a identificação do problema e possíveis práticas de prevenção é

tratar como comum, trivial, as experiências vividas por quem sofre com doenças mentais é uma forma de banalização desses transtornos. Um outro exemplo é ouvir uma pessoa transitoriamente triste dizer que “está com depressão”. E estas situações contribuem para a desinformação e preconceito dos transtornos mentais (Pierre, 2021, p. 2).

Este estudo visa abordar a eficácia das políticas públicas e institucionais de permanência aplicadas pela UFPB para que, posteriormente, possamos ter a percepção dos estudantes sobre o apoio oferecido pela universidade.

3.1 SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Antes de abordarmos o tema da saúde mental na universidade, é necessário esclarecer algumas ideias fundamentais. Apesar da OMS ser a principal autoridade em saúde mental, alguns escritores apresentam uma perspectiva mais contemporânea e integral sobre o assunto. Os autores modernos discutem o sofrimento mental como consequência das demandas sociais, econômicas e culturais atuais, espelhando as pressões por desempenho, a desconexão emocional e a lógica de autoexploração. Apontamos abaixo, alguns conceitos e visões de autores que atualmente discutem o tema.

Saúde mental pode ser entendida a partir da ótica de três importantes autores contemporâneos. Estes escritores atuais debatem a saúde mental como uma construção social, impactada por questões de desempenho, exclusão social, responsabilidade pessoal e reconhecimento social, espelhando as intrincadas exigências da vida contemporânea, conforme segue no quadro abaixo:

Quadro 1 - Conceitos acerca do tema saúde mental.

Autor	Obra	Conceito
Han (2017)	Sociedade do Cansaço	Discute a saúde mental na era do desempenho, afirmando que "a obsessão por produtividade e autocontrole cria uma sociedade doentes de si mesmos, onde a saúde mental é sacrificada em nome da eficiência".
Judith Butler (2016)	<i>Notes Toward a Performative Theory of Assembly</i>	Reflete sobre a saúde mental no contexto da vulnerabilidade, afirmando que "a saúde mental está intimamente ligada ao reconhecimento social; sem ele, a subjetividade sofre e se fragmenta, afetando profundamente o bem-estar psíquico". (Ed. brasileira: <i>Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia</i>).

Fonte: elaborado pelo autor.

Depreende-se das palavras de Han (2017) algumas questões de suma importância. Primeiro, quando cita a sociedade, lembremo-nos de incluir aí a universidade, segundo, o

sacrifício citado, da saúde mental em nome da produtividade beneficia a quem? Como vimos recentemente em Safatle, podemos dizer que a saúde mental das pessoas na sociedade atual é sacrificada em nome das causas neoliberais. Por sua vez, Judith Butler (2016) afirma que o bem-estar psíquico é afetado por questões de subjetividade das pessoas. Isso fica claro quando observamos o poder que as redes sociais hoje têm sobre os seres humanos, determinando, inclusive, comportamentos.

No quadro abaixo, temos visões de adoecimento mental na obra de alguns autores relevantes deste século:

Quadro 2 - Conceitos acerca do tema adoecimento mental.

Autor	Obra	Conceito
Han (2017)	Sociedade do Cansaço	Adoecimento mental como resultado da pressão por desempenho constante na sociedade contemporânea, afirmando que "vivemos em uma época em que a autoexploração leva ao esgotamento psíquico, resultando em patologias como depressão e <i>burnout</i> ".
Safatle (2015)	O Circuito dos Afetos	Afirma que "o adoecimento mental na contemporaneidade está fortemente vinculado às dinâmicas de poder e controle emocional, que moldam os sujeitos a partir de uma lógica de produção de afetos negativos, como o medo e a insegurança".

Fonte: elaborado pelo autor.

Note-se nestas duas citações do quadro acima que os autores se preocupam em entender o adoecimento mental como situações complexas, envoltas em um arcabouço de possibilidades em que as pessoas, por vezes, sequer se veem envolvidas, mas que as moldam e levam-nas ao adoecimento. Atrevemo-nos a dizer, portanto, que as causas do adoecimento, provocadas por esse arcabouço de situações é algo invisível, que não está posto - e de propósito - para que as pessoas percebam. Dessa forma, se dar conta mesmo de que estão doentes se torna algo difícil.

Por sua vez, quando tratamos do conceito de **sofrimento mental**, temos em alguns autores uma nova perspectiva sobre a conceituação, que diverge do que apregoa a OMS, quando, de forma bastante pontual, trata do tema.

Quadro 3 - Conceitos acerca do tema sofrimento mental.

Autor	Obra	Conceito
Han (2017)	Sociedade do Cansaço	"O sofrimento mental contemporâneo surge da pressão para maximizar o desempenho, em que o sujeito é o explorador e o

		explorado de si mesmo, resultando em patologias como burnout e depressão".
Judith Butler (2009)	Quadros de Guerra	Discute o sofrimento mental dentro do contexto da vulnerabilidade humana, observando que "as condições sociais de reconhecimento ou sua ausência influenciam o modo como as pessoas experienciam o sofrimento e a precariedade de suas vidas".

Fonte: elaborado pelo autor.

O Ministério da Saúde (MS), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) ainda são as referências quando se trata de indicação de cuidados com a saúde mental do ser humano. Por sua vez, a *American Psychiatric Association* é referência quando o assunto é pesquisa sobre a identificação dos transtornos em adoecimento mental, no entanto, essa associação tende a um viés voltado à medicalização das pessoas em sofrimento mental.

A saúde mental é "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade mental" (OMS, 2022). Note-se que esta conceituação da OMS tende a uma simplificação da questão. A vida moderna e cotidiana é repleta de estresse, sobretudo nas grandes cidades. Atividades comuns, como estudar e trabalhar, por exemplo, podem ser afetadas por causa de problemas de saúde mental.

Na Constituição Federal de 1988, diversos direitos foram assegurados em seu texto, obrigando os agentes públicos a implementar as políticas públicas. Sobre saúde, houve a "inserção da noção de cuidado integral e integralidade nas diretrizes do SUS foi central para as práticas em saúde mental que dela derivaram, instigando a produção de novas abordagens em saúde, clínica e terapêutica, no Brasil". (Ecker, 2020, p. 63).

Tal qual todas as políticas públicas existentes, a questão do cuidado com a saúde, física e mental, vem ganhando força nos debates entre os atores sociais. As políticas públicas são, antes de mais nada, a atuação intensa dos atores na arena política de seus interesses. Assim, nesta seara, a luta por implementação de políticas públicas na área da saúde visa

a promoção da saúde está para além da prestação de cuidados de saúde. Inscreve a saúde na agenda dos decisores políticos, em todos os sectores e a todos os níveis, consciencializando-os das consequências para a saúde das suas decisões e levando-os a assumir as responsabilidades neste campo. (Carta de Ottawa, 1986, p. 3).

A baixa produtividade, muitas vezes, pode estar relacionada com os transtornos mentais. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) conceitua que a saúde mental é como "um estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza suas próprias habilidades, lida com o estresse normal da vida, trabalha de forma produtiva e contribui para sua comunidade". Em sentido

similar, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022) define saúde mental como "um estado de bem-estar emocional, psicológico e social no qual o indivíduo é capaz de usar suas habilidades cognitivas e emocionais, funcionar de maneira adaptativa nas relações sociais e contribuir para a comunidade".

Todos esses órgãos e organismos destacam a importância da promoção da saúde mental, de sua prevenção e a possibilidade de acesso a serviços gratuitos e de qualidade. Muito além de ausência de transtornos mentais, a saúde mental, modernamente, é designada de forma muito mais abrangente, como um estado de bem-estar e funcionamento assertivo nas diferentes áreas da vida.

Além disso, ressaltam a importância da promoção da saúde mental, da prevenção de transtornos mentais e do acesso a serviços de saúde mental de qualidade. Nesse sentido, deve-se planejar a implementação do plano de atendimento integral aos alunos. Sugere-se seguir as recomendações da Carta de Okanagan (2015, p. 8), que contém “orientações que norteiam a mobilização da ação sistêmica e institucional, como administração do *campus*, ação e colaboração na promoção da saúde local”. A Carta é um documento emitido a partir da Conferência Internacional para Promoção da Saúde em Universidades e Instituições de Ensino Superior, realizada em 2015 na Universidade de British Columbia (Kelowna, Canadá).

A saúde mental é uma política pública intrinsecamente ligada à educação. Dessa forma, quando se investe em educação há reflexos diretos na saúde mental das pessoas. Por sua vez, quando há períodos de ajustes fiscais, políticas de austeridade e desinvestimento em educação, naturalmente isso reflete na saúde da população universitária, que já lida com outras dificuldades.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022), transtornos mentais graves são definidos como causadores de “grande sofrimento mental, dificuldades nos relacionamentos e perda de qualidade de vida”. Há ainda os chamados transtornos mentais comuns, mais frequentes, definidos como a “combinação de pensamentos, percepções, emoções e comportamento anormais, que também podem afetar as relações com outras pessoas” (OPAS, 2022). Voltamos a ressaltar que apesar desses conceitos serem bastante difundidos, pois advêm de organismos internacionais, autores recentes tendem a ampliar a discussão, pois que esta é muito mais complexa, como as ideias citadas nos quadros anteriores.

As principais causas do adoecimento mental são fatores relacionados a questões psicossociais, vida familiar, escolar, trabalho do indivíduo, fatores genéticos, em decorrência do histórico familiar, fatores ambientais, diretamente ligados a questões da vida em sociedade. Mesmo abusos físico, psicológico e sexual são desencadeadores de adoecimento mental.

Segundo a OPAS (2022), em países pobres, a maioria da população não tem acesso a tratamentos de saúde mental. No Brasil, até o surgimento de leis protetivas, vigoravam políticas de opressão, sendo os hospitais psiquiátricos sua mais hedionda fotografia. A Reforma Psiquiátrica Brasileira, de 2001, trata sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Em nosso estudo, quando da aplicação dos questionários, serão levantadas questões relativas à condição socioeconômica dos ex-discentes. É importante verificar se as desigualdades sociais afetam as condições da vida acadêmica dos estudantes de pós-graduação.

Pesquisadores da Universidade de São Paulo e do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e "Subjetividades saúde" (LATIPPSS-Unesp), em estudo publicado na Revista de Psicologia da UNESP, sobre a saúde mental dos estudantes universitários durante a pandemia, detectaram que:

estudantes estão sujeitos a circunstâncias coletivas especialmente estressoras que ajudam a explicar sua maior vulnerabilidade: o isolamento social e a suspensão total ou parcial das atividades acadêmicas implicam no distanciamento da estrutura universitária, de dispositivos e redes de apoio social, amigos e colegas, professores e orientadores, e serviços de assistência ao estudante (Goto; Ianni; Leão, 2021, p. 5).

Cerca de 83% dos estudantes universitários brasileiros enfrentam ou já enfrentaram problemas emocionais relacionados aos transtornos mentais. Desses, 70% nunca tiveram acesso a atendimento psicológico ou psiquiátrico, aponta uma pesquisa da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil), publicada em 2019. Os estudantes têm seu desempenho acadêmico, portanto, afetado pelo adoecimento mental.

A política de corte de recursos para as universidades públicas dilacera a possibilidade de mais investimentos para cuidados relacionados à saúde mental dos estudantes. A evasão é crescente por esses fatores, pois as políticas de permanência nem sempre são suficientes para manter o aluno, sobretudo, os mais pobres, nas universidades.

Além de fatores relacionados à própria vida universitária, pode-se ainda citar que “a distância dos entes queridos, o tédio, a incerteza sobre a real situação da doença e a perda de liberdade podem causar efeitos dramáticos” (Rodrigues, 2020, p. 3). Ainda, o mesmo pesquisador informa que:

recentemente, foi publicado um estudo sobre pesquisas em saúde mental associadas ao surto de Covid-19 que tiveram como alvo diversas populações. Esse estudo mostrou que a prevalência de depressão e ansiedade era de 50,7% e 44,7%, respectivamente. As consequências fisiológicas negativas do estresse se manifestarão com um impacto negativo na educação e, portanto, na dor e no sofrimento psicológico. (Rodrigues, 2020, p. 4).

Em função dessa falta de investimentos, ano após ano, tanto a área de saúde quanto a de

educação vão perdendo qualidade, refletindo no bem-estar da sociedade. São trabalhadores, estudantes que, por falta de acesso a serviços adequados de apoio a transtornos mentais, veem sua produtividade diminuir.

Os estudantes de graduação e pós-graduação enfrentam um ambiente acadêmico altamente exigente, no qual são confrontados com prazos rigorosos, pressão para produzir pesquisas de alta qualidade e a necessidade de equilibrar múltiplas responsabilidades. No entanto, a falta de investimento adequado em educação de pós-graduação tem impactos negativos na saúde mental desses estudantes. A escassez de recursos financeiros e estruturais afeta diretamente a qualidade de vida dos estudantes, levando a problemas de saúde mental.

Estudantes universitários também estão sujeitos aos problemas de saúde mental, contudo, por fatores diferentes da maioria da população. A V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras (ANDIFES, 2019) mostrou que, em âmbito nacional, 83,5% dos estudantes apresentam

dificuldades emocionais que interferem significativamente em suas vidas ou no contexto acadêmico, muitas delas vividas simultaneamente. Entre as mais frequentes, estão ansiedade (63,6%), desânimo (45,6%), alterações de sono (32,7%), desamparo (28,2%) e sentimento de solidão (23,5%) (Gouveia, 2020, p. 16).

Conforme já suscitado nesta pesquisa, o adoecimento mental gera prejuízos primeiramente aos próprios alunos, mas também à instituição e, por fim, a toda sociedade, haja vista que há dinheiro público direcionado à manutenção da educação. Dessa forma, Gouveia (2020, p. 17) afirma que “se torna evidente que o assunto transcende o setor de saúde e urge ser pauta prioritária da gestão universitária, uma vez que a população estudantil se vê impactada por problemas de ordem emocional”.

As políticas públicas em educação para universitários com transtornos mentais têm como objetivo promover a inclusão e garantir o acesso igualitário à educação superior. No entanto, isso não basta, deve-se garantir a permanência qualificada dos estudantes e reduzir, ao máximo, as altas taxas de evasão.

Programas, projetos e ações devem ser desenvolvidos para garantir que universitários com transtornos mentais permaneçam em seus cursos. Para a educação superior no Brasil, como política pública para apoio à permanência, foi aprovado o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES articula ensino, pesquisa e extensão, com ações focadas na permanência dos estudantes universitários de graduação. Dessa forma, são ações do PNAES

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

[...]

IV - **assistência à saúde;**

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I - democratizar as condições de **permanência** dos jovens na educação superior pública federal;

[...]

III - **reduzir as taxas de retenção e evasão;**

PNAES (2010) (**Grifo nosso**).

Dentro do inciso IV, do art. 2º, do PNAES, “assistência à saúde”, as universidades devem fornecer serviços de apoio psicossocial, como orientação psicológica, aconselhamento, psicoterapia, grupos de apoio e encaminhamentos para tratamento especializado. Esses serviços visam apoiar a saúde mental dos universitários, promover o bem-estar emocional e auxiliar no enfrentamento de desafios acadêmicos e pessoais. Por questões orçamentárias e em alguns casos, por decisão da gestão, “o comum é a priorização de algumas dessas áreas, especialmente alimentação, transporte e moradia, em detrimento de outras também comprovadamente relevantes, como a saúde” (Bleicher; Oliveira, 2016, p. 546).

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por exemplo, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) e o Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS), disponibilizam algum tipo de atendimento às pessoas com transtornos mentais. Ocorre que este atendimento ainda é limitado, com poucas vagas. Muitos alunos da UFPB ainda são excluídos dos cuidados de atenção à saúde por diversas questões: gestão de recursos – humanos e financeiro – podem ser apontados como algumas delas.

As universidades devem promover a cultura da inclusão, onde os estudantes se sintam acolhidos e respeitados, independentemente de sua condição de saúde mental. Isso pode ser feito por meio de campanhas de conscientização, eventos, palestras e iniciativas que valorizem a diversidade e a inclusão no ambiente universitário. Assim,

ratifica-se que as instituições de ensino superior em questão, carecem de uma rede de apoio, para que possa acolher a demanda de saúde mental, composta não apenas de assistência profissional, mas também de espaços de promoção de cuidado e de educação em saúde mental. É necessário destacar que não se pode excluir do cuidado o corpo docente e demais servidores. Para se criar um ambiente seguro e acolhedor, a participação e engajamento de toda comunidade do *campus* é fundamental. (Alencar, 2021, p. 8).

As universidades precisam oferecer acolhimento aos seus alunos. Esse tratamento dispensado, de forma holística, certamente ajudaria a conter a evasão e reduziria os custos. “No contexto da saúde mental, a promoção em saúde deve ocorrer por intermédio do uso de tecnologias leves como escuta, acolhimento, diálogo, vínculo e corresponsabilização” (Alencar, 2021, p. 3). Ocorre que

a população universitária tem cada vez mais buscado suporte para atender às suas dificuldades, porém não tem encontrado espaços apropriados dentro das instituições, visto que nem todas as universidades possuem programas ou serviços de atenção em saúde mental. (Alencar, 2021, p. 3).

Nas origens do capitalismo, o corpo humano era visto e tratado como máquina, voltado apenas para a produção de bens de consumo. Ainda, visto como parte de uma engrenagem maior, a fábrica. O sujeito, dentro do sistema econômico capitalista, sobretudo, com o desenvolvimento dos ideais neoliberais, jamais foi percebido como ser humano, complexo por essência e carente de cuidado e acolhimento. Na contemporaneidade, o sistema se utiliza não apenas do corpo humano – como máquina – mas também de sua mente. Isto é, não se exige apenas a força física dos trabalhadores, impõe-se a exploração de sua saúde mental, como forma de enriquecer cada vez mais os donos dos meios de produção, levando as pessoas à completa exaustão. Como já havíamos observado em Safatle (2022), a psiquiatria faz às vezes de tratar o adoecimento, já a psicologia, a de superá-lo. Como é importante a questão do “acolhimento”, portanto, para superação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes universitários.

Buscamos compreender o contexto dos serviços prestados na UFPB para discentes com sofrimento mental, seu alcance, para então buscar a expansão da rede de acolhimento em saúde mental na universidade. O Dicionário Michaelis (2024) define assim o que é acolhimento: “ato ou efeito de acolher; acolhida, acolho, guarida; abrigo pelo qual não se pede pagamento; lugar onde se encontra amparo, proteção; refúgio”. “O acolhimento em Psicologia constitui uma estratégia de oferecer escuta e apoio para quaisquer situações em que haja um sofrimento humano e uma busca por mudanças” (UFMS, 2024). Portanto, pensamos em acolhimento como algo para superar barreiras emocionais de forma compartilhada, com amparo de especialistas nas mais diversas áreas, capazes de ajudar o discente a se desenvolver como estudante e como ser humano.

Há diversas pressões no universo universitário, inclusive professores e servidores técnico-administrativos também sofrem, cada qual de uma forma, pressões no ambiente universitário. Contudo, Alencar (2021, p. 3)

aponta que em termos de prevalência, os estudantes universitários sofrem com transtornos mentais mais que a população em geral, devido ao excesso de atividades, as alterações no sono, a preocupação em relação ao futuro profissional e o distanciamento do núcleo familiar, que geram quadros de ansiedade.

De acordo com organismos internacionais de promoção da saúde e bem-estar dos indivíduos estudantes universitários,

A ação de promoção da saúde baseia-se na Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde, que enfatiza a interconexão entre os indivíduos e seus ambientes e reconhece que “a saúde é criada e vivida pelas pessoas nos ambientes de sua vida cotidiana: onde aprendem, trabalham, se divertem e amam. A saúde é vista de forma holística,

refletindo “o bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. (Carta de Okanagan, 2015, p. 4).

Dessa forma, as universidades são chamadas a agirem para incorporar as sugestões desses atores internacionais. A Carta de Okanagan é a carta internacional para universidades e faculdades promotoras de saúde, resultado da Conferência Internacional sobre Universidades e Faculdades Promotoras de Saúde, elaborada em 2015. Algumas ações são propostas, dentre as quais se destaca o “quadro de ação para o ensino superior”, com as suas chamadas (Carta de Okanagan, 2015, p. 7):

Chamada à ação 1: Incorporar a saúde em todos os aspectos da cultura do *campus*, em toda a administração, operações e mandatos acadêmicos.

Chamada à ação 2: Liderar ação e colaboração de promoção da saúde local e globalmente.

A implementação efetiva dessas políticas exige a participação de diferentes atores, incluindo as próprias universidades, órgãos governamentais, profissionais de saúde mental, estudantes e suas famílias. A disponibilidade de recursos adequados, o apoio contínuo e a avaliação dos resultados são fundamentais para o sucesso dessas políticas públicas em educação para universitários que sofrem com algum tipo de adoecimento mental.

3.2 INVESTIGAÇÃO SOBRE SOFRIMENTO MENTAL NA UNIVERSIDADE

A pandemia do COVID-19 fez a pesquisa sobre adoecimento mental na universidade emergir, haja vista, o quanto o vírus alterou a vida das pessoas por todo o mundo. Os estudos sobre a saúde mental dos estudantes de pós-graduação ganharam impulso nos últimos anos e os resultados começam a aparecer, no entanto, ainda não são conclusivos. O papel das políticas públicas em educação para a permanência dos discentes será cada vez mais relevante nesse contexto e as pesquisas são fundamentais para elucidar as reais demandas na área.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) alerta que mais de 900 mil pessoas, entre 18 e 29 anos, tiram a própria vida, por ano, em todo o mundo. “As mortes por suicídio vêm aumentado consideravelmente seu quantitativo, passando a ocupar uma das principais causas de morte no país, sendo os jovens e adolescentes aqueles que com mais frequência cometem autocídios” (Delmondes *et al.*, 2018, p. 706).

No tocante à saúde mental e ao adoecimento mental na universidade, a literatura contemporânea relaciona o crescimento de questões de saúde mental nas instituições de ensino superior à exigência de desempenho, competitividade, isolamento e ausência de suporte institucional apropriado, enfatizando a importância de cuidar do bem-estar mental nesse

contexto. Dessa forma, trazemos, nos dois quadros seguintes visões sobre saúde mental na universidade e adoecimento mental na universidade, em que autores de renome discorrem sobre a temática.

Quadro 4 - Conceitos acerca dos temas adoecimento e saúde mental na universidade.

Autor	Obra	Conceito
Viviane Mosé (2013)	A Escola e os Desafios Contemporâneos	Observa que "a saúde mental dos estudantes universitários está diretamente ligada às pressões acadêmicas e à falta de suporte emocional, o que pode gerar ansiedade, depressão e sensação de fracasso diante das exigências de desempenho".
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (2016)	Universidade e Sofrimento Psíquico: Uma Conversa Necessária	Afirma que "as universidades, ao valorizarem excessivamente a produtividade e o rendimento, acabam por criar ambientes que agravam o sofrimento psíquico de estudantes e docentes , sem oferecer recursos adequados de cuidado à saúde mental".
Cristina Campos (2018)	Saúde Mental na Educação Superior	Destaca que "a competitividade e o isolamento vividos no ambiente universitário contribuem para o aumento de transtornos mentais , especialmente entre estudantes de pós-graduação, que frequentemente lidam com prazos curtos e carga excessiva de trabalho".

Fonte: elaborado pelo autor.

Quando afunilamos a questão da saúde mental e do adoecimento mental e chegamos ao cerne do nosso estudo, qual seja, a universidade pública, podemos tentar entender melhor as causas e as consequências do adoecimento mental que acomete muitos estudantes no ensino superior. Mosé (2013) afirma que pressões acadêmicas e à falta de suporte emocional afetam diretamente à saúde mental dos estudantes. Essa informação adere ao que propomos também neste texto, de que as consequências geradas por essas pressões podem levar ao adoecimento. As ideias de Bicalho (2016) aderem também ao nosso pensamento, quando afirma que o sofrimento mental de estudantes e docentes é agravado quando a universidade, não oferece recursos adequados de cuidado à saúde mental.

A vida se transforma quando o estudante entra na universidade. Com mais responsabilidades do que tinham antes, os alunos se veem obrigados a lidar com novas questões até então desconhecidas. Essa transformação em sua vida acadêmica e profissional gera, muitas vezes, um desconforto que o universitário não consegue identificar as razões. A consequência

disso é o adoecimento mental que, mais do que a falta de maturidade em saber lidar com os problemas, está mesmo em sequer conseguir identificá-los. Para Coulon (2017, p. 1241),

é durante o primeiro ano que as coisas são mais difíceis. Podemos, de fato, observar que essa democratização do acesso ao ensino superior não se fez acompanhar de uma democratização do acesso ao saber: a desigualdade das chances de acesso ao saber permanece um fenômeno persistente e inquietante, particularmente espetacular no primeiro ciclo universitário, principalmente no primeiro ano.

Esse quadro de intenso sofrimento psíquico entre os jovens apresenta um grande desafio para as universidades, que anualmente recebem estudantes na faixa etária de 18 a 29 anos. Cada vez mais as universidades devem acolher, promover a saúde, prevenir o adoecimento dos estudantes e pôr em prática políticas de assistência aos alunos com sofrimento psíquico. Algumas dessas instituições são pioneiras nessas iniciativas, como o Grupo de Assistência Psicológica, da Faculdade de Medicina da USP, o Programa de Apoio Psicopedagógico ao Estudante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Observatório de Políticas de Atenção à Saúde Mental no Distrito Federal (OBSAM/UNB), o Programa Mais Saúde (UFOP) e o Observatório Saúde Mental e Políticas sobre Drogas, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, em Sobral, no Ceará.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018), revela que “insônia, taquicardia, ansiedade, pânico e depressão são sintomas que têm acometido cada vez mais pessoas na universidade” (Amorim e Oliveira, 2018, p. 127). As políticas públicas de assistência estudantil, tendo no PNAES, seu maior exemplo, e as políticas institucionais geralmente são “presas” aos ditames legais, ou seja, não conseguem ir além do que o Decreto nº 7.234/2010 impõe, seja por má gestão ou falta de recursos. Então, como são pontuais e limitadas, supostamente os gestores das universidades não consideram a questão do adoecimento mental de seus estudantes, preocupando-se, basicamente, com moradia estudantil, alimentação e transporte.

Atenção à saúde e políticas de escuta e acolhimento são relegadas aos projetos de extensão ou até mesmo outros setores da sociedade que adentram à universidade para preencher essa lacuna. Quando praticadas, essas políticas, quase que exclusivamente, atendem às demandas de alunos da graduação. Os órgãos superiores da universidade pública acreditam que a pós-graduação, em geral financiada por agências de fomento, por ofertarem bolsas de estudo aos alunos – não a todos, frisa-se – e por achar que os discentes já têm maior maturidade na vivência acadêmica, não requer atenção em relação à atenção à saúde mental.

Segundo Amorim e Oliveira (2018, p. 128),

na **pós-graduação**, o cenário também é crítico, porém **os grandes responsáveis pelo adoecimento são as políticas impostas pelas agências de fomento dos programas,**

que estimulam uma busca desenfreada pela excelência. A pressão pela entrega de relatórios e trabalhos dentro dos prazos estabelecidos e a rígida cobrança das coordenações provocam ou agravam os quadros de ansiedade e depressão (UFRJ, 2018). **(Grifo nosso).**

As pesquisas sobre adoecimento mental como causador de sofrimento mental entre os discentes da pós-graduação precisam analisar as narrativas dos estudantes sobre saúde e sofrimento mental no ensino superior, explorando os diferentes processos de subjetivação que influenciam os universitários. Para Souza, M. (2020, p. 23), deve-se “discutir a saúde mental em um contexto “psico-social-político” que atravessa o sofrer de um indivíduo, em que o sofrimento e a saúde mental são analisados em um dado momento da trajetória existencial de um sujeito”.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) iniciou em 1994 um levantamento amostral do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, na perspectiva de apresentar dados que possibilitassem construir uma política de assistência, onde fosse assegurado não só o acesso como também a permanência dos estudantes nas universidades (FONAPRACE, 2018).

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 apontou que “23,7% dos estudantes universitários apresentam problemas emocionais ou problemas no campo da saúde mental e essas adversidades dificultam o aprendizado durante o período acadêmico”. Dentre os graduandos pesquisados, “63,6% sofrem de ansiedade; 45,6% sentem desânimo e/ou desmotivação; 28,2% sofrem desamparo e/ou desespero e 19,3% têm ideia de morte ou pensamento suicida” (FONAPRACE, 2018).

Podemos considerar que esses estudantes pertencem a um grupo vulnerável sob o ponto de vista da saúde mental. Dessa forma, estão mais sujeitos à evasão, “sendo necessária a implementação da política de assistência estudantil a fim de garantir a permanência desse jovem no espaço acadêmico” (Souza, A., 2023, p. 71).

Apesar das dificuldades de adaptação a um novo ambiente, das restrições econômicas e dos desafios inerentes aos novos métodos de estudo, há estudantes que enfrentam problemas de saúde que impactam significativamente seu processo de adaptação acadêmica. Isso exige da instituição um olhar diferenciado e acolhedor. Severo *et al.* (2020, p. 12) apontam que

a ‘pressão psicológica’ é considerada um desafio da dimensão pessoal, sendo bastante influenciada pela quantidade de atividades exigidas juntamente com o desgaste emocional para se inserir em uma nova cultura formativa. Há também as dificuldades econômicas e estruturais que abalam o psicológico do discente.

Na pós-graduação, o discente carrega consigo também o desejo de obter sucesso na

futura vida profissional, para isso, despende todo esforço possível para alcançar seus objetivos. Isso traz consequências muitas vezes danosas para a saúde mental desses estudantes, uma vez que se veem obrigados a abrir mão de horas de sono, vida social e familiar, quando não dos seus próprios empregos, para poder dar seguimento à conquista de seus objetivos.

Nesse sentido, ao abrirem mão de tantas coisas, é que os auxílios de assistência estudantil se tornam mais relevantes. A assistência estudantil é, em muitos casos, a única possibilidade de que essas pessoas possam concluir seus cursos na universidade e ultrapassarem esta etapa da vida, de ofício de estudante.

A vida universitária no Brasil se transformou nas últimas décadas com as políticas públicas de expansão do *campus* universitário. Estudantes pobres, negros, índios e pardos acessaram o ensino superior depois de décadas de exclusão. Apesar da possibilidade de acesso à universidade pela expansão do sistema, a permanência desses discentes requer um novo pensar sobre essas políticas.

Apenas as políticas introduzidas pelo PNAES não são capazes de propiciar aos alunos a conclusão dos seus cursos. Surge assim, a “necessidade de a universidade desenvolver ações que melhorem o suporte oferecido para estudantes, não só com políticas de permanência, mas também investigando profundamente quais motivos levam ou não a desistir da graduação” (Soares *et al.*, 2015, p. 01).

Apenas no curso de mestrado do programa de pós-graduação em economia da UFPB, por exemplo, entre os anos de 2014 e 2023, tivemos uma taxa de evasão de 51,51%. Amorim e Oliveira (2018, p. 128) apontam que “na Universidade Federal Fluminense (UFF) foi de 46,62%, em 2017 (UFF, 2018), entre alunos da graduação, ou seja, 53,38% dos estudantes estão retidos ou evadidos”. Para os mesmos autores,

esse alto índice de retenção/evasão pesa no financiamento da universidade, tendo em vista que o orçamento anual é baseado, majoritariamente, no número de alunos equivalentes da graduação presencial (número de alunos ingressantes x alunos concluintes). Em resumo, quanto mais alunos retidos/evadidos, menos orçamento e mais alunos para assistir com o recurso recebido do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinado a subsidiar despesas com alimentação, transporte, moradia, creche dos estudantes.

A evasão tem um peso no funcionamento da universidade pública, com isso a implementação de políticas de assistência diferenciadas, não limitadas à reprodução letra da lei, como é o caso do Decreto nº 7.234/2010 (PNAES) tem obtido bons resultados. A Universidade Federal Fluminense (UFF), por exemplo, elaborou diretrizes institucionais para apoio psicopedagógico aos alunos dos seus cursos de graduação. Na prática, criou um Centro de Suporte Acadêmico (CSA) com as seguintes atribuições:

propor diretrizes institucionais para a implantação de **ações de suporte acadêmico, visando à formação integral e de qualidade**; promover e desenvolver **ações relacionadas ao gerenciamento acadêmico e à saúde mental dos estudantes, com vistas à redução da retenção e a da evasão**; estruturar a Rede de Suporte Acadêmico, articulando os serviços de saúde da UFF (rede interna) com os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e da Rede de Saúde Suplementar (rede externa), para o **atendimento no âmbito da saúde mental dos casos elegíveis**; acompanhar os encaminhamentos dos casos elegíveis às redes de serviço de saúde mental, interna e externa, das demandas recebidas pelo CSA; assessorar e **fornecer apoio matricial para a condução das situações relativas à fragilidade acadêmica (gerenciamento acadêmico e sofrimento psíquico)**, no âmbito das Coordenações de Curso de Graduação e outros órgãos da UFF; e realizar ações de educação continuada e permanente à comunidade acadêmica, nas temáticas relacionadas à fragilidade acadêmica. (Amorim; Oliveira, 2018, p. 130).

Ainda que essas ações tenham sido direcionadas a estudantes de graduação da citada universidade, não encontramos óbice a sua implementação nos cursos de pós-graduação, obviamente com as adaptações necessárias ao público da pós-graduação, mesmo em outras universidades públicas. A melhoria do rendimento acadêmico dos discentes de pós-graduação refletem, necessariamente, na diminuição da retenção e da evasão.

O PNAES, como política pública de assistência estudantil é voltado, dentre outros serviços, à atenção à saúde do estudante, com foco na graduação e, prioritariamente, em discentes cuja condição socioeconômica seja frágil. Percebe-se, assim, que, apesar de as agências de fomento, como por exemplo a CAPES e o CNPq ofertarem bolsas de estudo aos estudantes de pós-graduação, não há outras políticas públicas ou institucionais direcionadas especificamente para as demandas desse grupo.

Em seu texto “O ofício de estudante: a entrada na vida universitária”, Coulon (2017, p. 1241) trata da importância do discente em se afiliar ao novo mundo (universitário) que se apresenta para evitar o fracasso – neste caso tomado como retenção ou abandono. Sem a afiliação universitária, apontada pelo autor, o estudante tende a não se sentir pertencente àquele meio, dessa forma, as chances de não concluir com êxito o curso aumentam. Apontamos aqui que, o curso pode se tornar um tormento na vida do estudante, levando-o ao adoecimento mental. Afiliação, portanto, permeada por acolhimento por parte da instituição são formas de minimizar o fracasso escolar.

De acordo com Coulon (2017, p. 1243) contribuem ainda para o fracasso universitário o “sofrimento psicológico [...], desperdício econômico (recursos alocados que não são eficientes e investimentos feitos em vão), menor elevação do nível de qualificação da população. Esses fracassos representam, então, uma perda societal global importante. As pesquisas de Coulon (2017), ainda que tratem sobre afiliação universitária e não sofrimento mental, ajudam a revelar certas questões enfrentadas pelos estudantes dentro da universidade.

Bleicher e Oliveira (2016, p. 546) apontam outros estudos e autores que se dedicaram a entender a questão do adoecimento mental entre estudantes universitários, indicando causas e consequências relacionadas, conforme segue

alguns fatores são apontados como correlatos à alta incidência desses transtornos em estudantes universitários, entre eles o excesso de atividades, que causa alteração do padrão de sono dos estudantes, gerando situações de ansiedade mais frequentes (Almondes & Araújo, 2003); a perspectiva 547 de futuro em relação à formação e ao papel social (Cerchiari & cols., 2005) e especialmente a não-convivência com a família (Cerchiari & cols.; Neves, 2007). O público feminino aparece como mais vulnerável à incidência de transtornos mentais em todos os textos pesquisados a respeito da saúde mental do estudante universitário. (Bleicher; Oliveira, 2016, p. 546).

Há cerca de dez anos começaram a surgir os primeiros estudos com o intuito de entender o que permeia o sofrimento mental de estudantes universitários. Barbosa *et al.* (2014), em artigo chamado “Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário” buscam “identificar indicadores de vulnerabilidade e bem-estar psicológicos em estudantes universitários”. Para tanto, os pesquisadores se utilizaram de instrumentos para embasar sua metodologia, tais como: Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp, Maslach Burnout Inventory - *Student Survey*, Inventário de Ansiedade Traço-Estado, Inventário de Ansiedade de Beck, Inventário de Depressão de Beck, *Self-Reporting Questionnaire* e *General Health Questionnaire* - 12 itens. A pesquisa, por meio de tais instrumentos, pretendia apontar a prevalência das principais causas de adoecimento mental entre universitários, além de propor uma discussão mais ampla a respeito do tema saúde mental.

Nas primeiras pesquisas sobre saúde mental de estudantes universitários, o estresse, a ansiedade e a depressão, como formas de sofrimento psíquico já eram apontadas como as principais causas de adoecimento mental entre os universitários, conforme apontava o Fórum de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), conforme indica Barbosa *et al* (2014, p. 3). De acordo com os mesmos autores, o

relatório de 2010 (FONAPRACE, 2011), o percentual de estudantes que se queixou de sofrimento psíquico foi de 47,7%, um aumento relevante. Entre estes, 29% procuraram atendimento psicológico, 9% procuraram atendimento psiquiátrico, 11% usaram ou estão usando medicação psiquiátrica e 10% procuraram atendimento psicopedagógico. (Barbosa *et al.*, 2014, p. 7).

Com o surgimento dos primeiros trabalhos, foi possível comparar esse grupo em relação ao restante da população. Naquele momento, “a literatura aponta elevadas taxas de prevalência para sintomas de ansiedade e depressão em estudantes universitários, podendo ser, inclusive, superiores às encontradas na população geral” (Barbosa *et al.*, 2014, p. 3). Diante de tal percepção, surge também a “importância das relações interpessoais na percepção de bem-estar psicológico de estudantes universitários”, conforme indica Stallman (2010) *apud* Barbosa *et al.*

(2014, p. 4). Consideramos ainda “a importância dos serviços de apoio à saúde mental, pois podem fornecer suporte a esses casos na medida em que contribuem para a prevenção do agravamento de sintomas, fortalecendo os mecanismos saudáveis e o potencial para lidar com os danos à saúde” Cerchiari *et al.* (2005, p. 263).

Outra pesquisa, denominada “reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior”, de Castro (2017, p. 380), analisou-se a saúde mental de estudantes universitários por meio da aplicação de instrumentos como Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL), Inventário de Depressão de Beck (BDI), Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE) e Maslach Burnout Inventory – Student Survey (MBI-SS). O estudo visa criar subsídios para prevenção e remediação dos fatores causadores de sofrimento mental e a promoção de serviços de apoio para estudantes vulneráveis.

Ainda mais recentes e escassas, são as pesquisas sobre adoecimento mental de universitários de programas de Pós-Graduação. O suicídio de um estudante de doutorado nos laboratórios do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP), em agosto de 2017, trouxe à tona a discussão sobre as pressões enfrentadas por aqueles que escolhem seguir a carreira acadêmica e os distúrbios psicológicos associados à vida na pós-graduação. Este tema está começando a receber mais atenção no Brasil.

No entanto, são poucas as universidades brasileiras que investem na criação de centros de atendimento psicológico para seus estudantes de graduação e pós-graduação. Relembramos que o PNAES foca na atenção a estudantes em situação de vulnerabilidade – sobretudo – econômica, prioritariamente em políticas institucionais para discentes de graduação, sendo assim, visamos entender melhor o contexto dos alunos de pós-graduação em suas necessidades mais específicas, mais detidamente nas questões relacionadas à saúde mental e as formas que a universidade vem direcionando suas políticas institucionais sobre o assunto.

Os problemas ligados ao sofrimento mental do estudante de pós-graduação decorrem de múltiplos fatores. Para o psiquiatra Neury José Botega, da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp,

a dinâmica da pós-graduação é marcada por prazos apertados, pressão para publicar artigos, carga de trabalho excessiva e cobranças. Vários estudantes alegam não conseguir dar conta dos prazos ou saber lidar com o nível de exigência dos professores e orientadores, comenta. São frequentes os casos de crises de estresse, ansiedade, pânico e depressão. Muitas vezes a continuidade dos estudos fica inviável e o aluno entra em desespero por não conseguir tocar suas atividades (Franz, 2017, p. 3).

Na mesma linha em que os autores têm olhado para o assunto, Fermoseli *et al* (2019, p. 137) afirma que “a ansiedade é um sentimento funcional inato ao homem”, no entanto,

“transpondo essa condição para o meio acadêmico, onde o universitário é testado sobre suas capacidades, o nível de ansiedade, se disfuncional, pode causar consequências no seu desempenho.”

Há uma clara evidência de que o adoecimento mental dos alunos de pós-graduação *stricto sensu*, sobretudo a primeira etapa, mestrado, tem suas causas e consequências geradas dentro da própria universidade. Isso se confirma com a aplicação de instrumentos de pesquisas voltados a demonstrar as relações existentes entre o sofrimento mental e as pressões universitárias, com suas demandas alinhadas a um sistema de produção capitalista que visa a expropriação máxima da força de trabalho das pessoas.

O artigo chamado “Perfil e principais queixas de pós-graduandos usuários do serviço de psicologia de uma universidade federal” apresenta os resultados de um estudo importante na construção dessa dissertação. Podemos identificar elementos teóricos e metodológicos relevantes, já que é um estudo com alunos de pós-graduação de uma universidade federal, como é o objeto de estudo em tela. Ademais, alinhado aos nossos objetivos específicos, o artigo trabalha as principais razões que fazem os discentes buscarem atendimento para seu sofrimento mental.

Para corroborar ainda com o recorte populacional da dissertação, qual seja, discentes do curso de mestrado e doutorado em economia da UFPB, o estudo evidenciou quem eram os discentes que mais recorreram ao serviço de psicologia da universidade: “maior frequência de discentes do Mestrado, sendo 75 atendimentos (86,2%) destinados a eles, 10 atendimentos (11,5%) para discentes de Doutorado e 2 atendimentos (2,3%) para alunos de especialização” Bonadiman *et al.* (2021, p. 179).

Do ponto de vista das queixas apresentadas pelos discentes, “a ansiedade representou 18% do total, seguida por problemas acadêmicos com 17%, conflitos de relacionamento com 16%, desânimo com 13%, problemas emocionais com 12%”, de acordo com Bonadiman *et al.* (2021, p. 180). O trabalho indica ainda, de acordo com Faro (2013) *apud* Bonadiman *et al.* (2021, p. 182) que “as maiores dificuldades dos pós-graduandos estão em compatibilizar estudos com vida pessoal e familiar, aspectos financeiros pessoais, tempo para estudar e prazo para confecção de tese ou dissertação”.

Contextualizado o caso, merece destaque a análise da questão da saúde mental dos estudantes universitários de pós-graduação durante o período da pandemia da Covid-19. Se antes do surto da doença havia poucos estudos em torno do tema adoecimento mental em estudantes de pós-graduação *stricto sensu*, não se pode dizer o mesmo mais recentemente. A pandemia alterou toda rotina das universidades, professores, técnicos e alunos. A necessidade

de isolamento trouxe novas questões relacionadas à educação superior, formas de ensino, avaliação, formação. Trouxe também estudos direcionados a avaliar a saúde mental dos estudantes deste nível de ensino, as razões de retenção, evasão, abandono. As causas e consequências do adoecimento mental ganham relevo no estudo da temática, tanto por órgãos de saúde pública quanto pela própria pesquisa universitária.

Se antes já se apontavam índices de sofrimento mental mais altos na universidade do que na sociedade em geral, houve um incremento considerável por todo o contexto que a pandemia impôs. Além de tentar identificar com mais profundidade e especificidade as causas e consequências das doenças mentais nos discentes, surgiu também a necessidade de se apontarem caminhos viáveis para acolher, cuidar e tratar as pessoas em adoecimento mental na pós-graduação. Dessa forma, as universidades públicas federais passaram a sofrer pressão dos agentes usuários dos serviços educacionais a despeito da forma que poderiam oferecer serviços que, de fato, realmente contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, em relação a sua saúde mental.

Neste sentido, dentre os principais quesitos discutidos, estão as políticas de permanência qualificada para discentes da pós-graduação. Ainda que muitos desses alunos, como será apontado nessa pesquisa, possuam bolsas de estudo Demanda Social - Capes, a matéria perpassa a questão meramente econômico-financeira, requer que a universidade pratique políticas de afiliação, de acolhimento, de saúde pública, em sentido amplo, inclusive para mitigar os investimentos governamentais desperdiçados quando da evasão, retenção e abandono.

Em estudo recente, Zanotti *et al.* (2023, p. 7) apresentam o Relatório de Gestão Institucional da Ufal, referente ao ano de 2019, que apontou que houve a realização de “1.066 atendimentos psicológicos e 71 encaminhamentos para psiquiatria no HUPPA e rede pública, em um universo de 343 discentes atendidos pelo Serviço de Acolhimento Psicológico” da Universidade Federal de Alagoas. Precisamos observar que, em geral, a maioria dos estudos sobre sofrimento mental na universidade se restringe a apontar dados sobre atendimento psicológico e/ou psiquiátrico. Pouco se tem desenvolvido a respeito de ações práticas para de escuta ativa, acolhimento, parcerias intersetoriais para reduzir e combater de forma mais contundente o sofrimento mental dos estudantes.

Ainda que a “escuta técnica qualificada das demandas trazidas pelo estudante ao atendimento, com o objetivo de orientá-lo sobre as estratégias de enfrentamento que o mesmo poderá desenvolver para lidar com a situação vivenciada naquele momento” praticada pela Universidade Federal de Alagoas, conforme descrito por Zanotti *et al.* (2023, p. 8), seja uma boa política institucional de enfrentamento ao sofrimento mental de seus estudantes, sozinha,

não associada a outras políticas, sem uma rede de apoio constituída nas mais diversas áreas, não conseguimos acreditar que sejam suficientes para encarar com robustez a situação.

Uma das formas mais efetivas para a construção de políticas públicas, intersetoriais e institucionais de enfrentamento ao sofrimento mental dos estudantes de pós-graduação é ouvi-los. Ouvi-los em sua plenitude, dando-lhes realmente voz ativa. A percepção dos estudantes de pós-graduação brasileiros sobre como a universidade os acolhe quando em sofrimento mental deve ganhar destaque na elaboração das referidas políticas.

Pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, elaboraram uma vasta e volumosa pesquisa sobre “As percepções dos estudantes de pós-graduação brasileiros sobre o impacto da COVID-19 em seu bem-estar e desempenho acadêmico”. Publicada em 2022 no *International Journal of Educational Research Open* 3, o estudo teve “como objetivo identificar as percepções de pós-graduandos brasileiros de todo o país sobre os impactos da pandemia da COVID-19 em suas trajetórias acadêmicas” Araújo-Jorge (2022, p. 1). A pesquisa foi feita com quase 6.000 estudantes de pós-graduação do Brasil e buscou identificar questões relacionadas a perfil pessoal, perfil acadêmico, infecção pela COVID-19 e saúde mental. Mais da metade dos discentes que responderam ao questionário no *Google Forms* faziam mestrado). O estudo indicou que “a maioria dos alunos foi impactada academicamente pela pandemia da COVID-19, que envolveu também aspectos psicológicos como altos níveis de ansiedade e depressão” (Araújo-Jorge, 2022, p. 1).

A investigação analisou e apontou informações a respeito de gênero, etnia, idade e renda familiar. Importa-nos, no momento atual de nossa pesquisa, trazer à baila as mais recentes informações sobre adoecimento mental na pós-graduação, apesar de que o perfil sociodemográfico dos estudantes será também analisado no devido tempo. Especificamente a respeito da saúde mental dos estudantes nesse período, Araújo-Jorge (2022, p. 4) indicam em sua pesquisa que:

Quanto ao estado emocional dos alunos, nomeadamente o estado de stress, 81,95% dos alunos sentiram-se desmotivados; 78,65% tiveram dificuldade de concentração; 61,77% tiveram crises de ansiedade; 61,59% tiveram dificuldade para dormir. [...] 43,64% dos estudantes responderam que não se sentiam seguros para sair do local onde moravam; **33,35% necessitaram procurar atendimento psicológico**; 16,91% necessitaram de medicação para ansiedade e antidepressivos; Nossos dados também incluíram as **porcentagens de estudantes que foram diagnosticados com problemas de saúde mental**. Entre os percentuais obtidos, enquanto **47,20% dos os estudantes não receberam nenhum diagnóstico oficial**, a maioria procurou profissionais especializados para diagnóstico, nos quais foram classificados de acordo com as seguintes condições clínicas: **ansiedade generalizada, 45%; depressão, 17,41%; pânico, 5,50%.** (Grifo nosso).

A pesquisa apontou que apenas 5,88% dos alunos solicitaram apoio, embora não o

tenham recebido. Isso evidencia a falta de grupos de apoio nas universidades públicas e mesmo, quando existem, a falta de divulgação de seus trabalhos no meio acadêmico. A presente dissertação dedica parte de seu estudo a apontar os grupos de apoio existentes na UFPB e formas de melhorar a comunicação, de modo que mais estudantes conheçam e tenham acesso a eles. Por razões diversas, o estudante tem dificuldades de se afiliar dentro da universidade, assim, as possibilidades de encontrar apoio para suas demandas de natureza mental são limitadas.

Na pesquisa liderada por Araújo-Jorge (2022, p. 5) os dados mostram que “56,11% dos estudantes preferiram pedir ajuda aos amigos; 15,69% contaram com a ajuda do tutor e 14,45% encontraram apoio nas redes sociais”. Esses resultados corroboram com o que vimos falando: a afiliação estudantil, por meio de uma ampla e transparente rede de apoio, precisa ser tema central nas políticas institucionais da universidade pública brasileira.

De fato, a pandemia de Covid-19 agravou um quadro de adoecimento mental que já se apresentava entre estudantes brasileiros de pós-graduação. Ficaram mais evidentes pesquisas sobre a porcentagem de alunos que sofrem de adoecimento mental. Ainda são recentes as pesquisas pós-pandemia e é difícil dizer quais reflexos os estudantes sofreram após esse período. Coêlho (2023, p. 3523), em pesquisa sobre a saúde mental e o impacto da pandemia de Covid-19 nos estudantes de uma universidade pública brasileira mostram que “41,3% dos estudantes tiveram pensamentos que provocam ansiedade, cansaço (55,4%), desânimo (43,5%), esgotados emocionalmente (41,3%), exaustão física (47,8%), preocupações (42,4%) e vontade de ficar sozinho (42,4%)”. “É premente a necessidade da universidade pública brasileira em “qualificar o cuidado aos estudantes universitários, no qual se possa realizar ações preventivas para os impactos na saúde mental” (Coêlho, 2023, p. 3523).

Será relevante para nossa pesquisa a análise das informações sobre o sofrimento mental, conforme o recorte temporal que nos propomos, 2014 a 2023, haja vista a possibilidade de compararmos elementos de três períodos distintos: pré-pandemia, pandemia de Covid-19 e o seu fim, em maio de 2023.

No relatório técnico da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/ Instituto Oswaldo Cruz – IOC, de 2020, em que se analisaram os efeitos do isolamento social durante a pandemia os estudantes citaram palavras como “crise; ansiedade; pandemia; medo, difícil; problema, incerteza” para caracterizar o seu estado emocional naquele momento, além de “palavras referentes às atividades desses pós-graduandos como: projeto e prazos” (ARAÚJO-JORGE, 2020, p. 28). Os trabalhos analisados até o momento indicam uma clara preocupação dos pesquisadores sobre as redes de apoio aos estudantes de pós-graduação. Em suas pesquisas, os autores procuram entender a participação dos discentes nesses grupos e a sua percepção de

como isso pode ajudar na sua jornada acadêmica, conforme se infere na escrita de Araújo-Jorge (2020, p. 29):

Ainda sobre as **participações com auxílio dos grupos de apoio ou suporte emocional** durante o isolamento social, foi questionado se os estudantes participam de algum grupo, sem especificar qual, e se esses grupos são institucionais ou não. Tal questão evidenciou alguns discentes que participam desses grupos (17,5%), institucionais ou não. Contudo, um total de 329 discentes **(82,5%) não participa de nenhuma dessas atividades, por motivos que incluem o fato de acharem que não precisam ou por desconhecerem as atividades institucionais que fornecem tais suportes ao aluno.** (Grifo nosso).

Zanotti *et al.* (2023, p. 1) em pesquisa do recente no contexto da pandemia do Covid-19 buscaram “identificar e analisar as intervenções em saúde mental da Ufal, direcionadas para o corpo estudantil”. Esse estudo alinha-se ao que vem também a respaldar a nossa própria pesquisa, no sentido de trazer à tona a relevância sobre o tema políticas institucionais de permanência qualificada na universidade pública. Temos que “a permanência qualificada se refere à ideia de suporte material (financeiro) e simbólico (sentimento de pertencimento)” (Brito, 2018 *apud* Seidel, 2023, p. 2843).

No âmbito da Universidade Federal de Alagoas, conforme demonstra Zanotti *et al.* (2023, p. 1), foi feito o “mapeamento dos serviços e as ações em saúde mental, no site e redes sociais da universidade, voltadas especificamente para o corpo discente, compreendidas no período de 2010 até 2020”. Os autores enfatizam os atendimentos psicológicos e encaminhamentos para psiquiatria no HUUPA e rede pública, sendo o primeiro considerado uma forma de acolhimento.

No entanto, assim como já indicamos, muitas universidades oferecem “apenas” o serviço psicológico aos seus discentes. Não que isso seja irrelevante, mas queremos indicar a necessidade de verdadeiro acolhimento aos estudantes, de forma realmente proativa, sobretudo, de forma prévia. Os atendimentos psicológicos e psiquiátricos são, na maioria das vezes, paliativos às reais necessidades dos pós-graduandos, muitos ainda sem afiliação com o mundo universitário, por vezes, longe de suas famílias e amigos.

Neste sentido, precisamos deixar claro que esta pesquisa pretende ouvir as vozes dos estudantes para que estes expressem, da forma que mais lhe convier, seus medos, anseios, necessidades e carências. Não é apenas “cumprindo tabela” na aplicação das políticas instituídas pelo PNAES que a universidade pública combaterá a evasão, o abandono e a retenção do alunado. É demonstrando afeto, pela intervenção de projetos de extensão de acolhimento, de escuta ativa desses estudantes. Ainda que a universidade seja um ente abstrato, juridicamente falando, ela é feita por pessoas, seres humanos reais, com sonhos e desejos, virtudes e defeitos, sejam eles professores, técnicos, alunos, terceirizados.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS DA UFPB E SUAS LACUNAS

A saúde mental dos estudantes universitários é uma preocupação crescente nas últimas décadas. A transição para a vida universitária é um momento crucial, em que os estudantes enfrentam desafios acadêmicos, sociais e emocionais significativos. A ansiedade e a depressão também podem prejudicar o desempenho acadêmico, refletindo fortemente no índice alto de evasão universitária.

Para enfrentar esse problema com contundência, é necessário um conjunto abrangente de ações. Acima de tudo, aumentar os recursos e investimentos nas instituições de ensino superior (IES). Dentro das universidades, implementar programas de conscientização sobre saúde mental, como forma de prevenção em relação a essa questão.

O sofrimento psíquico na universidade pública brasileira causa diversas consequências na vida acadêmica do estudante. Uma das formas de enfrentamento a este mal são as políticas de assistência estudantil, que podem favorecer a permanência qualificada e diminuir, consideravelmente, a evasão e a retenção no seio da educação pública superior.

Ainda que existam na Universidade Federal da Paraíba algumas práticas voltadas para os cuidados e atenção à saúde mental dos estudantes, a instituição carece de uma maior articulação de suas ações entre os órgãos responsáveis por colocar em prática as políticas existentes. Nesse sentido, este capítulo tem o intuito de apontar as práticas existentes na UFPB voltadas à atenção à saúde mental, como ocorre a articulação entre os diversos setores que trabalham a temática e identificar as principais lacunas existentes.

4.1 POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES COM SOFRIMENTO MENTAL NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPB

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), da Universidade Federal da Paraíba, é o órgão responsável pela articulação de atividades das políticas institucionais para a pós-graduação. De acordo com as informações mais atuais e que constam no *site* do órgão,

A PRPG é um órgão auxiliar da direção superior incumbido de **planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades de pós-graduação** e atua de forma localizada e específica no desenvolvimento dos programas de pós-graduação da UFPB. Enquanto isso, atua também de forma a se inserir de maneira sustentável e competitiva no ecossistema da pós-graduação nacional e internacional. (UFPB, 2024).

A PRPG conta com a Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação dos Programas e Cursos de Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu* (CAAPG), com a Coordenação

Geral de Operacionalização das Atividades de Pós-Graduação (COAPG) e com a Divisão de Atividades Financeiras (DAF)/ Setor de Bolsas, responsável pela implementação de bolsas de estudos dos órgãos de fomento. Basicamente, cuida-se, nessa Pró-Reitoria, de questões burocráticas da pós-graduação da universidade, mas não de articulação de políticas de assistência estudantil, à exceção da concessão de bolsas de estudos, atividade meramente administrativa.

De acordo com as informações constantes no *site* da PRPG, existem, no *Campus I* - João Pessoa, da UFPB, 51 Mestrados Acadêmicos, 40 Doutorados Acadêmicos, 14 Mestrados Profissionais, 2 Doutorados Profissionais, em 107 cursos, no total de 69 programas. A manutenção desses cursos requer muito investimento público e a retenção e a evasão de alunos gera enorme prejuízo para a sociedade.

O Programa de Demanda Social da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2023), detentor dos maiores recursos para bolsas de estudo no país, no ano de 2023 alocou R\$ 528.485.400,00 para os discentes de mestrado e, para o doutorado, R\$ 703.643.379,92. Abaixo, segue a Figura 2, indicativo dos valores:

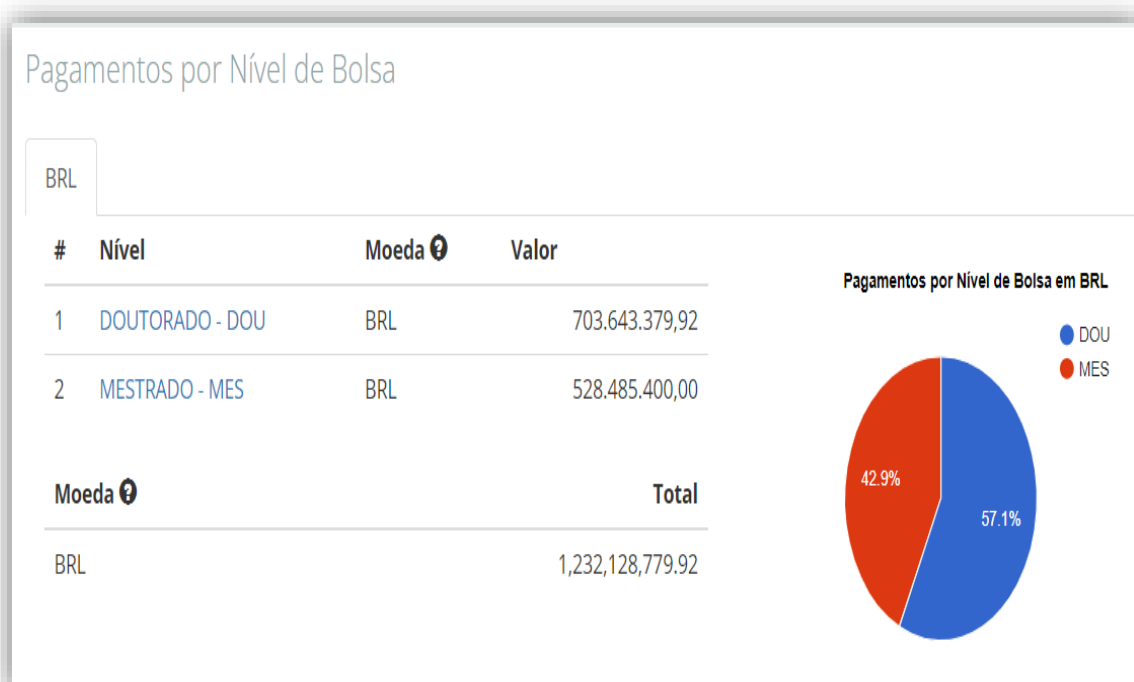


Figura 2 - Pagamentos Programa de Demanda Social – CAPES (2023).

Fonte: Transparência CAPES.

A Figura 3, a seguir, mostra os valores relativos aos pagamentos de bolsas de estudo do Programa Demanda Social da CAPES, relativo ao ano de 2023, à Universidade Federal da Paraíba, *Campus I* – João Pessoa/PB. Os discentes de mestrado acadêmico do referido *campus*

receberam um total de R\$ 13.422.900,00, totalizando 37,4% dos recursos:



Figura 3 - Pagamentos Programa de Demanda Social – CAPES à UFPB/ *Campus I* - João Pessoa (2023).

Fonte: Transparência CAPES.

Além do Programa Demanda Social da CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB) também disponibilizam bolsas de estudos para discentes da pós-graduação da UFPB. Entendemos que apenas recursos financeiros não são suficientes para manter os estudantes na universidade, é necessário considerar políticas de permanência que vão além dos gastos financeiros e políticas de assistência. Procuramos, sim, políticas institucionais de suporte e acolhimento para garantir uma permanência de qualidade, uma conclusão de curso completa, mas também um caminho prazeroso, leve e feliz.

É necessário abordar de maneira mais direta e proativa os cuidados com a saúde mental dos alunos de pós-graduação. Além de cuidados paliativos, é necessário abordar a questão de maneira integral, compreendendo que a medicalização e as consultas, da maneira como acontecem, não são suficientes para enfrentar a questão, sendo necessárias ações relacionadas diretamente ao problema.

4.1.1 As redes de apoio aos discentes na UFPB: CRAS e os projetos de extensão

Apontamos, nessa seção, o que de mais relevante se tem na Universidade Federal da Paraíba no tocante à atenção à saúde mental dos estudantes: o CRAS e os Projetos de Extensão. O Centro de Referência em Atenção à Saúde da UFPB, ainda que tenha suas limitações, é um importante instrumento de ajuda aos estudantes, além de ser uma fonte de informação sobre as causas de adoecimento mental na instituição. Pereira (2022, p. 14), em sua dissertação de mestrado sobre o tema aponta que sua pesquisa teve

por finalidade aprofundar a discussão sobre quais são as causas que promovem a fragilização da saúde mental e que levam a busca dos estudantes universitários pelo acesso aos serviços prestados pelo ambulatório do Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS), qual o papel da Universidade nesse processo para garantir a permanência destes alunos e se o desempenho acadêmico desses estudantes pode ser prejudicado, sacrificando assim o sucesso de sua trajetória acadêmica rumo a profissionalização tão sonhada.

Após o retorno presencial no período pandêmico, foram “11.978 atendimentos, procedimentos e exames realizados presencialmente” (UFPB, 2022). Destes, apenas no ano de 2022, “1.146 foram atendimentos em **psicologia** e 3.812 consultas médicas presenciais nas diferentes especialidades disponibilizadas, sendo 1.460 em **psiquiatria**” (UFPB, 2022). (**Grifo nosso**).

Hoje o papel da universidade em relação ao adoecimento mental de seus estudantes deve ir além de oferecer atendimento psicológico e psiquiátrico dentro de suas dependências, ainda que estes serviços sejam de extrema importância. Precisamos pensar numa forma de acolher os discentes para que se sintam pertencentes ao ambiente acadêmico, de forma a ouvir todas as suas vozes e atender todas às suas reais demandas.

Segundo Venturini e Goulart (2016, p. 113), “para a universidade ter resolutividade quanto a questão da saúde mental prejudicada, a instituição deve se tornar mais acolhedora, envolver o estímulo por uma educação inclusiva e solidária, promovendo assim respostas aos desafios que ela mesma oferece”. Afiliamo-nos a esta ideia, entendendo que acolhimento vai além de atendimentos em consultórios psicológicos ou psiquiátricos. Esperamos ver a universidade criando grupos de apoio que entendam as singularidades dos sujeitos, tão multifacetados, que hoje habitam o *campus* universitário.

Está cada vez mais assente que a comunidade acadêmica está passando por sofrimento mental – neste caso, não apenas discentes, mas também professores e técnicos-administrativos. Esses indivíduos, estudantes, necessitam de acolhimento, apoio e proteção, pois as cobranças e exigências vêm de todos os lados: das agências de fomento, com suas altíssimas expectativas

quanto à “performance” (*enhancement*), da própria academia, dos familiares e de si próprios, como respostas às imposições citadas.

Isso vem “desencadeando apreensão, inquietação e medo, transformando aquilo que poderiam superar tranquilamente, em estresse psíquico, manifestado no corpo por doenças psicossomáticas” (Pereira, 2022, p. 71). Ao cuidar melhor dos seus discentes, a universidade estará freando os índices de evasão dos seus quadros, o que lhe permitirá investir melhor na própria assistência estudantil.

Na Universidade Federal da Paraíba, pesquisas como a de Souza (2023) apontam que “além da assistência de saúde, os alunos referiram ter procurado, inicialmente, apoio nas atividades dos projetos de extensão universitários e os serviços de inclusão e acessibilidade da UFPB” (Souza, A., 2023, p. 81). Estas pesquisas vêm indicando que os estudantes que utilizaram o serviço do CRAS, fizeram-no para problemas pontuais, de forma isolada, não como prática continuada, isso por que, como já nos referimos, o órgão tende a ser uma clínica de atendimento e não de acolhimento. Claro que tem sua importância, mas não resolve a questão do sofrimento mental em sua completude.

Segundo Souza, A. (2023, p. 84), “alguns estudantes afirmaram que conheceram um pouco do CRAS a partir de ações realizadas durante o mês de setembro na campanha do ‘setembro amarelo’. A referida campanha é voltada à saúde mental na prevenção do suicídio” A autora faz-nos ficar atentos ao fato de que,

embora o CRAS seja um serviço apenas ambulatorial, não comportando serviço de urgência e emergência, há o atendimento inicial e encaminhamento aos outros serviços de saúde. No entanto, não existe uma intersetorialidade ou pactuação para suprir a demanda existente. (Souza, A., 2023, p. 92).

Por conseguinte, entendemos que o CRAS não é, até o presente momento, o órgão capacitado para dedicar a atenção de que falamos, em relação ao acolhimento dos estudantes que sofrem com questões de adoecimento mental. Queremos entrar na seara de alternativas pulsantes que já se apresentam no contexto da universidade, por meio dos projetos de extensão existentes.

Dessa forma, tomamos como ponto de partida o “**Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB - Projetos de Extensão 2024/2025**”, elaborado pelo “**Criativa – Projeto de Extensão de Terapia Ocupacional em Saúde Mental da UFPB**”, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Carolina Couto da Mata, voltado à promoção, assistência, formação/supervisão clínica em saúde mental. Portanto, pretendemos aprofundar a discussão sobre formas alternativas e integrativas de acolhimento em saúde mental para os estudantes da pós-graduação da instituição, público este que não recebe a devida atenção quando tratamos das políticas de

assistência estudantil de atenção à saúde.

Ao indicarmos que a UFPB não possui políticas específicas para atendimento aos discentes da pós-graduação, buscamos analisar e apresentar o que é praticado hoje na instituição e que pode se adequar às necessidades desse público em especial. Na dimensão da permanência qualificada que tanto visamos, atualmente a UFPB dispõe do Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS). Este órgão foi regulamentado pela Resolução nº 14/2020, que aprovou seu Regimento Interno no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. A implementação do CRAS, em 2020, visava atender às exigências do PNAES, ou seja, ofertar serviços de assistência estudantil aos discentes em situação de vulnerabilidade. O CRAS da UFPB oferece serviços e pratica ações de assistência estudantil no *Campus I* da universidade, ou seja, na cidade de João Pessoa.

4.1.1.1 CRAS - Centro de Referência em Atenção à Saúde

O Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS) é o principal órgão da UFPB em relação ao atendimento em saúde e nele são ofertados os serviços e atendimentos mais completos no quesito especialidade médica, odontológica e psicológica. De acordo com §3º, do art. 3º, da Resolução nº 14/2020, “Para atendimento nos referidos *Campi*, cada Unidade deverá contar, no mínimo, com um médico clínico, um Psicólogo, um Odontólogo, um Enfermeiro, um Técnico de Enfermagem e um Assistente Social.” (UFPB, 2020). A Equipe Técnica é organizada em coordenações, de acordo com as áreas de especialização de atendimento, quais sejam: coordenação médica, coordenação de enfermagem, coordenação de cirurgia bucomaxilofacial, coordenação de odontologia clínica, **coordenação de saúde mental** e dependência química, coordenação de nutrição, coordenação de farmácia, coordenação de serviço social, coordenação de homeopatia, acupuntura e práticas integrativas e complementares.

O Centro de Referência e Atenção à Saúde (CRAS) foi criado pela Resolução nº 14/2020 e é órgão suplementar da Reitoria da UFPB. De acordo com Pereira (2022, p. 54) o CRAS foi criado para

proporcionar o acesso a um serviço básico de saúde voltado inteiramente aos docentes, servidores técnicos administrativos e estudantes que fazem parte da comunidade acadêmica da UFPB. Suas atribuições obedecem ao estabelecido na Resolução RDC nº 50/2002 da ANVISA. “Não possui receita financeira própria, contando com os recursos adquiridos através da unidade da Pró Reitoria de Extensão (PROEX), estando o orçamento do órgão totalmente vinculado à Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC).

Pensou-se o órgão como multifocal, isto é, que englobasse uma gama de serviços interligados relacionados à saúde. No entanto, os atendimentos ocorrem de forma estanque, ou seja, não há ações preventivas e práticas integrativas, de fato. Não há políticas direcionadas para públicos específicos. Não estamos dizendo, com isso, que o órgão presta um serviço ruim, apenas queremos apontar que ele apenas cumpre as determinações do PNAES, sem, contudo, ir além, isto é, sem examinar as causas do adoecimento mental dentro da universidade.

Anteriormente fizemos uma crítica ao próprio PNAES, ao apontar que este regulamenta a assistência estudantil de forma vaga e superficial, sem exigir, de fato, que a universidade pormenorize suas práticas de acordo com os objetivos e as ações do programa. Neste sentido, Souza, A. (2023, p. 48) afirma que “dessa forma, o PNAES, além das ações sociais, precisa desenvolver ações de Atenção à Saúde do discente a fim de reduzir os riscos, prevenir doenças e promover a permanência do aluno no espaço acadêmico”. A mesma autora conclui ainda que “o PNAES não garantiu que ações de saúde fossem promovidas com sucesso no espaço universitário”.

Por outro lado, quando falamos de saúde mental e seus cuidados na pós-graduação, sabemos que não há, de forma direta e específica na UFPB, ações para os pós-graduandos. O CRAS se torna, assim, uma espécie de “clínica” que atende os estudantes que o procuram.

Ainda que tenha sido criado para atender às diretrizes do PNAES, ou seja, atender discentes da graduação em situação de vulnerabilidade econômica e social, o CRAS está apto a receber também docentes, servidores técnicos administrativos e estudantes de pós. Contudo, não vislumbramos este setor, em sua atual configuração, como órgão capaz de atender as necessidades dos discentes de pós-graduação em sofrimento mental.

4.1.1.2 *Os projetos de extensão*

Ao aprofundarmos esta pesquisa sobre adoecimento mental na comunidade acadêmica da universidade, deparamo-nos com o chamado “Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB - Projetos de Extensão 2024/2025”. O “Mapa” contém os Projetos de Extensão dos anos de 2024/2025 da Universidade Federal da Paraíba.

O “Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB - Projetos de Extensão 2024/2025” é uma iniciativa do Projeto de Extensão Criativa, vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em parceria com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA). Assim se apresenta o projeto:

Olá! Somos do Criativa – Projeto de Extensão de Terapia Ocupacional em Saúde

Mental da UFPB. Esse Mapa foi especialmente preparado para você poder acessar a Rede de Cuidado oferecida pelos projetos de extensão da UFPB. É importante observar o período de execução dos projetos. Essas informações, atualizadas em setembro de 2024, referem-se aos projetos ativos no segundo semestre de 2024 e no primeiro semestre de 2025. (UFPB, 2024).

As ações e projetos de acolhimento ali presentes, como a escuta ativa, que não se restringe ao atendimento estanque das necessidades dos alunos, podem gerar mais impactos positivos na saúde mental dos discentes, abordando mais profundamente as causas dos problemas, com o objetivo de tornar a vida acadêmica menos complicada, mais vibrante e gratificante, prevenindo a retenção e a desistência no ensino de pós-graduação.

O Projeto Criativa busca integrar os diversos projetos existentes na Pró-Reitoria de Extensão da UFPB – PROEX relacionados a cuidados com a saúde mental dos estudantes. O Criativa “oferece atendimentos de Terapia Ocupacional em Saúde Mental para universitários, mediante encaminhamento do CIA. Realiza ainda oficinas com estudantes, docentes e servidores e outras ações de promoção de saúde mental no ambiente acadêmico” (UFPB, 2024). O Projeto Criativa, por meio da divulgações presentes no MAPA, visa oferecer atendimento para discentes em adoecimento mental.

Neste estudo, ao trazermos referências a pesquisas na área e que obtiveram êxito, traçamos algumas estratégias para aprimorar o suporte aos alunos na pós-graduação da UFPB, com o intuito de diminuir a taxa de retenção e abandono. O principal resultado deste estudo é o investimento na melhoria, expansão e divulgação da "Rede de Cuidado". Na seção seguinte, abordaremos a continuidade na pós-graduação da UFPB, sua relação com as políticas do PNAES, as iniciativas do CRAS e, finalmente, apresentaremos o panorama atual da rede de assistência, sua configuração, os grupos participantes e suas dinâmicas, apontando oportunidades para melhoria do sistema.

4.2 PERMANÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPB: PERSPECTIVAS

Anteriormente informamos que são ainda poucas as pesquisas sobre adoecimento mental na pós-graduação. Ademais, as políticas de assistência estudantil com foco em assistência à saúde mental na educação superior, são também reduzidas ou, em algumas universidades, inexistentes. Dessa forma, para subsidiar nossa pesquisa, utilizamos estudos sobre o tema saúde e adoecimento mental na graduação, pois a literatura é mais ampla e consistente.

Sendo assim, iniciamos esta etapa da dissertação apontando uma iniciativa recente da

Universidade Federal de Minas Gerais, que publicou a Resolução nº 01/2023, dispondo sobre o Regime Acadêmico Especial para Permanência (RAEP) de estudantes de graduação. A UFMG, em uma iniciativa humanizada, visando a permanência qualificada dos discentes na graduação, traçou essa diretriz para oportunizar significativas contribuições na caminhada acadêmica dos estudantes em sofrimento mental.

A Resolução Nº 01/2023 estabelece o seguinte:

seu objetivo é possibilitar o prosseguimento nos estudos e a **permanência qualificada de estudantes em situações específicas**, por meio da flexibilização de regras do regime acadêmico e da adaptação de estratégias pedagógicas, de acordo com as possibilidades da Universidade. Com o regime acadêmico especial, a UFMG **busca favorecer a permanência qualificada de estudantes que apresentam alguma condição específica**, como deficiência, **sofrimento mental** e gravidez. (UFMG, 2023). (Grifo nosso).

O art. 2º do Regime Acadêmico Especial para Permanência (RAEP) (UFMG, 2023) traz as condições para que o discente possa aderir à norma

O RAEP poderá ser **concedido ao estudante requerente que se encontrar em uma ou mais das seguintes condições, permanentes ou transitórias, que comprometam, significativamente, a sua capacidade de dar prosseguimento aos seus estudos** no ritmo padrão previsto na proposta formativa do curso de vínculo e **manter a sua permanência qualificada** na Universidade:

[...]

III - **sofrimento mental**;

[...]

(Grifo nosso).

A cargo de um profissional de saúde que determinará as condições mentais do estudante o § 3º diz que a

solicitação de RAEP deverá ser acompanhada de **relatório emitido por profissional da saúde que atua na área de saúde mental, descrevendo como a condição de sofrimento mental compromete o ritmo de estudos e esclarecendo sobre a viabilidade de realização das atividades acadêmicas, pelo estudante, em ritmo reduzido**. (UFMG, 2023). (Grifo nosso).

Podemos considerar que essa política institucional é uma das poucas que pesquisamos e que se alinha ao inciso IV, do § 1º, do art. 3º do PNAES, ou seja, ações de assistência estudantil desenvolvida na área de atenção à saúde. Entendemos que, ainda que não relacionada diretamente ao tema de acolhimento, o regime adotado pela UFMG permitirá ao estudante aliviar sua carga de cobrança, pois lhe permite estudar de forma mais adequada ao seu grau de desenvolvimento intelectual e mental.

Nesse sentido, para tentar atender ao máximo de estudantes possíveis, em suas mais variadas necessidades, foram denominadas de “adaptação de estratégias pedagógicas”, a cargo das Câmaras Departamentais ou estruturas equivalentes estabelecer, junto aos professores responsáveis pela oferta de turmas. Assim, para cumprir o que fora determinado, o art. 7º, § 1º diz que

São **possibilidades de adaptação de estratégias pedagógicas:**

I - a utilização de **recursos e técnicas didáticas diferenciadas;**

II - a definição de **condições especiais de avaliações;**

III - a utilização de **tecnologia assistiva nos diferentes espaços universitários;**

IV - a indicação de **monitoria individualizada e especializada**, de acompanhamento do estudante por serviços específicos ou **por professores ou tutores** entre pares;

[...]

(UFMG, 2023). (Grifo nosso).

A articulação entre setores da universidade é fundamental no processo de implementação de inovações quanto aos cuidados da saúde mental dos discentes. Não se pode pensar nas iniciativas de extensão da PROEX, por exemplo, sem que estejam vinculadas às experiências vivenciadas no CRAS ou relacionadas com as possibilidades de bolsas de estudos que foram disponibilizadas pelas agências de fomento por intermédio da PRPG. Dessa forma, na análise inicial de dados sobre o índice de abandono na pós-graduação, intentamos buscar indícios de que os altos índices de abandono são gerados, dentre outros fatores, por questões relacionadas ao adoecimento mental dos discentes.

Dados iniciais desta pesquisa, obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, indicam um alto número de discentes evadidos no PPGE. Para além de entender as causas que levam os discentes ao abandono, e já compreendendo que a questão da atenção à saúde mental é um fator crucial neste processo, precisamos indicar as possíveis alternativas para mitigar os números de evasão na pós-graduação, especialmente no PPGE, que tem taxa de sucesso inferior a 50%. Devemos, pois, indicar que na UFPB, o PNAES se desdobra nas políticas institucionais praticadas pelo Centro de Referência de Atenção à Saúde (CRAS).

Dessa forma, temos que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma instituição pública com atuação nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. “Sua missão volta-se para a produção e expansão do conhecimento, garantindo uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade” (UFPB, 2019).

O Relatório Anual de Gestão da UFPB (2022) aponta que o CRAS, como executor das diretrizes do PNAES, propiciou 11.978 atendimentos em 2022. Os recursos foram alocados em auxílios moradia, alimentação, creche, residência universitária, inclusão digital e auxílio emergencial temporário. Dessa forma, observamos que “a Atenção à Saúde faz parte das ações propostas pelo PNAES, porém, conforme os dados financeiros do Relatório Anual de Gestão da UFPB de 2022, não houve registro de atividades voltadas para a saúde do discente” (Souza, A., 2023, p. 15).

Apontamos, da análise de pesquisas anteriores que os serviços existentes na UFPB não possuírem uma ampla divulgação. Outro dado importante se refere aos investimentos do CRAS para a atenção à saúde, cara ao PNAES: o Relatório Anual de Gestão da UFPB de 2022 não

aponta investimento financeiro direcionado à saúde mental do discente.

O CRAS, ainda que limitado em se aprofundar nas causas do sofrimento mental discente, possui boas-práticas, que merecem mais destaque. É o caso, por exemplo, das suas ações de boas-práticas de Educação e Saúde e de seus Projetos de Extensão.

Como exemplos das boas-práticas em saúde praticadas pelo CRAS, temos o “Setembro Amarelo: Por que a vida vale a pena? Viver diante das adversidades”; “Alimentação saudável e prevenção do câncer de boca”; “Dia Mundial de Combate a Obesidade”; “Outubro Rosa: Prevenção e promoção da saúde como ato de amor”; Participação na “XV Semana do Servidor”; “Dezembro Vermelho - Vencendo preconceitos e promovendo saúde”; e “Dia D da Testagem COVID-19 UFPB-CPT/CRAS/CBI”; como Projetos de Extensão, “Educação permanente em saúde sobre as práticas integrativas e complementares para os idosos do Instituto Paraibano de Envelhecimento (IPE- UFPB)”; “Viva mais e melhor com boa nutrição e prática de atividade física”; “Serviço de Diagnóstico e Tratamento de Lesões Buco-Maxilares”; “NeuroConexões: saúde, bem-estar e PICS”; e “Rastreamento em saúde e educação em saúde aos idosos atendidos no Instituto Paraibano de Envelhecimento da Universidade Federal da Paraíba (IPE-UFPB)”.

Ainda que não sejam projetos e ações diretamente relacionados à saúde mental dos discentes, demonstram que o CRAS tem capacidade de gerir mais e maiores políticas de assistência estudantil no âmbito da UFPB. É uma lacuna, contudo demonstra possibilidades de ampliação do escopo de atuação do órgão.

Além do CRAS, existem os projetos de extensão indicados no “Mapeamento da Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB” que nos orientam quanto aos diversos grupos de apoio em relação às demandas sobre sofrimento mental na universidade. Como projetos de extensão, são abertos à comunidade local da cidade de João Pessoa, afinal essa é a característica mais marcante da extensão universitária.

No intuito de aproximar os discentes da pós-graduação com as atividades de atenção à saúde desenvolvidas pela universidade, nossa pesquisa, por meio do terceiro objetivo específico, construirá o PTT, com a criação de uma cartilha de atenção à saúde para a pós-graduação. Voltamos a frisar que muitas atividades dos grupos de extensão podem atender às demandas dos discentes de pós-graduação pois, inclusive, a maioria deles não limita o atendimento ao nível de formação. No sítio eletrônico do “Observatório de Dados da Extensão”, Figura 4, da PROEX, encontramos todos os projetos de pesquisa em andamento na UFPB:

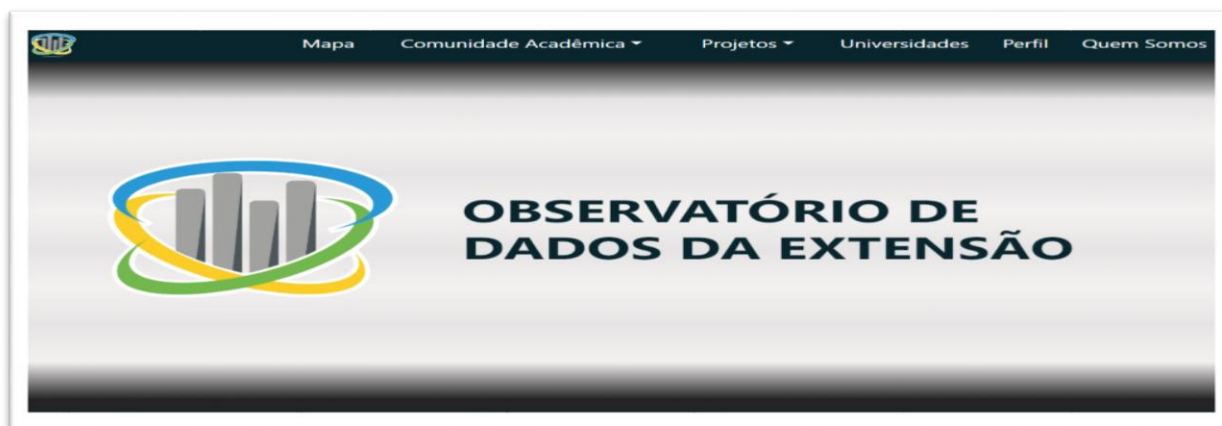


Figura 4 - “Observatório de Dados da Extensão” – PROEX/UFPB.

Fonte: PROEX/UFPB - Pró-Reitoria de Extensão.



Figura 5 - Evolutivo das Atividades de Extensão.

Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/> (20/01/2024).

A Figura 5 apresenta a evolução das atividades de extensão vinculadas a(o) CCS, CCSA, CRAS, REITORIA, PRAPE nos anos de 2017 a 2024. Essa representação visual permite uma análise do crescimento ou variação das atividades de extensão no(s) centro(s) ao longo do período”. De todos os projetos de extensão analisados, ao menos nos últimos oito anos, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) concentra mais de 90% das atividades de extensão na “área temática de saúde”, que foi nosso filtro. O Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), do qual faz parte o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), nosso objeto de estudo, teve apenas cinco projetos de extensão na área nos últimos oito anos, dentre os cerca de 180 projetos existentes. Isso evidencia a necessidade de ampliação dos projetos no referido Centro, além de indicar que a aproximação com os centros mais relevantes, sobretudo o CCS,

deve ser feita para que os discentes dos seis programas de pós-graduação do centro possam acessar os serviços oferecidos pelo Centro de Ciências da Saúde, detentor de maior expertise na área de saúde mental.

O Projeto Criativa indica ainda os serviços de acolhimento da UFPB, que não se enquadram como projetos de extensão. São eles, o Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), com atendimentos em psiquiatria ao público universitário; o próprio CRAS, que presta assistência à saúde aos estudantes e servidores da instituição; o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, com atendimento psicológico em regime de plantão.

Como produto de nossa pesquisa, propomos, como resultado do Produto Técnico-Tecnológico uma cartilha de atenção à saúde mental voltada aos estudantes de pós-graduação. A ideia é a divulgação das ações e serviços existentes e que ainda não são de conhecimento de todos os discentes, além de propor a ampliação dos serviços e indicar a necessidade de haver políticas institucionais voltadas exclusivamente para os alunos dos cursos de pós-graduação da instituição.

4.3 LACUNAS EXISTENTES NAS AÇÕES SOBRE SAÚDE MENTAL NA UFPB

O estudo indica algumas deficiências nas políticas de apoio estudantil e nas ações direcionadas aos alunos de pós-graduação na UFPB. Importante ressaltar que, ainda que as bolsas de estudo atinjam um grande número de alunos, e apesar da PRPG planejar, coordenar e supervisionar as atividades da pós-graduação, faltam políticas públicas específicas para os alunos de pós-graduação, o que indica uma falta considerável de orientações exclusivas direcionadas a esse grupo. Este é um ponto crucial, pois o suporte financeiro, apesar de relevante, não atende a todas as demandas inerentes à pós.

Outro problema detectado é a ausência de publicidade dos serviços oferecidos pelo CRAS, levando alguns alunos a procurar assistência em clínicas particulares ou em Unidades de Pronto Atendimento. Segundo Souza, A. (2023, p. 75), “a ausência de visibilidade das ações de saúde é particularmente danosa antes da entrada dos alunos na universidade, período em que muitos ainda não têm acesso às informações acerca das políticas de assistência estudantil”.

Além do CRAS, os projetos de extensão identificados pela "Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB" representam recursos relevantes que poderiam responder às necessidades de sofrimento mental na instituição de ensino superior. Contudo, a falta de divulgação adequada desses projetos restringe o acesso dos alunos, e muitos deles estão concentrados apenas em certos centros da UFPB, o que diminui ainda mais a sua abrangência.

Em conclusão, a avaliação do "MAPA" indica que, apesar dos grupos de extensão poderem servir aos estudantes de pós-graduação, a escassa divulgação e a restrita extensão geográfica dos projetos prejudicam seu efeito. Em relação ao CRAS e à PRPG, indicamos que deveriam ser criadas algumas ações específicas que atendessem aos discentes de pós-graduação, que se ocupassem de atender às peculiaridades típicas desse grupo de alunos, durante sua trajetória acadêmica.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo trata do percurso metodológico da pesquisa, cuja ideia é aproximar-se do objeto de estudo. Detalha o projeto do estudo, abordando a definição dos objetivos, a natureza da pesquisa conduzida, os métodos de coleta de dados, a descrição da população e da amostra, bem como a técnica empregada para a análise dos dados recolhidos.

Nesse sentido, A pesquisa é o “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico” (Gil, 2008, p. 26). Ainda de acordo com Gil (2008, p. 26), “pesquisa social é o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia deste estudo baseia-se na coleta de informações acerca das ações de saúde mental na assistência estudantil na pós-graduação, ou acessíveis aos alunos em geral, de acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil, na Universidade Federal da Paraíba. Portanto, é um estudo qualitativo.

Para o método de análise qualitativa de dados utilizou-se a Análise Temática, sendo o estudo mais adequado, e se ancorou na proposta das pesquisadoras Virginia Braun e Victoria Clarke (2014). O método de Análise Temática foi selecionado para a avaliação dos dados, visto que, em estudos qualitativos, é eficiente para detectar, examinar, interpretar e documentar padrões.

No mínimo, a Análise Temática possibilita a organização e descrição detalhada do banco de dados; no máximo, "o céu é o limite", pois este método contribui de maneira significativa para uma interpretação mais aprofundada dos dados. A AT já é utilizada atualmente em trabalhos acadêmicos, dos mais diversos níveis, além de também ser utilizada em pesquisas.

A contextualização da pesquisa partirá de uma visão macro sobre as políticas públicas brasileiras de permanência até atingir seu foco, qual seja: as possíveis causas e buscar identificar as consequências do sofrimento mental entre os estudantes de pós-graduação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em um recorte ainda pormenorizado, tratar-se-á das políticas institucionais da UFPB em relação à saúde mental dos discentes e permanência, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O trabalho em tela é de cunho científico, assim, a metodologia demonstra, de forma

objetiva, os procedimentos e as técnicas aplicadas para atingir os objetivos pretendidos. Gerhardt e Silveira (2009, p. 12) reiteram que o percurso metodológico é o “estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência”. No mesmo sentido, Prodanov e Freitas (2013, p. 14), reiteram que a metodologia é a “aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

De acordo com Marconi e Lakatos (1992, p. 43):

a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que procurar a verdade: é encontrar a resposta para as questões propostas, utilizando métodos científicos.

Com a definição do problema, buscou-se definir objetivos para tentar responder à hipótese. Entende-se, portanto, que, a definição dos objetivos (geral e específicos) devem apontar para a melhor metodologia a ser aplicada. Assim, como afirma Gil (2008, p. 26), “o objetivo fundamental de uma pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Ainda, para o autor, a pesquisa social é o “processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (Gil, 2008, p. 26).

Quanto ao método geral ou de abordagem, os objetivos, são base para a análise e escolha do método de abordagem. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 26):

Os métodos gerais ou de abordagem oferecem ao pesquisador normas genéricas destinadas a estabelecer uma ruptura entre objetivos científicos e não científicos (ou de senso comum). Esses métodos esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações. Podem ser incluídos, neste grupo, os métodos: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

Dessa forma, o método de abordagem mais adequado a esta pesquisa é o dialético. O método dialético, pois há um contexto a ser analisado, e este, intrinsecamente, relaciona-se com outros, como o social, econômico, cultural e político. Diante dessa análise e definição, temos que:

O método dialético parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Nesse tipo de método, para conhecer determinado fenômeno ou objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança. Prodanov e Freitas (2013, p. 35).

As categorias teóricas evasão e permanência são fenômenos complexos, que envolvem o contexto universitário, mas também político, social, cultural, histórico, econômico, mas, sobretudo, político. Neste sentido, o método científico dialético é indicado para a análise situacional apresentada.

De acordo com Minayo *et al.* (2002, p. 25), a abordagem dialética: “compreende uma relação intrínseca de oposição e complementariedade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material”. Além disso, esse método defende que é necessário “trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou os objetos sociais apresentam.

Entende-se que, nesta pesquisa, o método dialético pode ser enriquecido com a utilização, subsidiária, do método fenomenológico. Em breve síntese dos métodos de abordagem, pode-se afirmar que o dialético aponta que os fenômenos têm aspectos contraditórios. Já o método fenomenológico afirma que a fenomenologia descreve uma experiência, de forma crítica e reflexiva, buscando seus significados.

Quanto ao tipo de pesquisa, do ponto de vista de sua natureza, deve-se diferenciar os dois tipos comuns: básica e aplicada. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51):

a pesquisa, sob o ponto de vista da sua natureza, pode ser: a) pesquisa básica: objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais; b) pesquisa aplicada: objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

A pesquisa é social - já exposto quando se tratou dos métodos de abordagem - características que ajudam a definir a sua finalidade. Assim, para referendar o que está posto, cita-se a finalidade da pesquisa, que, de acordo com Gil (2008, p. 26):

a pesquisa social pode decorrer de razões de ordem intelectual, quando baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação para agir. Daí porque se pode falar em pesquisa pura e em pesquisa aplicada. A pesquisa pura busca o progresso da ciência [...] com vistas na construção de teorias e leis. A pesquisa aplicada, por sua vez, [...] tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.

Nesse sentido, a pesquisa em tela afilia-se a essa segunda corrente citada pelos autores. Isso por que visa à aplicação prática de seus resultados, para a resolução do problema identificado no programa de pós-graduação em economia, da Universidade Federal da Paraíba. Segundo Gil (2008, p. 32), a pesquisa aplicada “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem”.

Demonstra-se, portanto, que o trabalho desenvolvido está devidamente perfilado aos objetivos, geral e específicos desta dissertação. Isso porque, a pesquisa não se limita apenas em

investigar o problema ora levantado, mas sim buscar soluções e propostas concretas para intervenção no fenômeno.

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários semiestruturados, em razão da questão da pesquisa e de seus objetivos anteriormente delimitados. Questionário semiestruturado mescla questões abertas e fechadas, possibilitando ao entrevistado optar por respostas pré-estabelecidas em certas perguntas, enquanto se sente livre para responder outras de maneira espontânea. Fonseca (2002, p. 31) afirma que “qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Por ter como base materiais já publicados, tais como livros, teses e dissertações, artigos em periódicos, a pesquisa é bibliográfica. Por sua vez, a opção pela pesquisa documental se dá para “organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 56).

Há diferenças entre a pesquisa documental e a bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Documental utiliza registros que ainda não foram analisados ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Gil (2002, p. 50).

Consoante Gil (2017, p. 34), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado.”. Nesse sentido, definem-se as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa. Dentre as principais formas de acesso a essas fontes de pesquisa estão o banco de teses e dissertações da Capes e Repositório Institucional da UFPB. Foram utilizados os seguintes descritores: “evasão”, “permanência”, “permanência qualificada”, “saúde mental”, “adoecimento mental”, “assistência estudantil”, “ensino superior” e “pós-graduação”.

Visando atingir os objetivos traçados, a pesquisa trabalhou com documentos de primeira mão, e a coleta de dados foi através da plataforma de acesso à informação Fala.Br – Sistema de Informação ao Cidadão. “Documentos de primeira mão são aqueles que não receberam qualquer tratamento analítico, como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas. Documentos de segunda mão são os que já foram analisados, como, relatórios de pesquisa e tabelas estatísticas” Gil (2008, p. 51).

Quanto ao enfoque prevalente, trata-se, com vistas à entrega de um produto final de qualidade e realmente aplicável, de uma pesquisa qualitativa. Conforme Sampieri *et al.* (2010,

p. 7), o “*enfoque cualitativo utiliza la recolección de datos sin medición numérica para descubrir o afinar preguntas de investigación en el proceso de interpretación*”, ou seja, a abordagem qualitativa tem por finalidade a interpretação dos fenômenos, por meio da análise dos dados pesquisados.

Os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno quanto as suas origens. Conforme Minayo *et al.* (2002, p. 21):

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Portanto, determinou-se que a preponderância da abordagem é a análise qualitativa. Contudo, secundariamente, utiliza-se também a abordagem quantitativa, ao se levantarem dados numéricos sobre os entrevistados, para que o fenômeno seja melhor interpretado. Conforme explicita Fonseca (2002, p. 20) “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”.

A abordagem qualitativa visa “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 32). A abordagem quantitativa permite, ainda, seleção de amostras para representar dada população, assim, “os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa” (Fonseca, 2002, p. 20).

O estudo adota uma metodologia descritiva e exploratória. A natureza descritiva é evidenciada pela necessidade de detalhar e apresentar a realidade da assistência à saúde na universidade em estudo, levando em conta tanto a presença de uma estrutura institucional estruturada quanto as iniciativas específicas direcionadas à saúde. Assim, o aspecto exploratório procura detectar dificuldades na organização, implementação e execução de ações voltadas para a saúde dos alunos, no âmbito da assistência estudantil.

5.2 CONTEXTO E SUJEITOS DA PESQUISA

Ainda que nossa pesquisa tenha por análise todo contexto da pós-graduação do *Campus I*, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, para fins de alcançar nossos objetivos, fizemos um recorte espacial tendo o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/CCSA) como fragmento de estudo.

A amostra deste estudo consistiu em 13 estudantes dos cursos de pós-graduação em

Economia da Universidade Federal da Paraíba. Tais estudantes foram selecionados de acordo com os critérios de intencionalidade dispostos a seguir: ser estudante ativo ou egresso, concluinte ou evadido, dos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB, escolhidos entre os anos de 2014 a 2023. Não foi definido, *a priori*, a quantidade máxima de participantes da pesquisa, apenas um mínimo, de seis, e o questionário ficou disponível por uma semana, entre o final de outubro de 2024 e novembro de 2024. Esse curto prazo se deu em razão de faltar menos de 4 meses para a data da defesa da dissertação.

Como recorte temporal da pesquisa, decidiu-se analisar discentes ingressantes no programa de pós-graduação em economia a partir do ano de 2014. Dessa forma, na conjuntura da pesquisa, o limite temporal compreende o período entre os anos de 2014 e 2023, intervalo de tempo que contempla o cenário anterior à pandemia, o período pandêmico e pós-pandêmico.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos em função do objetivo geral e do recorte temporal deste estudo. Ingressantes a partir de 2014, compreendendo todos os discentes dos cursos de mestrado e doutorado, que tenham concluído seus cursos ou que tenham evadido.

De acordo com Gil (2008, p. 89), “universo ou população de uma pesquisa social é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”. Por sua vez, “a amostra deste tipo de estudo, é o subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. Na figura 6, a seguir, temos o recorte de onde nossa pesquisa se deu:

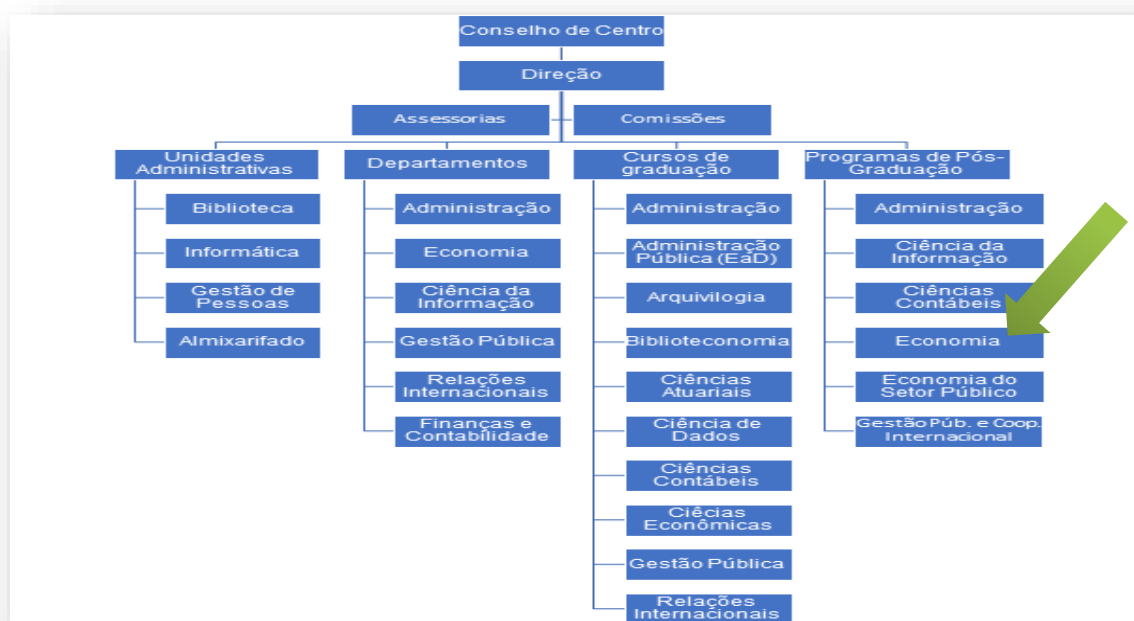


Figura 6 - Organograma do CCSA, Campus I, da UFPB.

Fonte: site CCSA/UFPB.

O contato com os participantes da pesquisa ocorreu por meio da coordenação do curso, via pedido de divulgação por e-mail, ocasião na qual o pesquisador fez uma breve apresentação do projeto explicando seus objetivos e procedimentos, além de se colocar à disposição para sanar dúvidas a respeito da pesquisa. Neste mesmo e-mail foi informado que o projeto fora aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB, através do CAAE nº 81403824.8.0000.5188.

Há várias categorias de amostras, e “elas podem ser classificadas em probabilísticas e não-probabilística. A primeira, rigorosamente científica; a segunda de acordo com critérios do pesquisador” (Gil, 2008, p. 90). Logo, como a seleção da amostra deste trabalho deu-se conforme o escopo da pesquisa e critérios pré-definidos pelo pesquisador, trata-se de uma amostra não-probabilística.

O *locus* ou espaço em que ocorre a pesquisa é, especificamente, os cursos de mestrado e doutorado em economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Esta opção se dá pela familiaridade do pesquisador com o local, considerando-se, que trabalha em uma secretaria de pós-graduação do centro há mais de dez anos, além da observação feita ao longo dos anos da ocorrência do problema que origina a hipótese da pesquisa.

5.3 PERCURSO METODOLÓGICO

Aqui apresentamos o passo a passo do desenvolvimento do percurso metodológico desta pesquisa, para que o leitor possa entender, de forma clara, quais foram as escolhas do pesquisador e as razões que o levaram a fazer estas escolhas. Dessa forma, a seguir, para tornar isso mais didático, apresentamos o seguinte organograma:

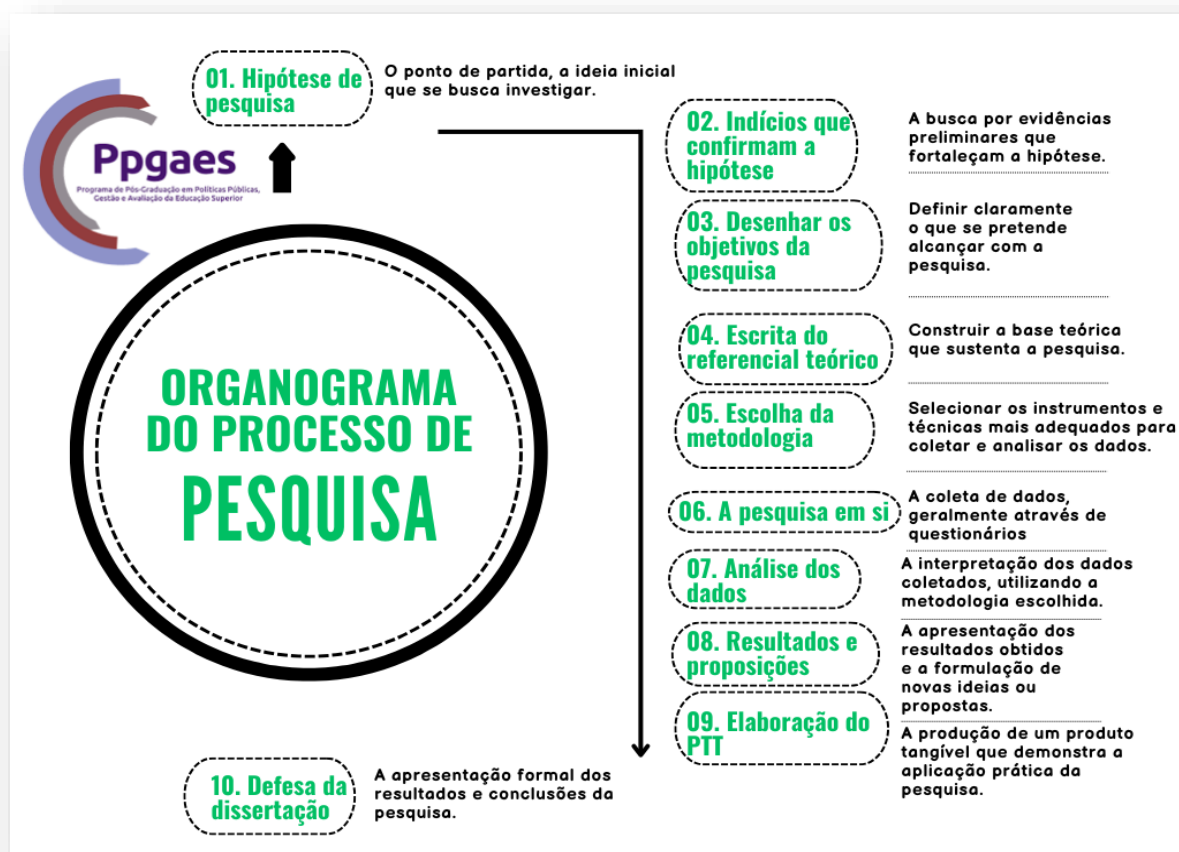


Figura 7 - Organograma do Processo de Pesquisa.

Fonte: elaborada pelo autor.

O pesquisador, ao rever a trajetória da pesquisa, elaborou a figura acima no intuito de demonstrar, de forma clara, a descrição das etapas da dissertação em tela. Assim, temos que estas etapas, em ordem cronológica, contudo, por vezes, entrelaçando-se, demonstram o percurso metodológico percorrido pelo autor.

Importa-nos informar que, de fato, a ideia da pesquisa surgiu da inquietação do pesquisador ao se deparar com um grande índice de evasão no programa de pós-graduação em que atua há mais de dez anos e que poderiam estar associados a questões relacionadas ao adoecimento mental dos estudantes. Intrigado com esses altos números, procurou levantar a hipótese de pesquisa, que seria o ponto de partida, a ideia inicial que se buscava investigar.

Dessa forma, buscou indícios que confirmassem a hipótese, isto é, a busca por evidências preliminares que fortaleçam a hipótese. Nesse sentido, amparado pela lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI) - e do Decreto nº 7.724/2012 regulamentador, o pesquisador solicitou à Universidade Federal da Paraíba, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC (Universidade Federal da Paraíba - UFPB), via Plataforma Fala.BR (Ref.:

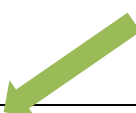
SIC/UFPB - ACESSO À INFORMAÇÃO - SIC 23546034082202418), as informações pertinentes ao seu trabalho para comprovar sua hipótese e tornar a pesquisa viável. Obteve, assim, por meio do PROCESSO 23074.026015/2024-30 e DESPACHO Nº 151/2024 - REITORIA - OUV (11.00.46.18), os primeiros indícios que buscava. Inicialmente, entendendo ser suficiente para embasar sua hipótese, o pesquisador buscou apenas informações sobre os alunos do curso de mestrado em economia. Imaginando serem suficientes tais indícios, a pesquisa seria ampliada aos discentes do curso de doutorado, o que acabou por acontecer.

A seguir, trazemos uma análise quantitativa sobre os discentes do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB que abandonaram o curso entre os anos de 2014 e 2023. Posteriormente, no momento de aplicação dos questionários, foram levados em consideração questionamentos acerca da motivação que os fizeram abandonar o curso, indicando, dentre as políticas institucionais existem ou não, são suficientes ou não, possibilidades de atender a demanda visando a diminuição do fracasso acadêmico, tendo como número de discentes que não terminam o curso.

A seguir, temos o quadro 5, com informações obtidas junto ao PPGE/CCSA/UFPB, por meio da Lei de Acesso à Informação, que mostra o quantitativo de alunos Curso de Mestrado em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB, entre os anos de 2014 e 2023, que não concluíram o curso, sendo o primeiro indício para comprovar a nossa hipótese levantada. Nesse sentido, no decorrer da pesquisa foi preciso identificar, junto à população escolhida, as reais razões que os levaram a abandonar o curso, haja vista que, na pós-graduação estudada, praticamente todos os alunos do mestrado possuem bolsa de estudo CAPES, CNPq ou Fapesq-PB.

Quadro 5 - Quantitativo de alunos do curso de mestrado em Economia (PPGE/UFPB), 2014 a 2023, que não concluíram o curso.

Ano	Ingressantes no Curso	Não Concluintes	% de Não Concluintes
2014	11	06	54,54%
2015	11	05	45,45%
2016	17	11	64,70%
2017	15	12	80%
2018	13	04	30,76%
2019	15	09	60%
2020	15	06	40%
2021	11	05	45,45%



2022	14	10	71,42%
2023	10	Sem dados*	-
Total	132	68	51,51%

Fonte: PPGE/CCSA/UFPB.

*discentes ainda com possibilidade de prorrogação de prazo regimental de 06 meses, conforme Art. 43, Resolução nº 05/2015/CONSEPE/UFPB e que ainda não são concluintes.

Observa-se no período de dez anos o elevado número de 51,51% de alunos que abandonaram o curso (UFPB, 2024). Temos, portanto, que a taxa de sucesso foi de 49,49%. O ano de 2017, por exemplo, pré-pandemia, teve 80% de desligamentos de alunos de mestrado do curso. Já em 2022, em período pandêmico, a porcentagem de discentes que foram desligados do curso alcançou 71,42%, ou seja, dos 14 ingressantes no curso, apenas 4 concluíram. Obviamente é uma hipótese que precisou ser comprovada na pesquisa, contudo, foi um indício suficiente para seguir a análise da hipótese aventada inicialmente.

Após esse levantamento inicial de dados, foram desenhados os objetivos da pesquisa, para definir claramente o que se pretendia alcançar. Com os objetivos definidos, o pesquisador partiu para construção da base teórica que sustentaria a pesquisa. Posteriormente, após a qualificação de seu projeto, com aprovação, ficou mais clara a escolha da metodologia, junto a sua orientadora.

Já a pesquisa em si tratou da coleta de dados, que ocorreu por meio da aplicação de questionário semiestruturado, que pretendia levantar dados acerca das razões da evasão, causas e consequências do adoecimento mental, além de identificar, via levantamento de dados socioeconômicos, a população mais atingida pelos problemas identificados. Para a análise dos dados, já com a metodologia escolhida, Análise Temática, buscou-se identificar os principais temas levantados pelos discentes pesquisados que pudessem responder nossa hipótese e alinhar-se aos nossos objetivos de pesquisa. Vale ressaltar que, ao todo, 11 discentes responderam ao questionário, entre eles alunos do mestrado e doutorado, ativos, evadidos e que concluíram o curso. Importante destacar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, sob o CAAE nº 81403824.8.0000.5188.

Dessa forma, após a análise dos dados a pesquisa trouxe-nos a apresentação dos resultados obtidos e a formulação de novas ideias ou propostas. A seguir, o autor elaborou o Produto Técnico Tecnológico – PTT, com a produção de um produto tangível que demonstra a aplicação prática da pesquisa. Este produto foi um quadro com as referências do “Mapa de Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB (2024/2025)”, indicando possíveis melhorias, sobretudo

na forma de divulgação da rede, apontada pelos discentes como ponto frágil do projeto de pesquisa. Por fim, haverá a defesa da dissertação, na qual o autor fará a apresentação formal dos resultados e conclusões da pesquisa.

No capítulo seguinte, denominado “Análise de Dados”, antes de adentrar, de fato, no exame do *corpus* de dados, trataremos com mais minúcia sobre a metodologia escolhida para explorar os dados, qual seja, a técnica Análise Temática (AT). A AT foi escolhida por sua flexibilização que, de acordo com Braun e Clarke (2006, p. 3) “através da sua liberdade teórica, a análise temática fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo de dados”.

5.3.1 Instrumentos de pesquisa

Para a obtenção de dados, utilizamos questionários semiestruturados que trataram de questões fundamentais ligadas ao tema central deste estudo. A escolha pelo uso de questionários foi motivada pela sua adaptabilidade, possibilitando ao pesquisador, com base em um tema orientador, formular questões que buscam entender as narrativas dos participantes, ressaltando suas vivências e os sentidos que lhes são atribuídos.

A primeira parte do questionário foi a aplicação do TESTE SRQ 20 – *Self-Report Questionnaire* (OMS) - "Questionário de Autoavaliação", para identificação de sofrimento mental nos participantes da pesquisa. Em seguida, aplicou-se o questionário para obtenção dos dados do perfil sociodemográfico do(a) discente e dados pessoais, com o intuito de verificar as primeiras correlações entre aspectos sociodemográfico e a incidência de adoecimento mental.

Por fim, a intentamos verificar a percepção dos discentes quanto ao seu rendimento acadêmico, o grau de conhecimento das políticas existentes sobre saúde mental e questões diversas relacionadas à pesquisa. Todas estas informações constam do APÊNDICE B da presente dissertação de mestrado. Por sua vez, previamente à aplicação do questionário, solicitamos aos discentes que dessem sua concordância com o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), que é apresentado neste trabalho no APÊNDICE A.

5.3.2 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada via *Google Forms*, cujo questionário ficou aberto durante uma semana, entre a última semana do mês de outubro de 2024 e a primeira semana de novembro de 2024. Por meio de e-mails enviados pela coordenação dos cursos aos discentes

interessantes a partir de 2014 até o ano de 2023, os estudantes puderam responder à pesquisa, totalizando treze participantes. Previamente, na apresentação da pesquisa, foi apresentado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), constando sua autorização, para que os estudantes dessem seu aceite, já no momento seguinte, disponibilizou-se o questionário completo da pesquisa

5.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

As falas dos alunos foram examinados, expostos e debatidos com base na Análise Temática (AT) proposta por Braun e Clarke (2006 e 2014). As autoras caracterizam a Análise Temática como uma técnica de análise qualitativa empregada para detectar, examinar e documentar padrões (temas) presentes nos dados. “A AT, uma técnica versátil e de uso simples, é um método de análise de dados qualitativos que, de acordo com, teve sua origem, principalmente, nas bases metodológicas e epistemológicas da fenomenologia social de Schutz” (Ferreira e Garcia, 2022, p. 368). No entanto, as principais referências desenvolvidas em relação à técnica de AT são os trabalhos de Virginia Braun e Victoria Clarke, no âmbito da Psicologia. As autoras tiveram um papel crucial em esclarecer as concepções teóricas que a envolvem, o processo de desenvolvê-la com qualidade e rigor metodológico, sugeriram etapas para sua implementação e destacaram os benefícios e desvantagens de sua utilização.

Barros (2022, p. 81) explica que Braun e Clarke (2006) demonstram, ainda sobre a adaptabilidade do método, esclarecem que “a AT, em sua essência, não está vinculada a pressupostos teóricos pré-estabelecidos, o que a torna aplicável em diversos contextos teóricos (embora nem todos)”. O trecho citado reforça a ideia de que a análise temática é um método flexível, não atrelado a um único quadro teórico, permitindo sua aplicação em diversas abordagens qualitativas. Caso precise da página exata ou do artigo completo, posso ajudar a localizar.

De fato, “a Análise Teórica se destaca como uma técnica autônoma de teoria e epistemologia, justificando as diversas aplicações para diversas questões de pesquisa” (Braun e Clarke, 2006, p. 12). O pesquisador é quem vai determinar o enquadramento teórico ou epistemológico da AT, com base em suas orientações teóricas, ontológicas e epistemológicas, a maneira de realizar o tratamento dos dados. Assim, a AT pode direcionar-se por diversas estratégias e métodos para atingir as metas do estudo. Braun e Clarke (2006, p. 13) destacam “a relevância de fazer uma série de escolhas sobre o tipo de análise que se deseja realizar”. Todas essas escolhas devem estar claras no estudo, uma vez que é crucial a clareza sobre o

processo e a aplicação do método. Dito de outra forma, uma AT clara possibilita ao leitor entender como determinados resultados foram obtidos.

Em relação a esta dissertação, a opção pela AT baseia-se em uma de suas diversas vantagens: a de proporcionar uma descrição detalhada do conjunto de dados. Braun e Clarke (2014) sugerem a realização desta análise em estudos em campos pouco investigados ou com participantes cujas percepções sobre o assunto não são tão amplamente divulgadas. Por tratar de temas ainda pouco pesquisados, particularmente na perspectiva qualitativa e na visão dos pós-graduandos brasileiros, optou-se por este método de análise que, inicialmente, prioriza uma detalhada descrição geral dos dados, permitindo assim a identificação dos temas predominantes e essenciais para entender o problema de pesquisa.

Esta pesquisa também tomou a decisão de realizar a AT predominantemente sob o paradigma interpretativista. Segundo Burrell e Morgan (1979, p. 60), autores de um ensaio teórico que propôs uma teoria social baseada em múltiplos paradigmas, “as pesquisas fundamentadas no interpretativismo se concentram em compreender o mundo através da experiência subjetiva”. Assim, as respostas para a questão de pesquisa desta pesquisa serão investigadas levando em conta as percepções dos participantes envolvidos na situação de estudo. Serão relatados os sentidos e significados formados no universo de experiências e realidades dos envolvidos.

Finalmente, neste estudo, os padrões dos dados foram detectados através de uma metodologia mista: dedutiva e indutiva. A abordagem dedutiva foi predominante, pois grande parte da análise temática foi direcionada pelas teorias acerca das vivências acadêmicas e dos significados do trabalho, que já estabeleciam “uma estrutura pré-definida de categorias ou temas para a análise dos dados” (Souza, L., 2019, p. 53). No entanto, a abordagem indutiva foi a principal orientação para a pesquisa sobre os significados das vivências estudantis.

Conforme Braun e Clarke (2006) propõem, a AT é composta por seis fases. A seguinte tabela identifica e detalha cada uma delas.

Tabela 1 - As 6 Fases da Análise Temática.

Fase	Descrição
1. Familiarização com os dados	Transcrever os dados e revisá-los; consultar e visitar o banco; registrar ideias iniciais e ao longo do processo.
2. Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3. Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4. Revisando os temas	Verificar a eficácia dos temas em relação aos extratos e ao conjunto de

	dados; criar um mapa temático da análise.
5. Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6. Produzindo o relatório	Oferecer exemplos concretos; análise final dos extratos selecionados em conexão com a questão de pesquisa e a literatura; descrição científica do estudo.

Fonte: adaptado de Braun e Clarke (2006) para o presente texto.

Com base no método selecionado, as manifestações dos participantes foram estruturadas de acordo com as dimensões/componentes dos instrumentos e pressupostos teóricos utilizados. Os temas surgiram do processo de elaboração do referencial teórico, do roteiro de entrevista e dos objetivos específicos previamente estabelecidos. Portanto, nove temas foram considerados, *a priori*. A Tabela 2 mostra a geração dos primeiros códigos após a fase de familiarização com os dados.

Tabela 2 - Geração dos primeiros códigos por meio da Análise Temática.

Temas	Número de Citações
Publicidade das políticas institucionais em saúde mental	12
Desconhecimento dos suportes em saúde mental	08
Saúde mental – suporte insuficiente	07
Suporte auxílios financeiros	07
Pressões acadêmicas	05
Problemas pessoais	05
Acolhimento humanizado	04
Pandemia	03
Capacitar professores	02

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Conforme apresentado na tabela acima, todos os códigos relacionados ao fenômeno em estudo foram identificados de acordo com a temática estabelecida, após a análise do material recolhido, e serão apresentados em detalhes na seção de resultados desta dissertação. A partir daí, com as respostas da pesquisa em mãos, o pesquisador, por meio de análise minuciosa dos relatos (dados), à luz do método da AT, verificou a presença de grandes temas gerados.

Importante destaque, a respeito da Tabela 2, é que, independentemente do número de citações, sua maior ou menor porcentagem, na AT “a avaliação do pesquisador será necessária para determinar o que é um tema, bem como quando ele está, de fato, “pronto”. Deve-se manter flexibilidade em todo o processo” (Souza, L., 2019, p. 55).

A codificação, como sugere a Análise Temática, pode ser feita manualmente ou por meio de um programa de computador. O pesquisador utilizou como apoio na pesquisa os programas de computador para análise de dados qualitativos “Atlas.ti - versão 24.1” e MAXQDA, de forma gratuita por sete dias. Os programas serviram para potencializar o agrupamento dos códigos iniciais da análise e formar as primeiras ideias de temas. Contudo, a familiarização com o *corpus* de dados e as outras fases da Análise Temática ocorreram de forma manual, pois o pesquisador potencializa seu trabalho dessa forma, apenas por opção mesmo, haja vista o exíguo prazo para conclusão do mestrado, 24 meses, 12 dos quais, dedicados às disciplinas, outros 06 meses trabalhando na qualificação e apenas 06 meses para coleta e análise de dados, construção do PPT, além da escrita da dissertação final.

Por opção do pesquisador, unicamente por questões relativas ao tempo restante para a defesa, apenas as respostas às chamadas “Questões Abertas” serão analisadas e aprofundadas por meio da técnica Análise Temática. Todas as outras respostas serviram para a construção de gráficos e análise dos indicativos de adoecimento mental, como já demonstramos nas seções anteriores deste capítulo da pesquisa.

Assim, temos que, foi a partir da familiarização com os dados, ao verificar, nas respostas, as ideias que indicassem o que poderiam vir a se tornar “temas”. Geramos, então, os códigos iniciais que poderiam vir a se tornar temas centrais do estudo. Diante disso, criamos a Figura 8 a seguir, que indica o principais temas extraídos das falas dos estudantes pesquisados:



Figura 8 - Geração dos códigos iniciais.

Fonte: elaborada pelo pesquisador.

Dessa figura, sob a ótica da Análise Temática, extraem-se informações relevantes para que o pesquisador possa fazer as escolhas mais acertadas sobre os principais temas. Em nossa pesquisa, consideramos que, ainda que a AT não considere de maior relevância a quantidade de citações, em números absolutos, soltou-nos aos olhos a importância de alguns extratos do banco de dados analisado. Assim, acabamos por considerar – também no intuito de valorizar a importância que os estudantes deram a cada uma de suas citações – os excertos mais citados.

A seguir, após a geração dos códigos iniciais, começou-se a traçar o caminho em busca de construir os temas. Assim, o pesquisador, executou o exercício de reunião dos códigos em temas potenciais, uniu todos os dados pertinentes a cada tema em potencial, verificou a eficácia dos temas em relação aos extratos e ao conjunto de dados, criou um mapa temático da análise (Figura 8). Por fim, redefiniu os detalhes de cada tema e a história que a análise conta e gerou definições e nomes claros a cada tema, para ajustar às demandas da pesquisa. Temos, portanto, a apresentação destes no Quadro 6, conforme demonstramos abaixo:

Quadro 6 - Temas definidos e seus subtemas agrupados.

Temas	Descrição	Subtemas	Descrição
Publicidade/Conhecimento	Publicidade a respeito das políticas públicas e institucionais sobre saúde mental.	Desconhecimento (CRAS, CIA, Projetos de Extensão)	Desconhecimento sobre suportes em saúde mental.
		Suporte	Em saúde mental
Auxílios Financeiros	Suporte quanto ao oferecimento de auxílio financeiro para manutenção dos estudantes durante o curso.	Bolsa de estudo	Suporte financeiro para manutenção do estudante durante seu curso.
		Auxílio moradia	
		Restaurante universitário	
Vida Acadêmica	Questões relacionadas à vida do estudante de pós-graduação na universidade.	Pressões acadêmicas	Em relação a prazos, exigências e demandas por produtividade.
		Pandemia Covid-19	Afetou diretamente a produtividade e os prazos de duração dos cursos.
		Capacitar Professores	Menos pressão, mais ajuda.
Problemas Pessoais	Problemas que envolvem questões pessoais sem relação com a vida acadêmica.	Familiares	Relacionados à vida dos estudantes fora do contexto da universidade.
		Financeira	
		Emocionais	
Acolhimento	Humanização dos serviços de apoio e atendimento em saúde mental na universidade.	Acolhimento Humanizado	-

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

A análise dos dados desta pesquisa, fundamentada na Análise Temática, permitiu identificar cinco temas centrais: Publicidade/Comunicação, Auxílios Financeiros, Vida Acadêmica, Problemas Pessoais e Acolhimento. Esses temas, por sua vez, desdobraram-se em subtemas que refletem as complexidades e nuances das experiências dos estudantes. A Publicidade, por exemplo, revelou o desconhecimento sobre serviços como o CRAS e projetos de extensão, além da necessidade de suporte informacional. Já os Auxílios Financeiros destacaram a importância de bolsas de estudo, auxílio moradia e o restaurante universitário como suportes essenciais para a permanência dos alunos. A Vida Acadêmica trouxe à tona pressões acadêmicas, os impactos da pandemia de Covid-19 e a necessidade de capacitação docente, enquanto os Problemas Pessoais abordaram questões familiares, financeiras e emocionais que transcendem o ambiente universitário. Por fim, o Acolhimento emergiu como um tema crucial, com destaque para a demanda por um atendimento humanizado nos serviços de saúde mental da universidade.

A Análise Temática, como método, pode assumir diferentes abordagens, desde uma perspectiva essencialista ou realista, que busca relatar experiências e significados dos participantes, até uma visão construtivista, que examina como discursos sociais moldam essas realidades. Braun e Clarke (2006, p. 21) destacam que “essa metodologia pode operar em um nível semântico, focando nos significados explícitos dos dados, ou em um nível latente, explorando ideologias e pressupostos subjacentes”. Neste estudo, optou-se por uma abordagem que combinou ambos os níveis, permitindo não apenas a identificação de padrões superficiais, mas também a interpretação de significados mais profundos presentes nos relatos dos estudantes.

O processo de análise demandou uma imersão profunda nos dados, com leituras repetidas e ativas, nas quais o pesquisador buscou identificar padrões, significados e insights relevantes. Essa familiarização com os dados foi essencial para a codificação inicial, que organizou as informações em grupos temáticos. Conforme Braun e Clarke (2006, p. 24), “a codificação é uma etapa crucial, mas distinta da definição dos temas, que são construções mais abrangentes e interpretativas”. A geração dos temas ocorreu de forma iterativa, permitindo a elaboração de argumentos consistentes sobre o fenômeno estudado.

Por fim, a Análise Temática mostrou-se uma ferramenta valiosa para desvendar as complexidades das experiências dos estudantes, destacando a interconexão entre os temas e subtemas identificados. A metodologia adotada permitiu não apenas refletir a realidade dos participantes, mas também questionar e interpretar as estruturas subjacentes que influenciam

suas vivências. Assim, os resultados apresentados neste capítulo oferecem uma compreensão abrangente e crítica dos desafios e necessidades dos estudantes, contribuindo para discussões futuras sobre políticas e práticas institucionais no contexto acadêmico.

5.4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS DA PESQUISA

A pesquisa envolveu 13 alunos de pós-graduação em Economia da UFPB, que se inscreveram nos programas de mestrado e doutorado entre os anos de 2014 e 2023. Para assegurar a confidencialidade, os participantes não receberão informações que permitam sua identificação, como os semestres específicos nos quais estavam inscritos no momento das entrevistas. Os participantes serão designados como **PG1**, **PG2**, **PG3** até **PG13**, com PG1 sendo o primeiro pós-graduando a participar do estudo e assim sucessivamente.

Inicialmente, foram caracterizados individualmente os participantes quantos aos dados sociodemográficos e, após, serão mostrados os resultados e discussão relativos à: incidência ou não de adoecimento mental, de acordo com o SRQ – 20 da OMS, percepção do rendimento acadêmico, conhecimento das políticas em saúde mental da UFPB, e a percepção dos estudantes sobre como a universidade os acolhe quando em sofrimento mental.

Quadro 7 - Características gerais dos participantes.

Discente	Sexo	Orientação Sexual	Cor/Raça	Idade	Estado Civil	PcD	Tem Filhos	Status Acadêmico	Curso	Ano de Ingresso	Nível de Sofrimento Mental
<i>PG01</i>	Feminino	Heterossexual	Branca	30	Solteira	Não	Não	Egresso	Doutorado	2018	<i>Grave</i>
<i>PG02</i>	Masculino	Heterossexual	Preto	33	Casado	Não	Não	Ativo	Doutorado	2020	<i>Grave</i>
<i>PG03</i>	Masculino	Heterossexual	Branca	39 ou +	Casado	Não	Sim	Egresso	Doutorado	2019	<i>Leve</i>
<i>PG04</i>	Feminino	Heterossexual	Branca	29 - 38	Solteira	Não	Não	Egresso	Mestrado	2020	<i>Leve</i>
<i>PG05</i>	Masculino	Heterossexual	Parda	29 - 38	Solteiro	Não	Não	Egresso	Mestrado	2021	<i>Moderado</i>
<i>PG06</i>	Masculino	Heterossexual	Parda	29 - 38	Casado	Não	Sim	Ativo	Doutorado	2024	<i>Leve</i>
<i>PG07</i>	Masculino	Heterossexual	Parda	18 - 28	Solteiro	Não	Não	Ativo	Doutorado	2024	<i>Leve</i>
<i>PG08</i>	Feminino	Heterossexual	Parda	39 ou +	Solteira	Não	Não	Ativo	Doutorado	2022	<i>Leve</i>
<i>PG09</i>	Feminino	Heterossexual	Branca	39 ou +	Casada	Não	Sim	Egresso	Doutorado	2016	<i>Leve</i>
<i>PG10</i>	Feminino	Bissexual	Branca	29 - 38	Casada	Sim	Não	Evadido	Doutorado	2017	<i>Leve</i>
<i>PG11</i>	Masculino	Heterossexual	Parda	29 - 38	Casado	Não	Não	Evadido	Doutorado	2017	<i>Leve</i>
<i>PG12</i>	Masculino	Heterossexual	Negra	39 ou +	Casado	Não	Não	Egresso	Doutorado	2021	<i>Moderado</i>
<i>PG13</i>	Feminino	Heterossexual	Branca	29 - 38	Solteira	Não	Não	Ativo	Doutorado	2022	<i>Leve</i>

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Antes de mais nada, importante salientar que destacamos, na última coluna do Quadro 7, a incidência de adoecimento mental entre os participantes da pesquisa, que será tratado com maior destaque na seção 7.2 deste trabalho. Fizemos isso com o intuito de já chamar atenção para um dos pontos mais relevantes deste trabalho.

Da análise do Quadro 7, que constam as características gerais dos participantes, podemos tirar algumas conclusões. Apenas dois discentes que responderam à pesquisa foram alunos do curso de mestrado (*PG4* e *PG5*). Ao se pensar este estudo, *a priori*, havia-se pensado em pesquisar apenas discentes do mestrado. No entanto, no decorrer da pesquisa, ampliou-se o leque ao estudantes do curso de doutorado também, para que a captação fosse maior. Decisão comprovadamente acertada, haja vista, pode-se obter dados mais robustos para a pesquisa.

Dos discentes que responderam à pesquisa, seis são do sexo feminino e sete do sexo masculino, havendo, assim, um equilíbrio. Quanto à orientação sexual, apenas um discente não se declara heterossexual (*PG10*). Sobre cor ou raça, temos que seis pessoas se declararam brancas, cinco pardas, uma negra (*PG12*) e uma preta (*PG02*). Não há, portanto, entre os pesquisados, pessoas de origem indígena ou outra etnia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), “a população da Paraíba é predominantemente preta ou parda (63,5%), enquanto brancos representam 35,72% dos habitantes. Outras etnias representam menos de 1% da população total”.

Em relação à idade, entre 18 e 28 anos, apenas um discente (*PG07*). Todos os outros acima de 29 anos de idade. Há equilíbrio entre estudantes casados e solteiros. Sobre este tópico, adiante serão consideradas, nas falas dos discentes, questões relacionadas à rotina familiar, que pode implicar no seu rendimento acadêmico, assim como o fato de ter filhos (3 discentes são mãe ou pai). Somente um discente possui deficiência física (*PG10*), sendo este um dos 2 que evadiram o curso. Intentaremos ver nas respostas do ex-discente se esta questão teve peso em sua evasão.

Dos 13 discentes pesquisados, apenas 2 foram evadidos dos seus cursos (*PG10* e *PG11*), 6 são egressos e outros 5 alunos ainda estão ativos em seus respectivos cursos. Como dito anteriormente, chamou-nos atenção apenas 2 discentes de mestrado terem respondido à pesquisa.

Por fim, de extrema relevância no contexto da presente pesquisa, é o ano de ingresso do discente no seu respectivo curso. Isso porque, entre os anos de 2020 e 2023 fomos acometidos pela pandemia do Covid-19, que, conforme já demonstrado em nosso referencial teórico, baseado em pesquisas já realizadas, afetou profundamente o desempenho acadêmico dos

estudantes universitários, seja de graduação ou pós-graduação.

Assim, temos que, os 2 evadidos, discentes do curso de doutorado (*PG10* e *PG11*), com duração de quatro anos, ingressaram no curso no ano de 2017, com previsão de defesa para fevereiro de 2021, ou seja, o final de seu curso coincide com o primeiro ano da pandemia. Isso pode ser um indicativo de que a evasão tenha se dado em função dessa questão. Adiante, tentaremos verificar essa hipótese na fala específica desses dois discentes.

Outros 2 discentes do curso de doutorado ingressaram antes da pandemia, mas terminaram seus cursos no período pandêmico. Um discente pesquisado ingressou e concluiu seu curso antes da pandemia. Seis pós-graduandos ingressaram nos cursos durante a pandemia, três já concluíram e outros três ainda são alunos ativos, sendo um deles com pedido de prorrogação de curso. Dois alunos de doutorado ingressaram após a pandemia e ainda não concluíram os cursos.

5.4.2 INCIDÊNCIA OU NÃO DE ADOECIMENTO MENTAL, DE ACORDO COM O SRQ – 20 DA OMS

No quadro anterior já antecipamos, em sua última coluna, a estratificação indicativa de adoecimento mental entre os discentes pesquisados. Portanto, nesta seção analisaremos os dados dos treze alunos de pós-graduação em Economia da UFPB, que responderam à pesquisa e a indicação de adoecimento mental, baseado no SRQ – 20 da OMS.

O SRQ-20 (*Self-Reporting Questionnaire*), um questionário de autoavaliação com vinte perguntas, foi criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). É um instrumento de diagnóstico utilizado para detectar distúrbios mentais comuns, tais como depressão, ansiedade e sintomas psicossomáticos. “Cabe lembrar, uma vez mais, que o SRQ-20 é um instrumento de triagem e destina-se à detecção de sintomas, sendo útil para a mensuração de nível de suspeição (presença/ ausência) de transtorno mental” (Araújo, T., 2010, p. 557).

O SRQ-20 é frequentemente empregado em serviços de saúde primários e em ambientes comunitários, mostrando-se eficiente na detecção de possíveis distúrbios mentais, incluindo o risco de suicídio. O questionário consiste em questões de resposta "sim" ou "não", onde cada resposta positiva equivale a 1 ponto.

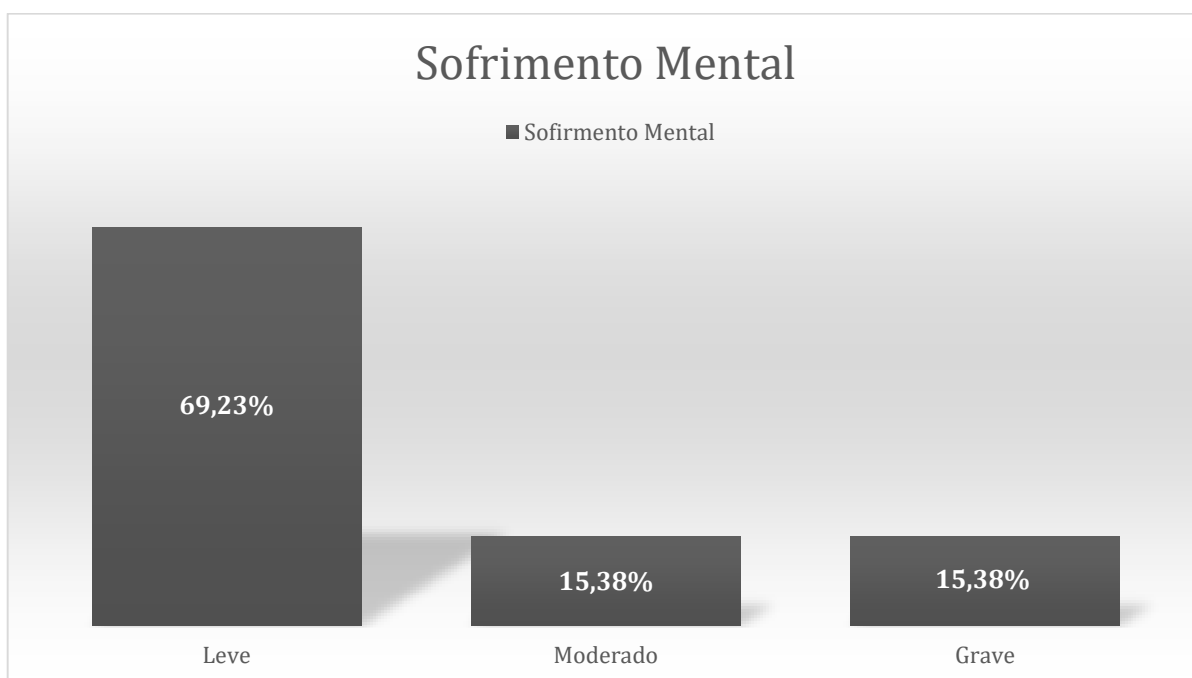
O máximo que se pode atingir é 20. De acordo com a OMS (2022), as pontuações do *Self-Report Questionnaire* (SRQ-20) indicam o seguinte:

Quadro 8 - Estratificação de sofrimento mental – SRQ – 20 (OMS).

Pontuação	Estratificação
0	Não foi identificado sofrimento mental (parâmetros do SRQ - 20)
1 a 7 pontos	Sofrimento mental leve
8 a 14 pontos	Sofrimento mental moderado
15 a 20 pontos	Sofrimento mental grave

Fonte: adaptado pelo autor.

Baseado nas respostas ao questionário, temos que todos os discentes pesquisados sofrem de algum tipo de adoecimento mental. Nove discentes têm sofrimento mental leve, dois discentes têm sofrimento mental moderado e mais dois discentes têm sofrimento mental grave, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Incidência e grau de adoecimento mental na Pós-Graduação em Economia.

Fonte: elaborado pelo autor.

Cerca de 15,38% dos discentes apresentam indicativo de adoecimento mental grave. São eles: *PG01*, mulher branca, acaba de concluir seu curso de doutorado, pontuou, positivamente, 17 questões do SRQ – 20 e *PG02*, homem preto, em fase final do curso de doutorado, pontuou 20 questões positivamente ao questionário SRQ – 20. Outros 15,38% dos discentes apresentam indicativo de adoecimento mental moderado. São eles: *PG05*, homem pardo, egresso do curso de mestrado pontuou positivamente, 11 questões do SRQ – 20 e *PG12*, homem negro, egresso do curso de doutorado pontuou 08 questões positivamente ao

questionário SRQ – 20. Por sua vez, 69,23% dos discentes tiveram pontuação entre 01 e 07 e apontam para sofrimento mental leve. Os dois discentes evadidos, *PG10* e *PG11*, têm adoecimento mental leve, tendo pontuado, respectivamente, 1 e 2 pontos apenas. Talvez a causa de sua evasão não tenha relação com o adoecimento mental apresentado. Lembrando que o indicativo do SRQ - 20 refere-se ao momento em que a pesquisa foi respondida, e não à época em que o discente estava cursando o mestrado ou o doutorado. *PG05*, homem pardo, heterossexual, sem filhos, sem deficiência física, mas ingressante no curso de mestrado durante a pandemia e *PG12*, homem negro, heterossexual, casado, sem filhos, sem deficiência física, ingressante no curso de doutorado durante a pandemia, apresentaram, à época da pesquisa, sofrimento mental moderado.

Em nosso capítulo intitulado “A questão da saúde mental na atualidade”, apontamos que 83% dos estudantes universitários brasileiros enfrentam ou já enfrentaram problemas emocionais relacionados aos transtornos mentais. Desses, 70% nunca tiveram acesso a atendimento psicológico ou psiquiátrico, conforme indica a ANDIFES (2019). Esses dados corroboram com os resultados que obtivemos ao apontar um alto índice de adoecimento mental entre os estudantes da pós-graduação pesquisada, ainda que a maioria deles, cerca de 69% sejam acometidos de sofrimento mental leve.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES

Este capítulo apresentará os dados obtidos na aplicação do questionário da pesquisa e faremos o exercício de análises desses dados à luz da técnica da Análise Temática, de Braun e Clarke (2006), dialogando com nosso desenvolvimento teórico dos capítulos anteriores. Dessa forma, apresentamos as seguintes seções sobre a percepção dos discentes sobre os seguintes temas: seu rendimento acadêmico; seu conhecimento das políticas de assistência estudantil, apoio e acolhimento em saúde mental da UFPB; e a forma como a universidade os acolhe quando em sofrimento mental.

6.1 PERCEPÇÃO SOBRE SEU RENDIMENTO ACADÊMICO

Nesta seção, trazemos a percepção do discente – em suas próprias falas – sobre o seu rendimento acadêmico, relacionado a variáveis como pandemia, apoio e suporte institucional, questões de ordem pessoal e familiar, dentre outras. Aqui, apontaremos os principais destaques dos discentes sobre os fatores que podem ter atrapalhado ou até mesmo ajudado seu desempenho acadêmico. Este ponto é relevante, de acordo com a metodologia escolhida, qual seja, Análise Temática, pois aponta a geração dos primeiros códigos identificados para a análise da pesquisa em tela. Indicamos, ao lado do participante, por acharmos relevante, o grau de sofrimento mental que o acomete. Segue:

Quadro 9 - Percepção do Rendimento Acadêmico.

Participante	Grau de Sofrimento Mental	Percepção (Principais Destaques)
<i>PG01</i>	Grave	Não satisfeito.
<i>PG02</i>	Grave	Sem resposta (pergunta não obrigatória).
<i>PG03</i>	Leve	Estar trabalhando; ter família para cuidar; pandemia.
<i>PG04</i>	Leve	Satisfeito.
<i>PG05</i>	Moderado	Pressões acadêmicas; problemas pessoais.
<i>PG06</i>	Leve	Satisfeito; Tempo gasto com filhos (3 filhos).
<i>PG07</i>	Leve	Satisfeito ("bom CRA, um dos melhores da turma")
<i>PG08</i>	Leve	Pouco tempo para leitura e exercícios de fixação.
<i>PG09</i>	Leve	Satisfeito.

<i>PG10</i>	Leve	Falta de apoio dos professores; Poderia ter feito mais; Insatisfeito.
<i>PG11</i>	Leve	Perda de interesse e contato durante o Covid-19. Cursos repetitivos e consequente perda de interesse; Após a pandemia, perdeu completamente o interesse pelo curso.
<i>PG12</i>	Moderado	Totalmente satisfeito com seu desempenho.
<i>PG13</i>	Leve	Acúmulo de atividades e limitação com inglês.

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

A “percepção do rendimento acadêmico” se refere a como os pesquisados veem seu desenvolvimento acadêmico durante o curso, desde sua entrada até seu término – seja concluindo ou evadindo. Ainda que esse rendimento, na visão da universidade, se dê por meio do CRA (Coeficiente de Rendimento Acadêmico), os estudantes têm uma percepção própria de seu desenvolvimento no ambiente universitário.

Assim, temos que, dos excertos do *corpus* dos dados obtidos das falas dos estudantes pesquisados sobre o tópico “percepção do rendimento acadêmico” destacamos algumas percepções⁵: o *PG01*, cujo grau de adoecimento mental foi indicado como grave, se disse “Não satisfeito” com seu rendimento acadêmico. O estudante *PG03* relaciona sua insatisfação com seu rendimento acadêmico ao fato de “estar trabalhando; ter família para cuidar; pandemia”.

O *PG08* demonstrou insatisfação por ter “Pouco tempo para leitura e exercícios de fixação” durante seu curso. O *PG10* nos informou que por “Falta de apoio dos professores” e que Poderia ter feito mais”, acabara por ficar insatisfeito. O discente *PG11*, um dos evadidos do curso de doutorado, trouxe-nos dados importantes para análise. Segundo ele, sua insatisfação se deve à “Perda de interesse e contato durante o Covid-19. Cursos repetitivos e consequente perda de interesse; Após a pandemia, perdeu completamente o interesse pelo curso”.

O *PG13* demonstrou insatisfação pelo “Acúmulo de atividades e limitação com inglês”. Os outros pós-graduados pesquisados indicaram ter ficado satisfeito com seu desempenho acadêmico em sua trajetória em seus respectivos cursos.

Entendemos que a vida acadêmica do estudante requer sacrifícios, como outras áreas da vida. Há, no entanto, possível excesso dentro das universidades, como se depreende da fala do estudante *PG05*, por exemplo, quando este indica não ter ficado satisfeito com seu rendimento

⁵ Consideramos aqui a visão muito individual do discente sobre sua própria trajetória no curso de pós-graduação em relação ao que ele mesmo considera ser sua atuação em seu ofício de estudante. Essa percepção tem muito mais haver com sua vivência diária dentro da universidade, seu contato com colegas, professores do que propriamente com o CRA (Coeficiente de Rendimento Acadêmico), tanto que, dos treze estudantes pesquisados, apenas um deles citou o termo “CRA” ao responder sobre a sua “percepção sobre o rendimento acadêmico”.

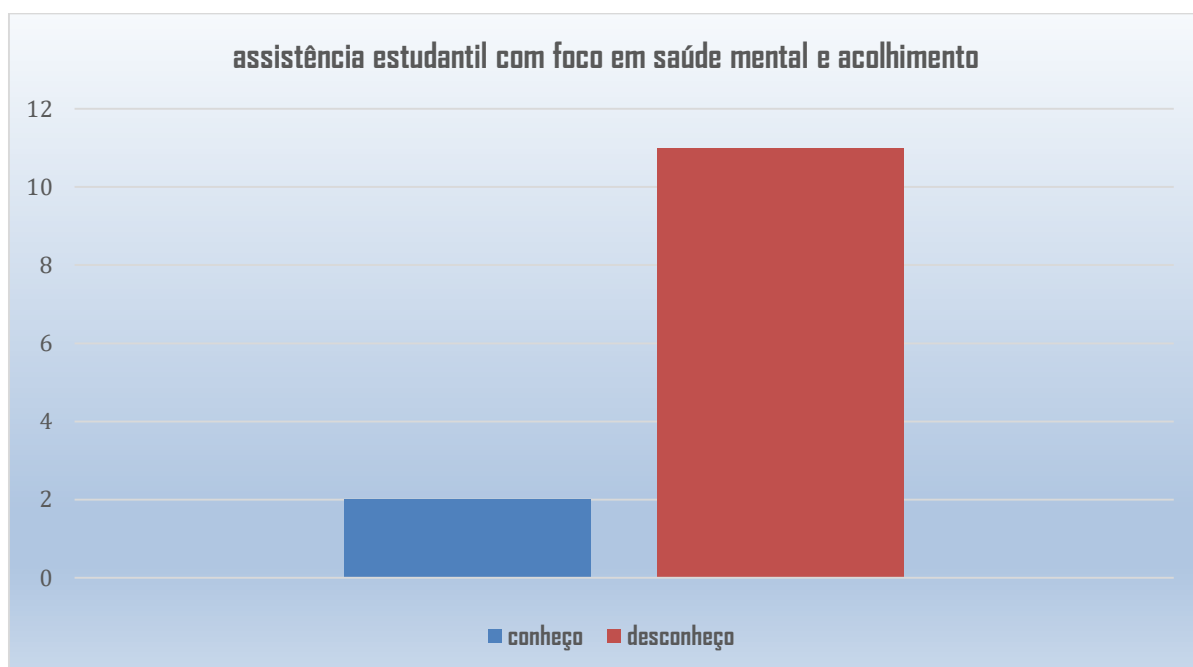
por sofrer com “pressões acadêmicas”. "As universidades, ao valorizarem excessivamente a produtividade e o rendimento, acabam por criar ambientes que agravam o sofrimento psíquico de estudantes e docentes, sem oferecer recursos adequados de cuidado à saúde mental" (Dunker, 2019, p. 141).

6.2 PERCEPÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, APOIO E ACOLHIMENTO EM SAÚDE MENTAL DA UFPB

Em sequência, a pesquisa levantou informações sobre o grau de conhecimento que os discentes possuíam em relação às políticas institucionais de assistência estudantil, de apoio e acolhimento em saúde mental oferecidas pela universidade. Este ponto também trabalhou a geração dos primeiros códigos sugeridos pela Análise Temática.

O Gráfico 2 a seguir traz os índices das respostas quanto ao grau de conhecimento que os discentes pesquisados têm sobre as “políticas de assistência estudantil, apoio e acolhimento em saúde mental da UFPB”, conforme segue:

Gráfico 2 - Conhecimento das políticas de assistência estudantil com foco em saúde mental e acolhimento.



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

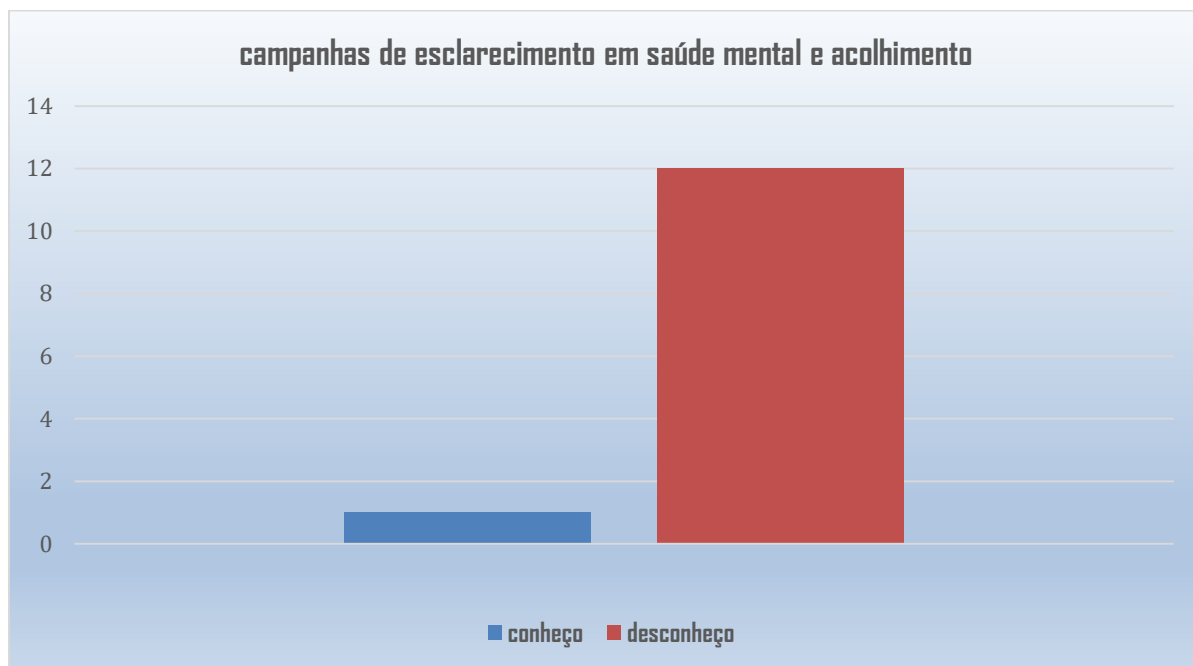
Questionamos, na incursão deste trabalho, se as atuais políticas institucionais da Universidade Federal da Paraíba atendem adequadamente à demanda de estudantes com problemas de saúde mental. A universidade, para tanto, deve colocar em prática as diretrizes

do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), que tem por objetivo garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes por meio de ações de assistência social, saúde, alimentação, moradia, entre outras.

Depreendemos que, da análise do gráfico anterior, que a comunicação institucional é falha, como também nos mostram os próximos três gráficos. Ainda que as políticas institucionais da universidade em tela atendessem a toda demanda que exige atendimento de qualidade e em número suficiente – o que já demonstramos nesse trabalho não ter sido um objetivo atingido pela instituição – as informações a respeito das temáticas levantadas não alcançam, na maioria das vezes, o público-alvo. Dessa forma, é de extrema relevância e urgência que a UFPB entenda que isso é um entrave no avanço da concretização das políticas de assistência estudantil.

Temos, portanto que, conforme Pereira (2022, p. 52), “entre os objetivos do PNAES, [...], a saúde não foi priorizada e tratada como princípio de apoio à qualidade, à permanência e ao desempenho do aluno”. Essa lacuna pode estar relacionada à insuficiência de financiamentos voltados para a demanda de saúde mental, como apontam Bleicher e Oliveira (2018, p. 546) *apud* Pereira (2022, p. 53), mas também a falha na comunicação levantada durante nossa pesquisa.

Gráfico 3 - Conhecimento das campanhas de esclarecimento em saúde mental e acolhimento.



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

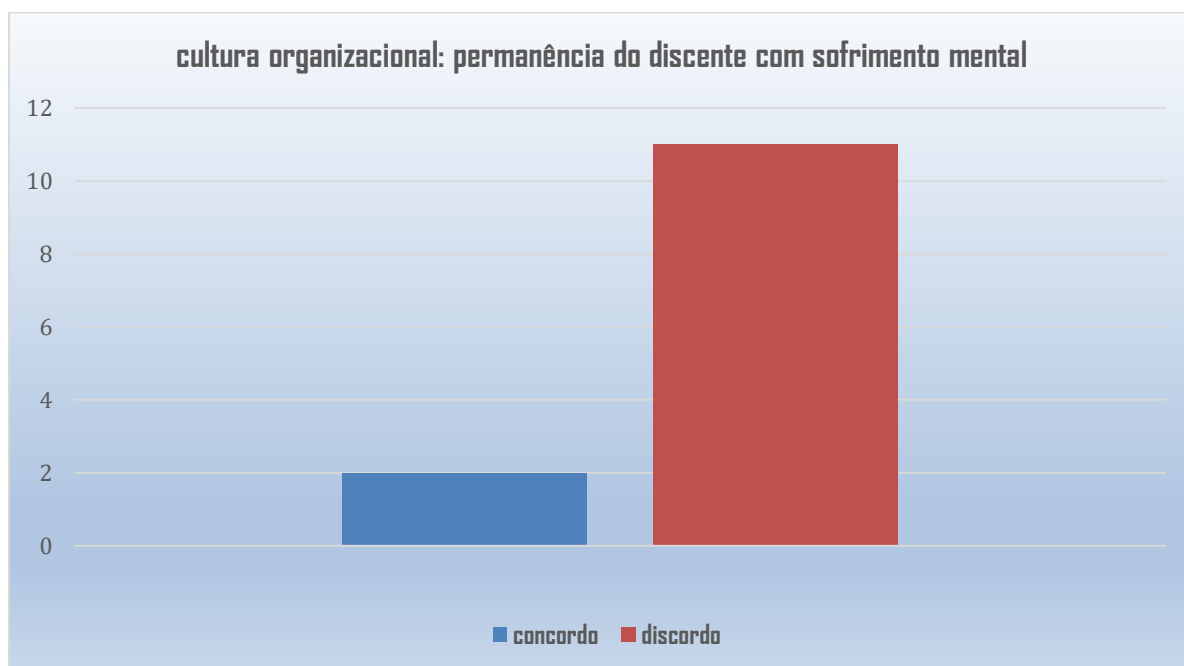
O gráfico acima demonstra, mais uma vez que, ainda que existam ações e campanhas de esclarecimento em saúde mental e acolhimento voltadas para os estudantes da instituição,

claramente este público encontra dificuldade em conhecer estas ações. Nosso trabalho vem de encontro a isso, quando nos propomos, em nosso produto técnico-tecnológico a criar uma cartilha ampla de divulgação das políticas institucionais e ações da universidade para atendimento das demandas em saúde mental de seus alunos.

A Atenção à Saúde, uma das ações do PNAES, é de grande relevância para a pesquisa, especialmente no contexto da UFPB, *Campus I*, João Pessoa. No entanto, as políticas de assistência estudantil da instituição têm se mostrado insuficientes para aprofundar o debate sobre as causas do adoecimento mental dos discentes, especialmente os de pós-graduação, uma vez que o foco do programa está voltado principalmente para os graduandos e não dispõe de tratamentos prolongados de acompanhamento.

Conforme a Carta de Ottawa (OMS, 2024), a saúde deve ser compreendida em sua totalidade, incluindo o “bem-estar espiritual” e o “bem-estar cultural”, o que reforça a necessidade de um olhar mais abrangente sobre as condições de vida dos estudantes. Souza, A. (2023, p. 48) afirma que “o PNAES, além das ações sociais, precisa desenvolver ações de Atenção à Saúde do discente a fim de reduzir os riscos, prevenir doenças e promover a permanência do aluno no espaço acadêmico”.

Gráfico 4 - Conhecimento da cultura organizacional: permanência do discente com sofrimento mental.

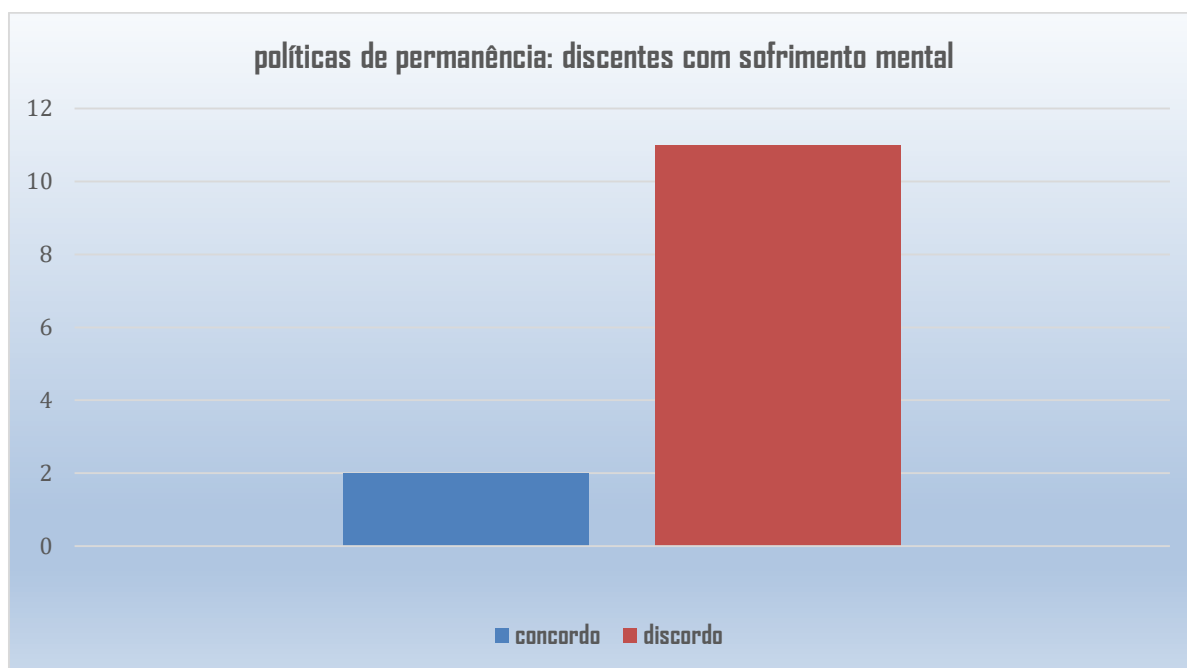


Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Dessa forma, “os estudantes com adoecimento mental estão mais sujeitos à evasão, sendo necessária a implementação de políticas de assistência estudantil que garantam sua

permanência no espaço acadêmico” (Souza, A., 2023, p. 71). No entanto, a autora conclui que “o PNAES não garantiu que ações de saúde fossem promovidas com sucesso no espaço universitário”, evidenciando a necessidade de revisão e ampliação dessas políticas para melhorar os índices de rendimento escolar, taxa de sucesso e redução da evasão entre universitários com adoecimento mental.

Gráfico 5 - Conhecimento das políticas de permanência: discentes com sofrimento mental.



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Fica latente, da análise dos quatro gráficos acima, que, para os quatro questionamentos, a grande maioria dos discentes não têm conhecimento algum da existência das políticas de assistência estudantil, apoio e acolhimento em saúde mental da UFPB. Ainda que tenham algum grau de conhecimento, não acreditam que as ações sejam suficientes para atender toda a demanda dos estudantes da pós-graduação.

A respeito da questão “A cultura organizacional da UFPB trabalha a questão da permanência do discente com sofrimento mental com foco no tratamento e acolhimento na pós-graduação?” novamente apenas dois pós-graduandos informaram conhecer as ações praticadas pela universidade. Por fim, mais uma vez apenas dois estudantes demonstraram ter algum nível de conhecimento sobre as ações relativas ao tema “As políticas de permanência para discentes da pós-graduação com sofrimento mental na UFPB são efetivas e atendem à expectativa?”.

Da Análise Temática, “depreende-se que o nível semântico se circunscreve na pura descrição dos dados, enquanto o nível latente busca interpretar o que pode ser pressuposto a partir da análise do *corpus* dos dados” (Ferreira e Garcia, 2022, p. 369). Dessa forma, podemos

dizer que, sob a ótica da AT em nível semântico, temos a informação de que os discentes desconhecem as ações pelo fato de não estarem no rol de questões relevantes em seus cursos. Por outro lado, sob a ótica da AT em nível latente, os dados nos apontam para questões mais profundas.

Temos, portanto, que, a AT em seu nível latente nos autoriza a afirmar inferir ideias como: os discentes não conhecem as ações por desinteresse, ou por falta de tempo de conseguir acessá-las, ou outra razão que esta pesquisa não pôde alcançar, sobretudo, por questões temporais, mas que, futuramente, podem ter continuidade. Por outro lado, podemos também inferir que as ações praticadas pela universidade não são de conhecimento dos estudantes por falhas na comunicação, divulgação e publicidade da própria instituição. Isso se mostra real justamente quando da análise da percepção dos estudantes sobre o acolhimento em saúde mental analisados na seção a seguir.

6.3 PERCEPÇÃO SOBRE A FORMA COMO A UFPB ACOLHE OS DISCENTES COM SOFRIMENTO MENTAL

Quadro 10 - Percepção dos estudantes sobre como a universidade os acolhe quando em sofrimento mental.

Participante	Grau de Sofrimento Mental	Questões Abertas (Percepção)		
		1. Assunto: Suporte quanto Auxílios Financeiros (bolsas de estudo, auxílio moradia, restaurante universitário).	2. Suporte em relação a sua Saúde Mental (Conhecimento do CRAS - Centro de Referência de Atenção em Saúde; Projetos de Extensão, CIA - Comitê de Inclusão e Acessibilidade).	3. Para contribuir com a melhoria do sistema de políticas institucionais de acolhimento ao discente da pós-graduação, quais suas sugestões?
<i>PG01</i>	Grave	Alunos deixam de trabalhar para estudar, por isso, <u>necessidade de apoio financeiro</u> .	Não sabia da existência.	Melhorar a <u>divulgação</u> .
<i>PG02</i>	Grave	Sem resposta.	Sem resposta.	Sem resposta.
<i>PG03</i>	Leve	<u>Razoável</u> .	<u>Suporte insuficiente</u> .	<u>Publicidade às políticas</u> ; aproximação com os estudantes; capacitar professores (terror psicológico).
<i>PG04</i>	Leve	Satisfatória.	<u>Desconheço</u> .	<u>Maior divulgação</u> .
<i>PG05</i>	Moderado	Recebeu bolsa de estudo.	<u>Desconheço</u> .	<u>Melhor divulgação</u> entre alunos da pós.
<i>PG06</i>	Leve	Boa percepção. Cumprem as regras.	<u>Desconheço</u> .	<u>Informações</u> . <u>Avisar com frequência</u> .
<i>PG07</i>	Leve	<u>Não atendem a todos</u> . Ex. RU caro.	Por relatos, há <u>dificuldades de conseguir vagas</u> .	<u>Aumentar o número de vagas</u> ; <u>Diminuir valor do RU</u> ; <u>Mais eventos que unam a comunidade acadêmica</u> .
<i>PG08</i>	Leve	Boa.	Regular.	<u>Tornar as ações já existentes mais efetivas</u> ; <u>Divulgar</u> entre os docentes e discentes as ações da UFPB.

<i>PG09</i>	Leve	Nunca teve problemas.	Nunca precisou utilizar; <u>Não tinha conhecimento desse suporte.</u>	<u>Melhor divulgação</u> desse tipo de assistência.
<i>PG10</i>	Leve	Bolsa razoavelmente boa; <u>desconhece</u> o direito ao auxílio moradia; restaurante universitário ruim (muito restritivo).	<u>Desconhece.</u>	<u>Informação.</u>
<i>PG11</i>	Leve	<u>Conhecia apenas o acesso à bolsa de mestrado</u> , cujo valor era baixo para discentes de fora do Estado.	<u>Desconhece.</u>	<u>Melhor divulgação</u> dos atuais programas de auxílio ao estudante.
<i>PG12</i>	Moderado	Quantidade de bolsas não atendia à demanda dos estudantes de doutorado; fez o doutorado sem receber bolsa ou outro auxílio; todos esses mecanismos poderiam <u>diminuir o sofrimento do estudante</u> , uma vez que o curso era dedicação exclusiva.	<u>Nunca utilizou ou mesmo sabia que existia o serviço</u> no âmbito da instituição com foco no atendimento do público estudantil.	<u>Política pública importante para minimizar o sofrimento de pessoas acometidas com problemas dessa natureza; importante a divulgação abrangente dos serviços e locais de atendimento</u> ; a instituição fornecer um <u>acolhimento humanizado</u> no sentido de garantir bolsas de estudo, auxílio moradia, restaurante universitário dentre outros serviços de demanda comum dos estudantes.
<i>PG13</i>	Leve	É de conhecimento essas políticas, porém o <u>anúncio dos editais não vejo que seja claro o suficiente</u> para conhecimento de todas as políticas e o período do mesmo.	<u>Desconhece.</u>	<u>Canal de comunicação e informação específico; manual de boas-vindas</u> que contenha todas as políticas ajudaria na <u>melhoria e efetividade do acolhimento dos discentes</u> .

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Este último tópico do questionário do estudo fornece-nos respostas que espelham a visão dos alunos sobre as políticas de acolhimento da UFPB, além de sugerir, através de suas próprias opiniões, melhorias para esse setor. O assunto engloba tanto as interações negativas quanto positivas que os alunos de pós-graduação identificaram nas vivências acadêmicas e os elementos que, segundo eles, a instituição deveria incentivar para melhorar o percurso acadêmico.

Na Análise Temática, método aplicado para analisar o banco de dados obtido na pesquisa, a flexibilização é um dos grandes benefícios, visto que, para Braun e Clarke (2006, p. 3) “através da sua liberdade teórica, a análise temática fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo de dados”. A partir da tomada de decisões do próprio pesquisador, num trabalho de vai e vem entre os diversos extratos e tendo os *insights* necessários para avaliar quais os mais relevantes para sua pesquisa, começam a se delinear os grandes temas a partir da geração dos primeiros códigos, conforme já foi citado nas seis fases da Análise Temática.

Os autores são unânimes em afirmar que a “AT tem como finalidade possibilitar a identificação, a codificação, a análise, a interpretação, o registro e a exposição de padrões/temas provenientes de um *corpus* de dados” (Ferreira e Garcia, 2022, p. 368). O que são os temas, tão caros à AT? De acordo com Vaismoradi *et al.* (2016, p. 101)

temas, no âmbito da pesquisa, podem ser compreendidos como um tópico implícito que abarca um grupo de ideias, conceitos, concepções que se repetem dentro de um corpus de dados, isto é, contém códigos que possuem conteúdos semelhantes com um alto nível de generalidade, agrupando, assim, ideias sobre o assunto investigado.

Quando tratamos de acolhimento e redes de apoio aos estudantes de pós-graduação da rede federal de ensino superior, é fundamental considerar que a divulgação das ações existentes pode ampliar as possibilidades de mitigar o sofrimento mental desses alunos. Apontamos na revisão da literatura em nosso trabalho um estudo sobre a percepção de pós-graduandos brasileiros sobre os impactos da pandemia da COVID-19 em suas trajetórias acadêmicas. Tal estudo trouxe resultados que indicaram que “a maioria dos alunos foi impactada academicamente pela pandemia, com destaque para os altos níveis de ansiedade e depressão relatados” (Araújo-Jorge, 2022, p. 1).

A pesquisa também evidenciou que apenas 5,88% dos alunos solicitaram apoio, mas não o receberam, o que aponta para a falta de grupos de apoio nas universidades públicas ou, quando existentes, para a insuficiente divulgação de seus serviços. O discente PG13 apontou que deveria haver um “canal de comunicação e informação específico”, além de um

“manual de boas-vindas que contenha todas as políticas ajudaria na melhoria e efetividade do acolhimento dos discentes”. Por sua vez, o discente *PG12* informa que é deveria ser obrigação da “instituição fornecer um acolhimento humanizado”, com o intuito concretizar as políticas públicas com vistas a “minimizar o sofrimento de pessoas acometidas com problemas dessa natureza”, que se traduziria em um “acolhimento humanizado”.

Nesse contexto, a presente dissertação dedicou parte de seu estudo a mapear os grupos de apoio existentes na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a propor melhorias na comunicação, visando ampliar o acesso dos estudantes a esses recursos. Conforme apontado, os serviços disponíveis na UFPB não possuem ampla divulgação, o que limita seu alcance e efetividade. “A ideia central é promover a divulgação das ações e serviços existentes, além de propor a ampliação desses recursos e a criação de políticas institucionais voltadas exclusivamente para os pós-graduandos” (Araújo-Jorge, 2022, p. 1).

Em conclusão, temos que a grande maioria dos discentes apontou falta de divulgação das políticas institucionais de acolhimento ao discente da pós-graduação são o maior entrave ao acesso aos serviços de atenção à saúde mental. Avaliando o "MAPA", vimos que, embora os grupos de extensão possam servir aos estudantes de pós-graduação, a escassa divulgação e a restrita extensão geográfica dos projetos prejudicam seu impacto. Além disso, as ações praticadas pela universidade muitas vezes não são conhecidas pelos estudantes devido a falhas na comunicação e divulgação por parte da instituição. Portanto, investir na melhoria e expansão da "Rede de Cuidado", juntamente com uma divulgação mais eficiente, é essencial para garantir que os estudantes tenham acesso aos recursos necessários para enfrentar os desafios acadêmicos e emocionais.

7 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

A elaboração deste Produto Técnico-Tecnológico (PPT) integrou os requisitos para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, vinculado ao Centro de Educação da UFPB. O projeto envolve a elaboração de uma Cartilha direcionada à comunidade acadêmica da pós-graduação em Economia da UFPB, mas que também poderá ser acessada e utilizada por todos os discentes da universidade, de outros programas de pós, inclusive discentes de graduação, professores e técnico-administrativos e tem por objetivo de compartilhar os principais canais de ajuda e apoio a estudantes que sofram algum tipo de adoecimento mental.

A cartilha foi elaborada de forma digital, podendo, contudo, ser impressa pelo programa para distribuição entre os pós-graduandos. A ideia, que será apresentada ao coordenador do curso objeto deste pesquisa, é que, a cada início de período, a cartilha seja apresentada em encontro específico com os discentes dos cursos de mestrado e doutorado em economia, informando que existem os canais de ajuda, suporte e acolhimento constantes na cartilha digital e os meios para que os estudantes acessem os serviços.

Por fim, o APÊNDICE C deste trabalho traz a cartilha completa denominada “Cartilha – Atenção à Saúde Mental na UFPB (Redes de Apoio e Acolhimento)” com todo seu detalhamento. A cartilha é baseada nos serviços oferecidos pela universidade por meio de seus órgãos e nos projetos de pesquisa divulgados pelo Projeto Criativa, no “Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB - Projetos de Extensão - 2024/2025”. Procuramos aperfeiçoá-los e adaptá-los a nossa demanda. Nela constam, em resumo, os nomes dos projetos, onde está localizado e quem é o responsável por sua manutenção, os objetivos pretendidos e as práticas realizadas e a forma como o estudante poderá acessar o projeto.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação analisou as políticas públicas brasileiras e institucionais voltadas para a permanência estudantil no ensino superior, com foco na saúde mental dos estudantes de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Este trabalho contribui para a compreensão de um problema crescente no âmbito acadêmico: o impacto do sofrimento mental sobre o desempenho acadêmico, a evasão e as condições gerais de vida dos discentes. Com base em uma abordagem metodológica robusta e na discussão dos dados levantados, foram propostas reflexões importantes sobre o papel das instituições de ensino superior em proporcionar suporte emocional e acadêmico aos seus estudantes.

A metodologia utilizada, de caráter exploratório-descritivo, combinou a revisão de literatura com a análise de dados primários coletados por meio de questionários semiestruturados. Essa abordagem permitiu a identificação de padrões significativos relacionados à experiência dos estudantes de pós-graduação em economia na UFPB, destacando fatores como o aumento das taxas de sofrimento mental após a pandemia de COVID-19 e a ausência de políticas específicas de acolhimento e suporte para este público. Os dados obtidos foram analisados com base na técnica de análise temática, que permitiu identificar as principais preocupações dos discentes e propor soluções alinhadas às suas demandas.

Entre os resultados, destacou-se o papel central do neoliberalismo na intensificação do sofrimento mental, não apenas pela dinâmica acadêmica competitiva, mas também pela precarização das condições de permanência. Foi possível constatar que, enquanto a graduação conta com apoio através de programas como o PNAES, os estudantes de pós-graduação enfrentam lacunas significativas em relação à assistência institucional, especialmente no que tange à saúde mental. Além disso, observou-se que as mulheres representam uma parcela especialmente vulnerável entre os estudantes pesquisados, com maior frequência de relatos de estresse e ansiedade. Esses resultados reforçam a necessidade urgente de criar ou adaptar políticas que contemplem as especificidades desse público, reconhecendo suas vulnerabilidades e promovendo sua inclusão de maneira mais eficaz.

Os dados também revelaram que o sofrimento mental está intimamente ligado à falta de suporte acadêmico e emocional. Além disso, as consequências dessa condição são evidentes, refletindo-se em altas taxas de evasão, reprovações e dificuldade para cumprir prazos e exigências acadêmicas. Foram relatados, por exemplo, casos em que os estudantes abandonaram seus cursos devido à ausência de acompanhamento psicológico e à falta de

estratégias institucionais que pudessem mitigar as pressões acadêmicas. Embora a UFPB conte com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) e o Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS), verificou-se que esses órgãos não conseguem atender adequadamente a demanda por acolhimento e intervenções prolongadas voltadas à saúde mental dos estudantes de pós-graduação.

Um dos pontos mais relevantes das discussões é a insuficiência de ações preventivas e integradas entre diferentes áreas da universidade. Para enfrentar essas questões, é imprescindível que as instituições não apenas reconheçam a importância da saúde mental como parte essencial do processo educativo, mas também implementem medidas concretas para promover o bem-estar e prevenir o adoecimento psíquico. Isso inclui o fortalecimento das redes de apoio, a ampliação do número de profissionais especializados em saúde mental e a promoção de campanhas de conscientização e sensibilização sobre o tema.

Em termos institucionais, este trabalho propõe a inclusão de diretrizes específicas para a saúde mental nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) futuros da UFPB. Além disso, sugere-se a criação de um órgão específico voltado para a saúde mental dos estudantes de pós-graduação, que possa atuar de forma articulada com a rede pública de saúde e desenvolver programas de prevenção e tratamento mais abrangentes e personalizados. Esses avanços podem contribuir significativamente para a melhoria das taxas de conclusão dos cursos e para a formação de profissionais mais preparados e saudáveis.

Reafirmamos a importância de se compreender a universidade como um reflexo das dinâmicas sociais mais amplas. O neoliberalismo não apenas gera sofrimento psíquico, mas também perpetua uma lógica de exclusão e individualismo que contrasta com o caráter inclusivo que a universidade deve ter. Cabe às instituições de ensino superior assumir seu papel como agentes de mudança social, promovendo não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o bem-estar integral de seus estudantes. Assim, esta pesquisa contribui para o avanço das discussões sobre o tema e para a construção de um ambiente acadêmico mais acolhedor, inclusivo e comprometido com as necessidades humanas em sua plenitude.

Diante dos desafios enfrentados na pós-graduação, é fundamental repensar a vida acadêmica e seus possíveis excessos, que frequentemente impactam o foco dos estudantes e comprometem seu desempenho. A ausência de uma comunicação clara também se apresenta como um obstáculo, podendo ser atenuada com a divulgação da cartilha desenvolvida neste trabalho, um produto técnico-tecnológico que visa orientar e informar os alunos. Além disso, a implementação de políticas de acolhimento mais eficazes contribuiria para um ambiente

acadêmico mais equilibrado, no qual o foco esteja no estudante e em seu desenvolvimento, e não apenas nos indicadores institucionais, como as taxas de evasão. Dessa forma, reforça-se a necessidade de uma abordagem mais humanizada e estruturada na pós-graduação, garantindo melhores condições para a formação e permanência dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Andressa Aires et al. **Promoção em saúde mental na educação superior**: uma sistematização de experiência do Grupo “Acolhe”. Revista Saúde em Redes. V. 7 (supl.2). 2021. Disponível em: < <https://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3461>>. Acesso em: 03 abril 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMORIM, Cassiano Caon; DE OLIVEIRA, Leida Calegário. **Gestão do ensino de graduação**: acesso, permanência e êxito – Práticas estratégicas no acompanhamento da formação discente / Leida Calegário de Oliveira, Cassiano Caon Amorim (Organizadores). - João Pessoa: Editora UFPB, 2018. 249 p. : il. Recurso digital (6,1MB). Formato: ePDF.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 03 abril 2024.

_____. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. **Como enfrentar o adoecimento mental na universidade**: conheça iniciativas de professores e alunos. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br>>. Acesso em: 03 abril 2024.

ANDRADE, Marcella Coelho. **Políticas públicas na Constituição Federal de 1988**: alguns comentários sobre os desafios e avanços. CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 29 (2019).

ARAUJO, Rhoberta Santana de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **A ofensiva neoconservadora contra as universidades federais no Brasil**. Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas, SP v.8 1-17, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8669158/29260>> . Acesso em: 11 de mar. 2024.

ARAUJO, Rhoberta Santana de; SILVA, Lígia Matias de Araújo. **Financiamento das universidades federais em contexto de crise, contrarreformas e austeridade fiscal**: *financiación de las universidades federales en un contexto de crisis, contrarreformas y austeridad fiscal*. Revista Cocar, [S. l.], v. 16, n. 34, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4996>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes; SILVA, Ana Cláudia Conceição. **Avaliação de um instrumento de mensuração de morbidade psíquica**: estudo de validação do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20). Revista Baiana de Saúde Pública. v.34, n.3, p.544-560 jul./set. 2010. Disponível em: <<https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/54>>. Acesso em: 08 dez. 2024.

ARAÚJO-JORGE, Tania; AFONSO, Luciana de Souza; BALTHAZAR, Thamiris

D'Almeida; BRANDÃO, Norma Cristina Cardoso; CORRÊA, Roberta Pires; CORREIA, João Paulo Sales Oliveira; DE SOUZA, Maria Clara Batista; DOS SANTOS, Thays Merçon; FERREIRA, Roberto Rodrigues; STEPHENS, Paulo Roberto Soares. **Os efeitos do isolamento social durante a pandemia da COVID-19 no corpo discente da pós-graduação do IOC**. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Instituto Oswaldo Cruz – IOC Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/44655/Relatoriotecnico_IOC_2020.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ARAÚJO-JORGE, Tania; CASTRO, Helena Carla; CORREA, Roberta Pires; FERREIRA, Roberto Rodrigues; STEPHENS, Paulo Roberto Soares. **As percepções dos estudantes de pós-graduação brasileiros sobre o impacto da COVID-19 em seu bem-estar e desempenho acadêmico**. Revista Internacional de Pesquisa Educacional Open 3 (2022) 100185. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/56343/Corr%c3%aaa_Roberta_et al_IOC_2022_COVID-19.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes; CAVALCANTI, Helton Alexsandro Firmino; DE SOUZA, Wanderson Fernandes; LAMEU, Joelma do Nascimento; MALTONI, Juliana; NEUFELD, Carmem Beatriz; PADOVANI, Ricardo da Costa. **Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário**. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas 2014, 10(1), pp.2-10. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872014000100002>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BARROS, Melissa Seelig Pamplona. **Sentidos do trabalho e das vivências acadêmicas para graduandos em Psicologia da UFSC e da UFRR**. Florianópolis, 2022. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

BLEICHER, Taís; DE OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno. **Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 20, n. 3, p. 543-549, 2016. BRASIL. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/FY4SFtWPcDrkKbxCyJwQkKL/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 03 abril 2024.

BONADIMAN, Heron Laiber; CÂMARA, Victor Mayer dos Santos; DA MATTA, Alexandre Henrique Amado. **Perfil e principais queixas de pós-graduandos usuários do serviço de psicologia de uma universidade federal**. Revista Humanidades e Inovação v.8, n. 45, 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4015>>. Acesso em: 08 abril 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 20 abr. 2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 20 abr.

2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 20 abr. 2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2024.

_____. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. **Reorganiza o ensino secundário e o superior na República**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 1915.

_____. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Decreto nº. 7.234/2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 17 mar 2024.

_____. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Decreto nº 6.096/2007. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 10 abr. 2024.

_____. **Programa Universidade para Todos - PROUNI**. Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 10 abr. 2024.

_____. **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)**. Decreto nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm>. Acesso em: 10 abr. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4.024/61. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 abr. 2024.

_____. **Lei nº. 10.216/2001. Lei da Reforma Psiquiátrica**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 20 abr. 2024.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 03 abr. 2024.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 03 abr. 2024.co

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Lei de Cotas - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 03 abr. 2024.

_____. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do SUS. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%203.088%2C%20DE%2023,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAdade%20\(SUS\).](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%203.088%2C%20DE%2023,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAdade%20(SUS).>)>. Acesso em: 22 abr. 2024.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS/** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. (2006). **Using thematic analysis in psychology**. Qualitative Research in Psychology, 3(2), 77–101. Trad.: Prof. Dr. Luiz Fernando Mackedanz – Instituto de Matemática, Estatística e Física – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Disponível em: <<https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>>. Acesso em: 04 out. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. (2014) **What can “thematic analysis” offer health and wellbeing researchers?**, International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being, 9:1, 26152, DOI: 10.3402/qhw.v9.26152. Disponível em: <<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4201665/>>. Acesso em: 04 out. 2024.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CAPES. **Programa de Demanda Social**. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programa-de-demanda-social-ds>>. Acesso em 26 ago. 2024.

CARTA DE OKANAGAN. **Okanagan charter an international charter for health promoting universities & colleges**. Kelowna, Canadá. Disponível em <<http://www.fundadeps.org/recursos/documentos/735/carta-okanagan.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. **Alguns indicadores de permanência/abandono na Educação Superior**: elementos para o debate. In: Anais do XXIII Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br – Políticas de

Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão. Belém, p. 754-772, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6002233.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2023.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. **Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão.** Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 25, n. 1, p. 52-72, jan-apr. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/Lwm4JTfJMGZsgFQX4brP58v/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 06 ago. 2024.

CASTRO, Vinícius Rennó. **Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior.** Revista Gestão em Foco - Edição nº 9 – Ano: 2017. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/043_saude_mental.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

CERCHIARI, E. A. N., CAETANO, D., & FACCENDA, O. (2005). **Utilização do serviço de saúde mental em uma universidade pública.** Psicologia, Ciência e Profissão, 25(2), 252-265. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://www.scielo.br/j/pcp/a/T9hPBsm9XbWKxKBfTsdRjGv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 maio 2024.

CHEGG.ORG. **Global Student Survey 2022.** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://8dfb1bf9-2f43-45af-abce-2877b9157e2c.usrfiles.com/ugd/8dfb1b_087ea96bf5454982bdaf083e5f986c6c.pdf>. Acesso em: 07 maio 2024.

COÊLHO, Prisca Dara Lunieres Pêgas; CORDOVIL, Tatiana de Freitas; DE AGUIAR, Gabrielle Cobos; DE CARVALHO, Ana Clara Moura; DOS SANTOS, Enock Barroso; DUTRA, Ananda Moraes; FIGUEIREDO, Silvana Nunes; SOARES, Gabriele Macedo. **Saúde mental e o impacto da pandemia de Covid-19 nos estudantes de uma universidade pública de Manaus-AM.** Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, Umuarama, v.27, n.7, p. 3523-3546, 2023. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1442962>>. Acesso em: 03 maio 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL. **Cuidar sim, excluir não.** Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://fjg.rio.rj.gov.br/publique/media>>. Acesso em: 29 set. 2024.

CORREIA, Ludmila Cerqueira; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **O movimento antimanicomial como sujeito coletivo de direito.** Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 11, 03. XX, 2020, p. 1624-1653. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/QVyGbx9Q7K8vwD6HtyWcNSv/#:~:text=Tal%20Movimento%20se%20originou%20do,a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20na%20esfera>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

COULON, Alain. **O ofício de estudante: a entrada na vida universitária.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CRISTÓVAM; José Sérgio da Silva; DE SOUSA, Thanderson Pereira; LIMA, Caio Monteiro Mota. **Neoliberalismo contra as políticas sociais: entre mercado, exceção e a lógica do**

interesse comum individual. Diké (UESC), v. 22, n 22, p. 244-259, Edição Especial. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/3701>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

DELMONDES, M. B.; MARANHÃO, T.L. G.; OLIVEIRA, G. F. **Suicídio em jovens e adolescentes**: uma revisão acerca do comportamento suicida, sua principal causa e considerações sobre as formas de prevenção. In: Rev. Mult. Psic. V.12, n. 40. 2018 - ISSN 1981-1179. Disponível em: <<http://idonline.emnuvens.com.br/id>>. Acesso em 14 jun. 2024.

DUNKER, C. (2019). **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo.

DUNKER, Christian; SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1.ed.; 2. Reimp. Belo Horizonte : Autêntica, 2021.

ECKER, D. D. (2020). **O exercício de direitos sociais nos processos subjetivos e terapêuticos**: políticas públicas, saúde mental e atenção psicossocial (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

FERREIRA, Jacques de Lima; GARCIA, Silas Alberto. **Análise de conceito e Análise Temática na pesquisa qualitativa em educação**. Debates em Educação | Maceió | Vol. 14 | Nº. 36 | Set./Dez. | 2022 | DOI: 10.28998/2175-6600.2022v14n36p358-378. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/13678>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FERMOSELI, André Fernando de Oliveira; DA SILVA, Renata Estevam; LOPES, José Milton; NÓBREGA, Nielky Kallielanya Bezerra da; OLIVEIRA, Edmalúcia Brito. **Ansiedade versus desempenho acadêmico**: uma análise entre estudantes universitários. Ciências Biológicas e de Saúde Unit, Alagoas, v. 5, n. 2, p. 137-150, Maio. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/6151/3338>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. 2010. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. UECE – Universidade Estadual do Ceará. Centro de Educação. 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2024.

FRANZ, Pedro. **Distúrbios na academia**: Universidades trabalham no desenvolvimento de estratégias de prevenção e atendimento psicológico de alunos de graduação e pós-graduação. Revista Fapesp, Ed. 262, dez. 2017, São Paulo. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/disturbios-na-academia/>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do

Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 16.

GOUVEIA, Mirtila Marina Wood. **Promoção da saúde mental de graduandos da UFPB**: proposições para uma atuação institucional. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes – Mestrado Profissional) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, p. 129. 2020.

GOTO, Carine Sayuri; IANNI, Aurea Maria Zöllner; LEÃO, Thiago Marques. **Covid-19 e saúde mental de estudantes universitários**: uma revisão crítica da literatura internacional. Revista de Psicologia da UNESP, 20 (1), 2021. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/003121626>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço** / Byung-Chul Han ; tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5193169/mod_resource/content/1/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 16 dez. 2024.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 1992.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil / John Locke; introdução de J.W. Gough; tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 – (Coleção clássicos do pensamento político).

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo – SP: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Política e crise do capitalismo atual**: aportes teóricos. Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 1, 2018, p. 46-69. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/VyhSzRbVW4HWrwSntYTqCDj/>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. 95p. : il. ; 27cm.

MICHAELIS. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/acolhimento/>>. Acesso em: 04 de jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira. CRUZ NETO, Otávio. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p.

MINAYO, M.C.; HARTZ, Z.M.; BUSS, P.M. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232000000100002>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/MGNbP3WcnM3p8KKmLSZVddn/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 27 jun. 2024.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **A user's guide to the self-reporting questionnaire (SRQ)**. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/61113/WHO_MNH_PSF_94.8.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 18 abr. 2024.

_____. **A Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde**. In: Organización Panamericana de la Salud. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2024.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Transtornos mentais**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/>>. Acesso em: 05 maio 2024.

PDI - **Plano de Desenvolvimento Institucional UFPB 2019-2023**. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi-old/pdi_2019-2023_posconsuni-1.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

PEREIRA, Claudia Patricia da Nobrega Nunes. **Saúde mental e trajetória estudantil na Universidade Federal da Paraíba: o Centro Referência em Atenção à Saúde como política interna de acolhimento aos moradores da Residência Universitária**. João Pessoa, 2022. 148 f. : il. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

PIERRE, Vitória. **Banalização das doenças mentais dificulta diagnóstico e tratamento**. Jornal da USP, São Paulo, 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/banalizacao-das-doencas-mentais-dificulta-diagnostico-e-tratamento/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. **Os Contratualistas em questão: Hobbes, Locke e Rousseau**. Prisma Jurídico, vol. 16, núm. 1, pp. 2-24, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/934/93453803002/html/>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

RODRIGUES, B. B. et al. **Aprendendo com o imprevisível: saúde mental dos universitários e educação médica na pandemia de covid-19**. Revista Brasileira de Educação Médica, v.44, p. 8-12, 2020.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da. **Políticas públicas: introdução** [recurso eletrônico] / Júlia Gabriele Lima da Rosa, Luciana Leite Lima, Rafael Barbosa de Aguiar. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Jacarta, 2021. 95 p.; il. color. Disponível em: <chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223410/001127911.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. 2002. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores (www.jahr.org). Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodología de La investigación**. 5. ed., México: McGraw Hill, 2010, 613p.

SAPIEN LABS. **Mental State of the World 2022**. Published online March 2022. Disponível em: <https://mentalstateoftheworld.report/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SEIDEL, Carolina Cunha; KÁCSER, Lídia Mariane. **Roda Entre-Laços**: grupo de compartilhamento entre mulheres como estratégia de permanência qualificada no ensino superior. Contemporânea – Revista de Ética e Filosofia Política, v. 3, n. 4, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/615/429>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SEVERO, J.L. et al. **“Ser estudante” no ensino superior**. Linhas Críticas, [S.L.], v. 26, p. 1-16, 2 set. 2020. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/lc.v26.2020.32512>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/32512/27483>. Acesso em: 06 set. 2024.

SILVA, Marcilene Ferreira da. **Discussões conceituais sobre estado e políticas (públicas) sociais**. Civilização ou barbárie: o futuro da humanidade. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2019.

SILVEIRA, M.M **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade Católica de Pelotas-Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais- Mestrado em Política Social, Pelotas, 2012. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA_A-Assist%C3%A4ncia-Estudantil-no-E ensino-Superior-%E2%80%93-uma-a-n%C3%A1lise-sobre-as-pol%C3%ADticas-de-perman%C3%A4ncia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

SOARES, Monalisa Peixoto et al. **Permanecer na universidade**: afiliação intelectual e institucional de estudantes de origem popular. Anais II CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/16702>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SOUZA, Andreia Pires de. **Política de assistência estudantil**: uma abordagem no contexto da atenção à saúde na Universidade Federal da Paraíba. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE. João Pessoa, 2023, p. 122.

SOUZA, Luciana Karine de. **Pesquisa com análise qualitativa de dados**: conhecendo a Análise Temática. Arq. bras. psicol. vol.71 no.2 Rio de Janeiro maio/ago. 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SOUZA, Marisa de Fátima. **Narrativas discentes sobre saúde e sofrimento mental do ensino superior**. Viçosa, MG, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Centro de Educação, p. 83. 2020.

UFMG. Resolução nº 01/2023, de 20 de abril de 2023. **Regulamenta o regime acadêmico especial para permanência (RAEP) de estudantes de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/docs/01rescepe2023>>. Acesso em: 27 maio 2024.

UFMS. **Como acontece o acolhimento**. Disponível em: < <https://cpar.ufms.br/clinica-de-psicologia/acolhimento-psicologico-comunidade-externa/como-acontece-o-acolhimento/#:~:text=O%20ACOLHIMENTO%20em%20Psicologia%2C%20assim,e%20um a%20busca%20por%20mudan%C3%A7as.>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

UFPB. **Despacho nº 151/2024 - Reitoria - OUV (11.00.46.18)**. Ref.: SIC/UFPB - Acesso à Informação - SIC 23546034082202418. 2024.

_____. **Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB – Criativa**. 2023.

Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ufpb.br/cia/wp-content/uploads/sites/79/sites/236/2024/11/mapa-de-rede-de-cuidado-2024_20240925_114037_0000_compressed.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2024.

_____. **Pró-reitoria de pós-graduação – PRPG**. 2024. Disponível em:

<<https://www.ufpb.br/prpg/contents/menu/prpg-1/nossa-instituicao>>. Acesso em: 27 maio 2024.

_____. **Resolução Nº 14/2020**. Aprova o Regimento Interno do Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS) da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:

<<http://plone.ufpb.br/dcx/contents/documentos/resolucoes/consepe/resolucao-no-14-2020/view>>. Acesso em: 27 maio 2024.

_____. **Relatório de Atividades 2022**. Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS) da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:

<<https://www.ufpb.br/cras/contents/documentos/relatorio-de-atividades-2022.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2024.

_____. **Relatório de Gestão 2023**. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:

<<https://drive.ufpb.br/s/LX5w25QbHCPRn9i>>. Acesso em: 27 maio 2024.

_____. **Resolução nº 5/2015**. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2015255191ae55096246e525379421ee/Rsep05_2015.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

VAISMORADI, Mojtaba *et al.* **Theme development in qualitative content analysis and thematic analysis**. Journal of Nursing Education and Practice, v. 6, n. 5, p. 100-110, 2016. Disponível em: <<https://www.scinapse.io/papers/2245858136>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

VENTURINI, Ernesto; GOULART, Maria Stella Brandão. **Universidade, solidão e saúde mental**. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, Minas Gerais, v. 4, n. 2, p.

94-115, jul-dez. 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/download/18985/15985/50453>>. Acesso em: 14 set. 2024.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior**: percursos de estudantes universitários de camadas populares camadas populares. In: Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, p. 226-370, 2006. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2023.

ZANOTTI, Susane Vasconcelos; GOMES, Lucélia Maria Lima da Silva; LEITÃO, Heliane de Almeida Lins; SANTOS, Kyssia Marcelle Calheiros. **Saúde mental na universidade**: ações e intervenções voltadas para os estudantes. Educação em Revista Belo Horizonte, v.39, e40310, Belo Horizonte, 2023. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/edur/a/wpFT8qpYkFN3JgWS5XD9qJD/#>>. Acesso em: 28 abr. 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - PPGAES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA,**

Os pesquisadores Ricardo Madeira Cataldi e sua Orientadora Professora Doutora Mariana Lins de Oliveira convidam você a participar da pesquisa intitulada: **“Saúde mental na pós-graduação: um estudo sobre o sofrimento psicológico entre os estudantes e o impacto das políticas de apoio”**. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação, garantida ainda a devida indenização diante de eventos decorrentes da pesquisa.

Esta pesquisa tem por objetivo geral avaliar os impactos do adoecimento mental na vida do estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB. Queremos descrever os impactos do adoecimento mental nos estudantes de mestrado, que sofrem uma carga, por vezes excessiva, de demandas acadêmicas, sem, contudo, terem acesso a políticas de assistência estudantil que os amparem nos momentos de sofrimento mental. Para atingir este objetivo principal, esta pesquisa terá como objetivos específicos: apontar causas e consequências do sofrimento mental entre os estudantes de mestrado do PPGE/CCSA/UFPB; identificar as políticas públicas brasileiras e as políticas institucionais de permanência na UFPB; e narrar a percepção dos estudantes sobre como a universidade os acolhe quando em sofrimento mental. A finalidade é compreender como a universidade tem enfrentado essa questão e como é a percepção dos estudantes sobre a forma que a instituição lida com o tema.

RMC

A coleta de dados será realizada através de um formulário estruturado cujas respostas fornecerão elementos aos pesquisadores para a construção de indicadores que relatem a percepção dos estudantes sobre como a universidade os acolhe quando em sofrimento mental.

Caso decida participar, você responderá a este questionário semiestruturado com duração de aproximadamente dez minutos, no qual fornecerá informações sobre sua trajetória acadêmica, formação, e experiências como discentes do programa de pós-graduação em economia da UFPB. O formulário poderá ser respondido em ambiente adequado e reservado para garantir a privacidade do participante.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos como insegurança, constrangimento e/ou invasão de privacidade. Sendo assim, se preferir, você pode desistir de responder ao questionário semiestruturado a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Além disso, podem haver riscos relacionados a possíveis vazamentos de dados, no entanto, para mitigá-los, serão observados todos os critérios e exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), lei nº 13.709/2018. Por fim, pode haver ainda algum tipo de risco em graus e formas diversas, contudo, todas as medidas cabíveis serão tomadas para mitigá-los ou eliminá-los.

Benefícios ao(à) Participante da Pesquisa

A pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento de políticas mais eficazes de apoio à saúde mental dos estudantes de pós-graduação, com o objetivo de reduzir a evasão e promover uma melhor qualidade de vida acadêmica.

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Pesquisador Principal: Ricardo Madeira Cataldi

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

cataldigaucho@gmail.com/ (83) 9.8175-1995

Professora Orientadora: Doutora Mariana Lins de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba

Endereço e Informações de Contato do programa de mestrado

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Centro de Educação - Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I - Cidade Universitária – João Pessoa - PB CEP: 58051-900. E-mail: ppgaes@ce.ufpb.br; horários de atendimento ao público: segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

PMC

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba
 Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa/PB
 Telefone: +55 (83) 3216-7791
 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br
 Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.
 Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO MADEIRA CATALDI**
 Data: 13/08/2024 08:46:23-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ricardo Madeira Cataldi

Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP e a CONEP: Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com. Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar –
 Bairro Asa Norte, Brasília-DF – CEP: 70.719-040 – Fone: (61) 3315-5877 –
 E-mail: conep@saude.gov.br

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “múnus público”, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Saúde mental na pós-graduação: um estudo sobre o sofrimento psicológico entre os estudantes e o impacto das políticas de apoio.

Pesquisador: RICARDO MADEIRA CATALDI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 81403824.8.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Universidade Federal da Paraíba

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.059.630

Apresentação do Projeto:

Projeto de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior/CE/ Universidade Federal da Paraíba.

A presente pesquisa partirá de uma visão macro sobre políticas públicas, perpassando teoria e legislação, em ordem cronológica, até atingir seu foco, qual seja:

discussão sobre saúde mental em estudantes universitários. Em um recorte ainda pormenorizado, tratar-se-á das políticas institucionais da UFPB em relação à saúde mental dos discentes e permanência, nos cursos de pós-graduação stricto sensu, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Dessa forma, as principais categorias teóricas (e descritores) serão saúde mental (com reflexos na saúde física) e permanência (qualificada). O método geral ou de abordagem será o dialético, pois o método fenomenológico não deve ser capaz de atender aos objetivos da pesquisa. O método de procedimento será o Estudo de Caso, pois a população e o locus são especificados, CCSA, da UFPB. Como Instrumento de Análise de Dados, utilizar-se-á a Análise de Conteúdo, de Bardin. Quanto aos procedimentos técnicos, utilizar-se-á a análise documental e a bibliográfica.

Hipótese:

As atuais políticas institucionais da UFPB de assistência estudantil, por meio do Comitê de

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Inclusão e Acessibilidade (CIA) e do Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS), ambos vinculados à Reitoria atendem a contento à demanda de estudantes do CCSA com transtornos mentais graves? Diante disso, pretende-se avaliar as políticas da instituição via análise documental nos últimos anos, sobretudo, nos períodos da pandemia e do pós-pandemia.

Critério de Inclusão:

Discentes do Programa de Pós-Graduação em Economia do CCSA/UEPB que não concluíram o curso entre os anos de 2014 a 2023.

Critério de Exclusão:

Devem se referir a exclusão de participantes pós-seleção da amostra. Os critérios de exclusão servem para definir medidas para a exclusão de participantes, se necessário, como aqueles que já se formaram ou que não desejam participar da pesquisa. Discentes do Programa de Pós-Graduação em Economia do CCSA/UEPB que concluíram o curso entre os anos de 2014 a 2023.

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar os impactos do adoecimento mental na vida do estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos e possíveis riscos como insegurança, constrangimento e/ou invasão de privacidade. Sendo assim, se preferir, você pode desistir de responder ao questionário semiestruturado a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Além disso, podem haver riscos relacionados a possíveis vazamentos de dados, no entanto, para mitigá-los, serão observados todos os

critérios e exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), lei nº 13.709/2018. Por fim, pode haver ainda algum tipo de risco em graus e formas diversas, contudo, todas as medidas cabíveis serão tomadas para mitigá-los ou eliminá-los.

Benefícios:

Por seu turno, a pesquisa visa a elucidar como a universidade em tela lida com problema de adoecimento mental de seus discentes e o problema da evasão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De comum acordo com os objetivos, referencial teórico, metodologia e referências.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Após o cumprimento das pendências apresenta os documentos de praxe.

Recomendações:

Divulgar resultados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba e CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2316415.pdf	14/08/2024 09:07:59		Aceito
Outros	DocumentosSolicitados_Parecer6998816.pdf	14/08/2024 09:06:49	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/08/2024 09:05:27	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_RicardoCataldi.pdf	10/06/2024 19:54:18	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_E_RESPONSABILIDADE_DO_PESQUISADOR assinado.pdf	05/06/2024 19:26:16	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_FINANCEIRO_PESQUISADOR assinado.pdf	05/06/2024 19:25:53	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito
Outros	Roteiro_Questionario.pdf	05/06/2024 19:25:24	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO assinado.pdf	05/06/2024 19:22:41	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito
Orçamento	PREVISAO_ORCAMENTARIA.pdf	05/06/2024 19:22:22	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Cronograma	CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES.pdf	05/06/2024 19:22:02	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_RicardoCataldi.pdf	05/06/2024 19:21:48	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinado.pdf	05/06/2024 11:31:10	RICARDO MADEIRA CATALDI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 06 de Setembro de 2024

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar**Bairro:** Cidade Universitária**CEP:** 58.051-900**UF:** PB**Município:** JOAO PESSOA**Telefone:** (83)3216-7791**Fax:** (83)3216-7791**E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

APÊNDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Quadro 1 – TESTE SRQ 20 – SELF-REPORT QUESTIONNAIRE (OMS) -
"Questionário de Autoavaliação".

TESTE SRQ 20 – SELF-REPORT QUESTIONNAIRE (OMS)
1- Você tem dores de cabeça frequente?
2- Tem falta de apetite?
3- Dorme mal?
4- Assusta-se com facilidade?
5- Tem tremores nas mãos?
6- Sente-se nervoso (a), tenso (a) ou preocupado (a)?
7- Tem má digestão?
8- Tem dificuldades de pensar com clareza?
9- Tem se sentido triste ultimamente?
10- Tem chorado mais do que costume?
11- Encontra dificuldade para realizar com satisfação suas atividades diárias?
12- Tem dificuldades para tomar decisões?
13- Tem dificuldade no serviço (seu trabalho é penoso, lhe causa sofrimento)?
14- É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?
15- Tem perdido o interesse pelas coisas?
16- Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo?
17- Tem tido ideia de acabar com a vida?
18- Sente-se cansado (a) o tempo todo?
19- Você se cansa com facilidade?
20- Têm sensações desagradáveis no estomago?

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Quadro 2 – DADOS DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO(A) DISCENTE / DADOS PESSOAIS.

DADOS DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO(A) DISCENTE / DADOS PESSOAIS
Sexo
Orientação Sexual
Cor/Raça
Idade
Estado Civil
É Pessoa com Deficiência (PcD). Se sim, qual?
Têm Filhos?
Status Acadêmico
Qual o seu curso?
Ano de ingresso no curso?

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Quadro 3 – PERCEPÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO.

PERCEPÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO
1. Na pós-graduação, se evadido, sua evasão se deu por qual razão ou quais razões?
2. Na pós-graduação, se concluiu o curso, ficou satisfeito com seu desempenho acadêmico? Se não totalmente, qual ou quais razões acredita tenham atrapalhado seu possível melhor desempenho?
3. Na pós-graduação, caso ainda esteja cursando o mestrado ou o doutorado em economia, está satisfeito com seu desempenho acadêmico? Se não totalmente, qual ou quais razões acredita estejam atrapalhado seu possível melhor desempenho?

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Quadro 4 – CONHECIMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, APOIO E ACOLHIMENTO EM SAÚDE MENTAL DA UFPB.

CONHECIMENTO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, APOIO E ACOLHIMENTO EM SAÚDE MENTAL DA UFPB
1. Na UFPB há uma área dedicada à temática assistência estudantil com foco em saúde mental e acolhimento na pós-graduação (qual seu nível de conhecimento a respeito?).
2. A UFPB realiza constantemente campanhas de esclarecimento a respeito da temática assistência

estudantil com foco em saúde mental e acolhimento na pós-graduação (qual seu nível de conhecimento a respeito?).

3. A cultura organizacional da UFPB trabalha a questão da permanência do discente com sofrimento mental com foco no tratamento e acolhimento na pós-graduação.

4. As políticas de permanência para discentes da pós-graduação com sofrimento mental na UFPB são efetivas e atendem à expectativa.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Quadro 5 – QUESTÕES ABERTAS.

QUESTÕES ABERTAS
Gostaríamos de ouvi-los (as) quanto a sua percepção sobre as políticas de acolhimento que a Universidade Federal da Paraíba oferece na sua trajetória acadêmica na pós-graduação. *Importante nos informar, inclusive, sobre o desconhecimento das políticas ou órgãos de apoio. *Observação: Definição de Acolhimento (Dicionário Michaelis): “ato ou efeito de acolher; acolhida, guarida; abrigo pelo qual não se pede pagamento; lugar onde se encontra amparo, proteção; refúgio”. “O acolhimento em Psicologia constitui uma estratégia de oferecer escuta e apoio para quaisquer situações em que haja um sofrimento humano e uma busca por mudanças” (UFMS, 2024).
Sua Percepção. 1. Assunto: Suporte quanto Auxílios Financeiros (bolsas de estudo, auxílio moradia, restaurante universitário).
Sua Percepção. 2. Suporte em relação a sua Saúde Mental (Conhecimento do CRAS - Centro de Referência de Atenção em Saúde; Projetos de Extensão, CIA - Comitê de Inclusão e Acessibilidade).
Sua Percepção. 3. Para contribuir com a melhoria do sistema de políticas institucionais de acolhimento ao discente da pós-graduação, quais suas sugestões?

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (PPGAES)



CARTILHA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NA UFPB (REDES DE APOIO E ACOLHIMENTO)

Produto Técnico-Tecnológico

Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES)

Autor: Ricardo Cataldi

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Lins de Oliveira

SUMÁRIO

- 1 Apresentação
- 2 Redes de Apoio e Acolhimento
- 3 Referências



1 Apresentação

A elaboração deste Produto Técnico-Tecnológico (PPT) integrou os requisitos para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, vinculado ao Centro de Educação da UFPB. O projeto envolve a elaboração de uma Cartilha direcionada à comunidade acadêmica da pós-graduação em Economia da UFPB, mas que também poderá ser acessada e utilizada por todos os discentes da universidade e tem por objetivo de compartilhar os principais canais de ajuda e apoio a estudantes que sofram algum tipo de adoecimento mental.

A cartilha foi elaborada de forma digital, podendo, contudo, ser impressa pelo programa para distribuição entre os pós-graduandos. A ideia, que será apresentada ao coordenador do curso objeto deste pesquisa, é que, a cada início de período, a cartilha seja apresentada em encontro específico com os discentes dos cursos de mestrado e doutorado em economia, informando que existem os canais de ajuda, suporte e acolhimento constantes na cartilha digital e os meios para que os estudantes acessem os serviços.

Por fim, o Apêndice C deste trabalho traz a cartilha completa denominada “Cartilha – Atenção à Saúde Mental na UFPB (Redes de Apoio e Acolhimento)” com todo seu detalhamento. A cartilha é baseada nos serviços oferecidos pela universidade por meio de seus órgãos e nos projetos de pesquisa divulgados pelo Projeto Criativa, no “Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB - Projetos de Extensão - 2024/2025”. Procuramos aperfeiçoá-los e adaptá-los a nossa demanda. Nela constam, em resumo, os nomes dos projetos, onde está localizado e quem é o responsável por sua manutenção, os objetivos pretendidos e as práticas realizadas e a forma como o estudante poderá acessar o projeto.

2 REDES DE APOIO E ACOLHIMENTO



Serviços dos Órgãos (UFPB)

Órgão	Objetivos/Práticas	Como Acessar?
 Hospital Universitário Lauro Wanderley	HULW Atendimentos no setor da psiquiatria ao público universitário. ----- Comparecer à recepção da psiquiatria do HULW (localizada no térreo, às sextas-feiras, entre 07h00 às 09h30, com os documentos: declaração de vínculo com a universidade, histórico, xerox de RG, CPF, comprovante de residência e cartão do SUS.	@hulw_ufpb/
 Centro de Referência de Atenção em Saúde	CRAS Serviço de atendimento ambulatorial, que integra diferentes áreas, como Medicina, Enfermagem, Odontologia, Nutrição e Psicologia, além da oferta de exames diagnósticos. ----- *órgão complementar da reitoria	@crasufpb www.ufpb.br/cras (83) 3216-7873
 Comitê de Inclusão e Acessibilidade	CIA Plantão Psicológico - é um serviço de escuta e acolhimento, que promove um atendimento breve e pontual àqueles que buscam apoio ou orientação de modo espontâneo e sem necessidade de agendamentos ou encaminhamentos prévios. ----- *assessoria especial vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria	@ciaufpb/ cia@reitoria.ufpb.br (83) 3216-7789

Projetos de Extensão

Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Nome do Projeto	Objetivos/Práticas	Como Acessar?
 CRIATIVA TERAPIA OCUPACIONAL PARA UNIVERSITÁRIOS ----- Coordenadora Prof^a. Dra. Carolina Couto da Mata (CCS)	<i>Projeto parceiro do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), o Criativa oferece atendimentos de Terapia Ocupacional em Saúde Mental para universitários, mediante encaminhamento do CIA. Realiza ainda oficinas com estudantes, docentes e servidores e outras ações de promoção de saúde mental no ambiente acadêmico.</i>	@criativa.terapiaocupacional criativa.terapiaocupacionalufpb@gmail.com
 TERAPIA COMUNITÁRIA NA UNIVERSIDADE TECENDO ESPAÇOS DE CUIDADO ----- Coordenadora Prof^a. Dra. Mirtila Marina Wood Gouveia (CCS)	<i>Oferece regularmente Rodas de Terapia Comunitária Integrativas, espaço coletivo de escuta e fala para o cuidado mental, para o público geral no Campus I da UFPB.</i>	@terapiacomunitariaufpb projetoctci.ufpb@gmail.com
 NÚCLEO DE ACOLHIMENTO E ESCUTA PSICOLÓGICA ----- Coordenadora Prof^a. Dra. Sandra Souza (CCHLA)	<i>Oferece acolhimento do sujeito no momento exato ou quase de urgência, facilitando o processo de maior clareza sobre suas questões e demandas. Oferecem plantão psicológico.</i>	@naepsi.ufpb (83) 9.8212-4937
 CAPPE APOIO PSICOPEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES ----- Coordenadora Adriana de Andrade Gaiao e Barbosa (CE)	<i>O projeto atende as demandas emocionais, dificuldades e dúvidas sobre o processo de aprendizagem dos universitários e realiza encaminhamentos, quando necessário.</i>	@ext.cappe

DIÁLOGOS

HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM- ESTAR DO ESTUDANTE

Coordenadora
Psicóloga Jussara de
Lourdes Ferreira

Chaves
(CRAS)

Oferece oficinas de habilidades socioemocionais a estudantes vinculados a instituições de educação superior, como estratégia de promoção à saúde e bem-estar, com o enfoque nas situações sociais do contexto acadêmico.

@projetodialogosufpb

hs.extufpb@gmail.com

COMU

ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO: AÇÕES DA COMU* PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Coordenadora Prof^a.
Dra. Tatyane
Guimarães Oliveira

(PROEX)

Acolhe e orienta as mulheres funcionárias terceirizadas, discentes, docentes e técnicas administrativas da UFPB que estejam em situação de violência, fortalecendo o vínculo entre as mulheres, de forma que estas venham a apoiar-se mutuamente no enfrentamento a violência.

**Projeto vinculado ao Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (CoMu).*

comu@proex.ufpb.br

@comuufpb

www.ufpb.br/comu

3048-8523

PROJETO

TARJA PRETA AÇÕES

INFORMATIVAS E ESTRATÉGICAS PARA O USO CORRETO DE PSICOFÁRMACOS

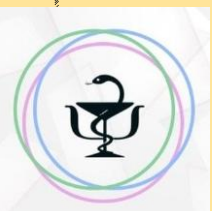
Coordenadora Prof^a.
Dra. Liana Clebia de
Morais Pordeus

(CCS)

Objetiva informar sobre os psicofármacos para a sociedade no geral, em especial os universitários e alunos do ensino médio, no que se refere às propriedades farmacológicas, tais como mecanismo de ação, efeitos adversos e interações medicamentosas.

@tarjapretaufpb

abagabaprojetotarjapreta@gmail.com



FLOR E SER
DESENVOLVENDO
AS PRÁTICAS
INTEGRATIVAS E
COMPLEMENTARES
DA SAÚDE

Responsável do
Projeto: Dr.
Ivonaldo Correia
Dantas

O "Flor e Ser" é um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba que tem por objetivo promover a escuta terapêutica com a população em geral. Para isso, utilizamos dentro as práticas integrativas a Terapia Floral de Bach.

@projeto.floreser23

<https://sites.google.com/view/projeto-flor-e-ser>

eto-flor-e-ser

**MIGA, SUA
LOUCA
CHEGA JUNTA**

Coordenadora Prof^a.
Dra. Anna Luiza
Castro Gomes
(CCS)

Direcionado às mulheres: propõe refletir sobre o ser mulher e suas implicações para a saúde e qualidade de vida das mulheres. Promove o autocuidado e acolhe demandas em saúde e saúde mental.

@miga.chegajunta/

migasualouca2021@gmail.com

**REDES DO BEM
UFPB**

SAÚDE MENTAL E
PRÁTICAS DE
BEM-ESTAR

Coordenador Prof.
Dr. Thiago Pelucio
Moreira
(CCS)

Promover ajuda terapêutica individualizada para a comunidade acadêmica da UFPB e população geral, de modo a fomentar práticas do bem-estar que melhoram a saúde mental por meio da yoga, da meditação e rodas de TCI.

@redesdobem

**RELAXAMENTO
INDUZIDO COMO
ESTRATÉGIA
PARA SAÚDE**

Coordenadoras:
Prof^a. Maria do
Socorro Sousa e
Hellane Fabrícia
Sousa de Lucena
(NEPHF/CCS)

Proporcionar à comunidade interna e externa da UFPB, por meio do aprendizado do Relaxamento Induzido no autocuidado em si e no outro, uma forma de lidar com os problemas cotidianos.

@relaxamentoinduzidoufpb

relaxamentoinduzidoufpb@outlook.com



CORRENDO JUNTOS

BEM-ESTAR E DESEMPENHO NA UFPB ATRAVÉS DA CORRIDA DE RUA E TRILHAS

Promover a saúde e o bem-estar de adultos e idosos através da prática de corrida de rua e trilhas. Avaliar a condição física dos participantes. Preparar os participantes para provas de 5 a 10 km Educar os participantes para autonomia nos cuidados com a saúde.

Coordenador Thiago
Souza
(CCA)

@correndojuntosufpb

BIBLIORELAX

Biblioteca Central

É um espaço dedicado ao descanso e ao bem-estar as pessoas frequentadoras da Biblioteca Central da Universidade.

@bibliocentralufpb

Segunda à sexta-feira

7h às 21h30

(Biblioteca Central)

3 Referências

Centro de Referência de Atenção em Saúde. Acesso em: 29 jan. 2025.
Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cras>>.

Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA). Acesso em: 29 jan. 2025.
Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cia/>>.

Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental na UFPB. Acesso em: 29 jan. 2025.
Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ufpb.br/cia2/wp-content/uploads/sites/79/sites/236/2024/11/mapa-de-rede-de-cuidado-2024_20240925_114037_0000_compressed.pdf>.